

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS DE
SUBJETIVAÇÃO

WANDERSON VILTON NUNES DA SILVA

Tese de Doutorado

**TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS:
ARQUIVOS IMPRÓPRIOS DE UMA MEMÓRIA EM PERIGO**

Orientadoras: Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi - UFRGS

Dra. Simone Maria Hüning – UFAL

PORTO ALEGRE - RS

2018

WANDERSON VILTON NUNES DA SILVA

**TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS:
ARQUIVOS IMPRÓPRIOS DE UMA MEMÓRIA EM PERIGO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Psicologia Social e
Institucional da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientadoras:

Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi

Dra. Simone Maria Hüning

PORTO ALEGRE – RS

2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi (Presidente – Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profa. Dra. Simone Maria Hüning (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Prof. Dr. Luís Artur Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profa. Dra. Heliana de Barros Conde Rodrigues
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Profa. Dra. Carolina dos Reis
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Luis Antônio dos Santos Baptista
Universidade Federal Fluminense – UFF

Aos jovens, adultos e crianças que tornaram possível esse trabalho.

Às memórias incansáveis que tombam qualquer desatino.

À minha mãe, tias e minha avó [esta última *in memoriam*].

À vida que ainda pulsa.

Aos sem lugar no mundo.

Às mulheres que passaram e permanecem em minha vida, gay que estou me tornando.

A Marielle e Anderson! Presente!

AGRADECIMENTOS

Todo texto tece um destino. E toda vida muitos agradecimentos. São poucas as vezes em que podemos agradecer. Diante do que temos atualmente, em um contexto político e social caótico, quero lançar mão desse gesto e ação. Encerrar uma tese é algo complexo no mundo acadêmico e requer amigos e amigas, ganhei alguns... E a isso agradeço de modo respeitoso e comprometido. Agradecer é compor a vida de felicidade e de gentileza, porque um texto não se faz sozinho. Um trabalho de pesquisa não se efetiva sozinho, a vida acadêmica é uma rede de muitos. E sem amigos não se vai longe. Uma tese é o trabalho feito a muitas mãos, conversas e orientações. São tantos a quem quero agradecer que provavelmente alguns ficarão de fora, ainda assim, agradeço. Mas antes de mais nada quero agradecer a minha nova família. Sim! Esses dois últimos anos eu ganhei uma família toda especial, eles, elas e eles são os *guapos calientes* que possibilitaram essa tese. Uma verdadeira patrulha foucaultiana! Sou grato.

A minha mãe Gedalva que luta incansavelmente pelas ruas e pela vida, que me encoraja a viver e seguir em frente sem olhar para trás. Que tem me mostrado a beleza da luta pela vitória e que torna possível o sonho e a vida. É um orgulho ser seu filho e seguir a vida por esses caminhos que a vida nos oferece, meus caminhos tortos ganham firmeza com a sua vida. Para mim é algo demasiadamente relevante reconstruir nossos caminhos e percursos, lhe encontrar tem cada dia mais sido uma alegria na minha vida. Grato pela mulher incrível e batalhadora que é. Amo você!

A tia Guiomar, tia Gilva, mãe Gedalva e a minha avó Sebastiana (*in memoriam*) que ao longo dos anos deram-me um coração. Não tenho palavras para dizer o que significam para mim. Cada uma ao seu modo faz parte desse texto e do que tento ser de melhor na vida. Sou imensamente grato pelo amor sem tréguas. Esse é o investimento sem preço que só tenho como dividir com outros sem nunca poder quitar.

À professora, incentivadora, orientadora e amiga, Simone Hüning, que me acolheu ao longo desses anos. Acolheu-me em seus trabalhos e em sua casa, também em seu coração gigante, garantindo condições para que me mantivesse com vitalidade até aqui. Agradeço sua preocupação, generosidade e carinho sinceros, além de manter uma admiração sem tréguas pela pessoa e pesquisadora que tem sido. Uma das mulheres, pesquisadoras, profissionais e professoras mais admiráveis que conheci e que tenho um respeito vibrante.

À professora e orientadora Neuza Guareschi por ter me acolhido esses anos em Porto Alegre e ter possibilitado condições de pesquisa, parcerias e amizades. Agradeço sua generosidade e preocupação ao longo desse caminho de doutorado, mesmo muito antes disso, quando ainda sequer conhecia Portinho, já me acolheu através da Simone. Sou grato pela parceria, carinho e paciência comigo. Espero que possa retribuir isso tudo com muito trabalho daqui para frente. Alguém pela qual tenho um respeito e carinho sem tamanho pela mulher, pesquisadora e pessoa maravilhosa na vida de todos e todas que passam ao seu lado.

Às professoras Heliana de Barros Conde Rodrigues e Carolina dos Reis, bem como aos professores Luis Antônio Baptista e Luis Artur Costa pelas contribuições como banca examinadora, além das preciosas questões que possibilitam continuar o texto desta tese em outros espaços acadêmicos. Grato pelas questões que suscitaram e formularam ao trabalho.

A Leonardo Aguilar pela atenção e leitura do texto em alguns momentos, pelas ideias de mudanças no texto que pela situação não foram possíveis de serem efetivadas, mas que sem dúvidas serão consideradas para outros momentos de escrita. Grato pela amizade e parceria que começam.

A Aline Kelly por me acolher com seu jeito e do seu jeito nos momentos mais tristes e felizes desse percurso, agradeço o abraço, as palavras e o carinho. O riso! Agradeço por atender aos telefonemas e por manter-se em conversa comigo durante horas em que me sentia sozinho. Só tenho agradecimentos a fazer e lembrar muitas coisas sobre a biopolítica. Cada momento desse percurso em que estivemos juntos foi algo que me tirou muitas vezes do fundo do poço, você me acolheu quando eu estava arrebetado por dentro. Você me viu dramático, cheio de defeitos e de mazelas, mesmo assim esteve ao meu lado. Sou grato!

A Carlysson Alexandre por ter sido amigo e me acolhido também em um momento difícil da minha vida, ainda que ao final tudo tenha sido muito difícil. Tenho gratidão. Agradeço as comidinhas, a tolerância muitas vezes difícil de exercitar e, principalmente, o cuidado de irmão mais velho comigo e com meu bem-estar. Só fiquei reticente com a forma como quis livrar-se de mim nos últimos meses, poderíamos ter conversado.

A Erise por ter sido amiga, por ter cuidado de mim e por me ajudar a seguir até aqui, mesmo distante. Quero agradecer por sempre lembrar de você quando olho a lua.

A Livia por ter me dado chocolate quando eu não queria falar com ninguém. E por termos feito fofocas maravilhosas sobre alguém que não pode ser mencionado.

A Victor e a Gorete por ter me recebido e me acolhido com minha mãe por diversas vezes em que achava não ter lugar para ir. Pelo pouso, pelos risos, pelo descanso e por terem me devolvido o riso ainda que de modo breve muitas vezes. Por terem me lembrado que com amigos a gente pode falar sem se sentir ameaçado.

A Renata Guerda por ser girassol na minha vida e por me ajudar a seguir mesmo estando despedaçado por dentro ao longo desses dias. Mesmo além-mar, sempre gira-o-sol.

A Rosy por ter tentado ser amiga, podemos ser mais, e por fazer com que em poucos momentos me sentisse acolhido no turbilhão que passava na minha cabeça e coração. Agradeço a sua insistência e companhia maluca ao longo desses anos. É um prazer ser teu amigo.

A Leomar por ter ficado ao meu lado em um momento delicado da minha vida. Por ter sido mais que amigo e amor. Por ter naquele momento, e em outros também, me acolhido em seus braços e em seu coração lindo e afetuoso. Confuso também. Sou imensamente grato e guardo um carinho todo especial pelo homem e companheiro que me deslocou do tempo e do espaço e me impulsionou adiante mesmo após o fim do relacionamento.

A Alisson Vieira por ter sido deslumbrantemente surpreendente (desculpem-me a cacofonia), fazendo-me lembrar dos recomeços. E de suas importâncias.

A Marcos Mesquita por ter sido sempre carinhoso comigo todas as vezes que nos encontramos. Alguém sobre quem lembro com afeto nesse percurso da vida e da academia.

A Rodrigo, *vulgo* Gui, com quem vivi sortes de lugares e de companhias em Porto Alegre. Com seu andar torto me apresentou uma cidade linda e me encorajou a depois dos quarenta não lhe aparecer com calças de cor rosa em sua frente. Creio que não poderei cumprir.

A Thaís!!! Que me acolheu em diversos momentos e em situações embaraçosas, ajudando a lidar com diversas adversidades e possibilitando alguns recomeços.

A Carolina (Carol) que me acolheu no grupo de pesquisa em Porto Alegre e em sua casa. Sou grato!

A Lu por ter me proporcionado conhecer nuances de lutas e de resistências em diversos momentos e espaços, por me permitir sua companhia.

A Karen que me acolheu de braços e de coração abertos sem rodeios em Porto Alegre, possibilitando uma estada e morada maravilhosa. Agradeço o cuidado e, principalmente, a

paciência comigo durante todo esse tempo. Cresceu cada vez mais a admiração que tenho por você!

A Daiane Gasparetto que me apresentou e me aproximou do movimento nacional da população em situação de rua quando estivemos em Porto Alegre e por me lembrar e possibilitar o encontro com o riso em diversos momentos. Além de me alertar sobre a força das imagens.

Ao núcleo de pesquisa E-Politics por ter me acolhido ao longo dos anos de doutorado, mesmo antes disso, e ter contribuído com meu percurso acadêmico e pessoal, constituindo alguns amigos nesse caminho de doutorado. Todas têm uma função em minha vida intelectual e pessoal, principalmente na pessoa de Neuza Guareschi.

Ao grupo de pesquisa da professora Simone Hüning na UFAL por me acolher de diversas formas e por apostar nessa pesquisa de um jeito todo especial. Sou grato a Dayse, Erise, Aline, Carlysson, Leonardo, Rosy, Alisson Vieira, Alisson Rocha, Tathina, Rodrigo, Bárbara, Vanderli, Paulo, Graci, Felipe, Patrícia e tantos outros e outras que foram fundamentais nesse percurso.

À UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA em seus diversos agentes de formação desde professores, técnicos, servidores em geral que possibilitaram meu percurso profissional e como pessoa, constituíram e formaram em mim o que estou tentando ser, tornaram possível a construção de valores e princípios éticos que não posso abrir mão em minhas jornadas de vida. Sou e fico feliz ao lembrar que todo meu percurso e formação como psicólogo e pesquisador ocorreu em Universidades Públicas Brasileiras. Grato a todos os profissionais que fazem parte disso que temos hoje e que corre novamente o risco de ser destruído. Por isso, além de agradecer estarei sempre disposto à luta pela Universidade Pública Brasileira.

À UFAL e ao Instituto de Psicologia através de seus professores e pesquisadores, todos e todas me dão força na luta.

Ao Consultório na Rua de Maceió em suas diversas vias de atuação, à abertura que me proporcionou junto aos profissionais mais maravilhosos e entusiasmantes do Brasil, além de toda qualidade técnica e pessoal, acolheram-me de forma cuidadosa, mesmo sem entender muito do que se passara em minha vida. Agradeço a cada um e cada uma das pessoas e equipes que tive o prazer de conhecer e participar das ações.

Às comunidades e às pessoas que conheci em diversos bairros e ruas de Maceió, por me tocarem de modo especial, contribuindo com formas de construir e pensar modos de ser, viver e pesquisar. Grato a todos e a todas pela sorte de encontrar com vocês.

Ao Movimento Nacional da População de Rua em Porto Alegre e em Maceió pela acolhida e interlocução. E por serem exemplo de luta e militância para mim.

À banca de qualificação nas pessoas de Luis Antônio Baptista, Luis Artur Costa e Simone Hüning pelas contribuições e por indicarem alternâncias e alternativas para o percurso da pesquisa.

À CAPES pela bolsa de pesquisa que foi fundamental ao longo desses quatro anos.

A tantos outros que torceram por mim e estiveram perto de mim ao longo desses anos. Pessoas que quando lembro fazem um bem danado ao coração.

Agradeço de forma especial aos que ficarão anônimos nesse texto.

Agradeço por último a todas as falsianes e as *bad*s que me proporcionaram ao longo destes últimos anos. Se não fossem vocês, não poderia cantar o que canta o poeta: *Quantas chances desperdicei/Quando o que eu mais queria/Era provar pra todo o mundo/Que eu não precisava provar nada pra ninguém.*

“Saíam ou eu vou colocar vocês no meu livro!”
(Carolina Maria de Jesus)

Ali onde não é mais possível falar, descobre-se o encanto secreto,
difícil, um pouco perigoso de escrever”.

(Michel Foucault).

De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas,
mas as respostas que dá às nossas perguntas.

(Ítalo Calvino).

O que se pode pensar, com segurança,
terá que ser uma ficção.

(Nietzsche).

A literatura é mesmo, como a transgressão da lei moral, um perigo.
Sendo inorgânica, ela é irresponsável. Nada repousa sobre ela. Ela pode dizer tudo.

(Georges Bataille).

RESUMO

Neste trabalho discutimos os modos pelos quais memória e urbanização possibilitam condições de vulnerabilidade, além do modo como estas operações distintas organizam e criam zonas de separação da vida urbana em comunidades, favelas e ruas do país. Problematicamos os processos de urbanização a partir da constituição de memória em territórios das cidades circunscritos por uma lógica de exclusão e de esquecimento nas práticas sociais e políticas. Partimos de experiências vividas no acompanhamento de equipes de saúde do Consultório na Rua em Maceió, de percursos a pé ou de ônibus em distintas cidades e de relatos em mídias sociais ou jornalísticas sobre acontecimentos com populações e pessoas que vivem em situações consideradas de vulnerabilidade social no país. Colocamos em análise memórias e fragmentos destes territórios relacionados a casos de violência e de violações de direitos a partir de quatro cidades: a Cidade Fragmento; a Cidade dos Mortos; a Cidade Corpo; e a Cidade Infância. Essas cidades nos permitem problematizar: a) os fragmentos como forma de constituir narrativas nas cidades brasileiras; b) a relação entre morte e política atualmente; c) o corpo como lugar de inscrição da memória nas cidades; d) o silenciamento e o barulho das memórias como elemento de resistência e profanação. Frente a isto, propomos pensar os territórios vulneráveis das cidades como arquivos impróprios e inusitados de práticas obsoletas que assaltam memórias e formas de vida nas cidades, colocando-as em perigo. Estas cidades interrogam o presente de nossas práticas de urbanização e os modos como produzimos memória. Ao mesmo tempo indicam-nos alguns direcionamentos: a) a invenção de outras formas de lidar e produzir narrativas nas cidades, a arte, por exemplo, para modos de governo que produzam outra relação com os territórios construídos como em situação de vulnerabilidade social e seus habitantes; b) a confecção de visibilidades e de afetos como política para pensar processos de urbanização e práticas de violência e de violações que acometem territórios e constituem sua vulnerabilidade; c) a proposição de um corpo-festa e um corpo utópico como outra racionalidade sobre o corpo humano que garanta distintas formas de pensá-lo e abordá-lo nas políticas de segurança e urbanização e na construção de relações com as vidas nas cidades; e d) as relações de resistência e profanação como estratégias de luta nas políticas de urbanização tomadas pelo progresso e pelo depósito de ruínas, tendo a infância como alvo de investimento das políticas públicas.

Palavras-chave: Memória; Urbanização; Corpo; Narrativas; Vulnerabilidade

ABSTRACT

In this work we argue about the way whereby memory and urbanization become possible vulnerability conditions, in addition to how these different operations organize and create separation zones of the urban life in communities, favelas and streets of the country. We problematize the processes of urbanization from the constitution of a memory in urban territories marked by exclusion and forgetfulness in social and political practices. Through experiences in the follow-up of health teams at the Consultório na Rua in Maceió, as well as on foot or bus routes in different Brazilian cities, and in reports on social or journalistic media about events with populations and people living in situations considered of social vulnerability in country. We have analyzed memories and fragments of these territories related to cases of violence and violations of rights from four cities: City Fragment, City of the Dead, City Body, City Childhood. These cities allow us to problematize: a) the fragments to constitute narratives in Brazilian cities; b) the relation between death and politics today; c) the body as place of inscription of the memory in the cities; d) the silencing and the noise of memories as an element of resistance and desecration. In view of this, we propose to think of the vulnerable territories of cities as improper and unusual archives about obsolete practices that assault memories and life forms in the cities, putting them at risk. These cities ask the present of our urbanization practices and the way whereby we make memory. In the same time, they indicate us some directions: a) the invention of other ways of dealing and producing narratives in cities, as art to modes of government that produce another relation with the constructed territories as in situation of social vulnerability and its resident; b) the creation of visibilities and affections as a policy for thinking about urbanization processes and denouncing practices of violence and violations of rights that affect territories and constitute their vulnerability; c) the proposition of a party-body and a utopian body as another rationality on the human body that guarantees different ways of thinking about it and approaching it in the policies of security and urbanization, as well as in the construction of relations with the lives in the cities; and d) the relations of resistance and desecration as strategies of struggle in the policies of urbanization taken by the progress and the deposit of ruins, having the childhood as the target of investment of the public policies.

Key-Words: Memory; Urbanization; Body; Narratives; Vulnerability

RESUMEN

En este trabajo discutimos los modos con que memoria y urbanización posibilitan condiciones de vulnerabilidad, tanto cuanto el modo como estas distintas operaciones organizan y creían zonas de separación de la vida urbana en comunidades, favelas y las calles del país. Problematicamos los procesos de urbanización a partir de la constitución de memoria en territorios de las ciudades comprendidos por una lógica de exclusión y de olvido en las prácticas sociales y políticas. Desde las experiencias vividas en el acompañamiento de equipos de salud de lo Consultório na Rua en Maceió, de caminos a pie o de autobús en diferentes ciudades y de relatos en medias sociales o periodistas a cerca de acontecimientos con poblaciones y personas que viven en situaciones consideradas de vulnerabilidad social en el país. Ponemos en examine memorias y fragmentos de estos territorios relativos a casos de violencia y de violaciones de derechos desde cuatro ciudades: Ciudad Fragmento; Ciudad de los Muertos; Ciudad Cuerpo; Ciudad Infancia. Estas ciudades permítenos problematizar: a) los fragmentos como forma de constituir narrativas en las ciudades brasileñas; b) la relación entre la muerte y la política actualmente; c) lo cuerpo como lugar de inscripción de la memoria en las ciudades; d) lo olvido y el barullo de las memorias como elemento de resistencia y profanación. Delante de esto, proponemos pensar los territorios vulnerables de las ciudades como archivos inapropiados e inusitados de prácticas obsoletas que asaltan memorias y formas de vida en las ciudades, colocando-las en peligro. Estas ciudades interrogan lo presente de nuestras prácticas de urbanización y los modos como producimos memoria. Al mismo tiempo indican algunos direccionamientos: a) la invención de otras formas de enfrentar y producir narrativas en las ciudades, como arte para los modos de gobierno que produzcan otra relación con los territorios contruidos como en situación de vulnerabilidad social y sus habitantes; b) la confección de visibilidades y de afectos como política para pensar procesos de urbanización y prácticas de violencia y de violaciones de derechos que acometen territorios y constituyen su vulnerabilidad; c) la proposición de un cuerpo-fiesta y un cuerpo utópico como otra racionalidad sobre el cuerpo humano que garanta distintas formas de pensarlo y abórdalo en las políticas de seguridad y urbanización, en la construcción de relaciones con las vidas en las ciudades; e d) las relaciones de resistencia y profanación como estrategias de lucha en las políticas de urbanización tomadas por el progreso y pelo depósito de ruinas, tomando la infancia como mira de investimentos de las políticas públicas.

Palabras-Claves: Memoria; Urbanización; Cuerpo; Narrativas; Vulnerabilidad

SUMÁRIO

1. Limiares de uma escrita: uma memória periclitante	17
2. Retomando e apresentando questões	19
2.1. Um problema de memória	27
2.2. As cidades como espaços de governo e de resistência	32
3. Rastros de uma estética na escuridão	41
3.1. Territórios vulneráveis: produção de arquivo e de verdades na cidade.....	43
3.1.1. (Des)dobrando verdades e abrindo arquivos	48
3.2. A construção de narrativas em territórios construídos como vulneráveis	53
Cidade Fragmento	64
4. Memórias e narrativas urbanas	75
4.1. A cidade aberta e as narrativas urbanas	76
4.2. Alternativas ao governo pelo medo e insegurança: narrativas e instituições.....	78
Cidade dos mortos: os obituários impossíveis.....	83
5. Rumores de guerra na cidade: a produção de uma política de memória e de luta ..	94
5.1. Máquinas de guerra: uma política de fazer cidades	96
5.2. Políticas de visibilidades: memórias em perigo	102
5.2.1. Visibilidades e afetos: outra máquina de guerra.....	110
Cidade Corpo	114
6. O corpo como lugar de inscrição política	125
6.1. O corpo nas ciências humanas e psicologia	127
6.2. O corpo e as relações de poder.....	131
6.3. Deslocamentos de um corpo-objeto para um corpo-festa	134
Cidade Infância.....	140

7. Entre o silêncio e o barulho das memórias: profanação e resistência	150
7.1. Do uso da memória nas cidades.....	152
8. Considerações finais	157
9. Referências	163

1. Limiars de uma escrita: uma memória periclitante

Certa vez, Fernando Pessoa escrevera, sob a alcunha de Álvaro de Campos, um poema. Conhecido e popularizado entre seus leitores, Tabacaria menciona uma série de questões sobre a vida em frente a uma loja de tabaco. Algo notável é quando encontra Esteves já no final do poema, dono da tabacaria que frequenta. *Esteves sem metafísica*, assim chamado pelo poeta, estava de saída, já era hora de deixar o estabelecimento. Momentos antes de encontrar com Esteves, Fernando Pessoa menciona no poema que a metafísica é coisa para pessoas que se encontram maldispostas.

Neste texto que segue, não recorreremos à metafísica para aludir e apresentar nossas andanças errantes pela cidade, ainda que para acompanhar a leitura desses textos fosse preciso algumas doses de álcool. E apesar do teor dessas narrativas, não nos encontramos maldispostos: a metafísica não é o que nos dispõe ao longo deste texto, mas os pés no chão e a lama rente ao corpo. Lama que fertiliza.

Arriscamo-nos a percorrer as cidades e as ruas através de relatos e de uma série de idas e vindas, a pé, de carro ou de ônibus, em cerca de dois anos e meio por algumas cidades do sul e nordeste deste país para descrever e mostrar alguns aspectos dos processos de urbanização. Questões que abrigam uma violência e desigualdade de forças, sem que sejam anuladas as forças e as formas de resistência das pessoas nestes territórios. Embora essa desigualdade cause-nos as mais variadas formas de reações físicas e psicológicas, propomo-nos relatar a periclitante rotina de muitos que guardam e, ainda assim, não compõem uma memória oficial nas cidades brasileiras; no entanto, estão cotidianamente inscritos em uma lógica de violência e de violação de direitos seja por parte do Estado, seja por parte daqueles outros que vivemos nas cidades.

É a partir de um refúgio da metafísica que escrevemos esse texto. Mas é também por respeito, afeto e uma dilacerada dor que insistimos nos modos de efetivar resistência através da escrita. Pois antes mesmo de operarmos conceitos, operamos modos de subjetivação, pensando que resistência é algo que disparamos, não algo sobre o qual precisamos descrever. Como já nos afirmava um autor que nos é muito querido: *escrever é se transformar, é desprender-se de si mesmo, dissociar-se de si mesmo*, completa ainda, *se eu já soubesse aonde estava indo, não escreveria*. Portanto, a escrita é um lugar de cuidado, mas também um lugar de luta incansável. Lugar de dilaceramento.

Nessa luta com palavras, outro texto é um frevo recifense. Para o qual, em uma releitura contemporânea, o cupim de ferro aparece como o que deveria ser imposto à madeira de lei: em processos urbanos em que há uma violência tamanha com as vidas de tantos, somente luta e resistência corroem silenciosamente, e em um barulho ensurdecedor, o que parece irremediável. Sejam, portanto, cupim de ferro para muitas madeiras de lei do progresso neoliberal.

Que neste trabalho de escrita possamos criar outras zonas de visibilidades e outros modos de circular e viver as cidades, a partir da problematização das memórias em territórios urbanos e do modo como produzem mapas de sensibilidade capazes de construir luta e resistência.

No texto que segue decidimos que em certos momentos a escrita será feita em primeira pessoa do singular e, em outros momentos, a primeira pessoa do plural será e ganhará força narrativa. Por isso, equilibramo-nos ao longo do texto em nós que atravessam as práticas de pesquisa. Pois apesar de solitária, toda escrita é povoada por vários, por muitos.

2. Retomando e apresentando questões

Iniciamos um primeiro parágrafo com um frio na barriga. Isto se deve em grande parte por pensarmos que a escrita de um texto é um processo de aventurar-se pelos caminhos desconhecidos de uma desestabilização de nós mesmos. E nesse sentido, a cidade torna-se palco desses processos, tanto quanto a página em branco que aos poucos põe-se a ser preenchida. É a cidade que nos permite encontrar com algo que nos desloca infinitamente em nossas certezas, ela nos possibilita o encontro com algo que normalmente surpreende e obriga-nos a refazer caminhos e trajetórias, essa infinidade de possibilidades que se dá sempre que saímos dos nossos lugares. Além disso, o frio na barriga ocorre também por um certo incômodo diante da escrita de uma tese, talvez tema não dar conta dela. Embora conheçamos e já circule pela produção de conhecimento em diversos momentos desde a produção de pesquisa na iniciação científica da graduação em psicologia, seguindo para o mestrado acadêmico, com a produção de conhecimento direcionada para textos destinados à publicação de capítulos de livros, artigos, relatórios científicos, entre outros. Neste momento, temos diante de nós uma apresentação à cidade pela via de uma construção de pensamento destinada a fazer do conhecimento algo relevante nas vias de expor algumas questões que durante um percurso de quatro anos nos remetem a desdobramentos questionadores de modos de viver e habitar a cidade.

Esse texto trata de uma série de questões que encontramos durante a passagem desses anos, mas também diz respeito às vidas de muitos homens e mulheres, jovens e crianças encontrados nesse percurso. Histórias não contadas, vidas descartadas em uma lógica de produção de conhecimento que visaria retratar e representar aspectos de uma realidade. Naqueles modelos de produção de conhecimento a cidade e as vidas que suportam são tomadas como dadas, algo quantificável e/ou qualificável. Não é isso que pretendemos fazer.

As cidades têm sido apontadas como um problema. Ao considerarmos uma certa diversidade de populações e de pessoas, aparecem nos discursos oficiais como algo problemático nos modos de pensar, governar e viver atualmente. Neste trabalho, trataremos de uma forma de pensar e produzir conhecimento que coloca em problematização o que nos tornamos, pensando-lhe a partir de territórios considerados vulneráveis, de histórias e de vidas engolidas pela onda de progresso que insiste e permanece como alternativa melhor acabada para as cidades brasileiras.

Esses últimos anos deslocamo-nos entre o nordeste e o sul do país, conhecemos diversos modos de produzir conhecimento, de viver e de habitar as cidades. Um período fundamental nesses processos ocorreu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), entre 2014 e 2015, com a companhia de amigos e de amigas, da cerveja gelada e de vinho, do frio e do calor de matar, com parceiros que certamente fizeram deslocar muito do que pensava e do que era. Houve nessas parcerias o encontro com o livro, com as ruas, com parques e com movimentos sociais diversos que reivindicam as ruas e a cidade como lugar para fazer política. De volta a Alagoas em 2016, na capital Maceió, pudemos entrar em contato com a severidade das esquinas lagunares da cidade, com a lama e a água doce de onde uma série de famílias tira seu sustento. Diferentemente de ocupar-nos com a cidade de água salgada e seus mares, apreciamos uma cidade de água doce, das lagoas e lagunas.

Conhecemos pessoas nas ruas de Maceió, vidas brutalizadas pela mão do abandono e por uma entrega histórica aos processos violentos de esquecimento nas cidades. Em um período de cerca de oito meses nos integramos ao trabalho de homens e de mulheres do Consultório na Rua, pessoas que estão engajadas com situações de vulnerabilidade social nas ruas da cidade, de modo a produzir, em ambientes vulneráveis, condições de cuidado, de prevenção de doenças e de promoção de saúde. Portanto, essa tese diz respeito a muitos e a vários, ela se desloca pela via de uma produção de conhecimento que considera a pluralidade de experiências na cidade, atenta aos detalhes, aos modos pelos quais as pessoas resistem cotidianamente às cidades, ou seja, a como tornam ultrapassadas as verdades cristalizadas que a cidade produz sobre elas. Vamos nos ocupar de narrativas e experiências nas cidades que seriam a um simples olhar descartadas, seja pela violência que relatam, seja pela singeleza que compõe algumas delas.

As cidades brasileiras, especialmente as do nordeste do país, tem vivido uma série de investidas do capital financeiro. Um projeto para cidades cada vez mais modernizadas, em que o progresso está associado à produção de segurança e de riqueza, sendo necessário, para isso, afastar e deslocar de alguns espaços urbanos vidas e projetos de vida considerados indesejáveis, devido à presença e existência de determinadas populações humanas em áreas estratégicas das cidades (Hüning, 2014. Reis, 2017. Harvey, 2014. Rheingantz, Pedro e Szapiro, 2016). Essa invasão constante das cidades pelo capital privado torna difícil algumas formas de habitação e de uso dos espaços urbanos tanto para aqueles que moram em casas registradas nos órgãos de administração pública das prefeituras, como para aqueles que não possuem casa ou endereço formal. A produção de segurança e de riqueza nas cidades está associada também a processos de higienização e embelezamento das cidades. Nesse quesito, estamos apontando e

problematizando a forma como estética e política foram transformadas em algo fundamental aos modos de pensar as habitações nas cidades (Coimbra, 2001).

Nestes deslocamentos, em agosto de 2016 entramos em contato com a equipe do Consultório na Rua de Maceió, Alagoas (AL). E começamos a participar e acompanhar o trabalho de duas equipes da cidade em polos opostos do território municipal: uma localizava-se no perímetro da orla lagunar na lagoa Mundaú e a outra realizava seus trabalhos na parte alta da cidade. A incursão nesses locais fazia-nos conhecer e realizar muitos deslocamentos pela cidade, ao mesmo tempo em que provocava-nos estranheza pela forma com que mesmo em regiões próximas a zonas cuidadas e atendidas pelo poder público, espaços como as ruas e algumas comunidades, pauperizadas por processos históricos de desinvestimento relacionados ao poder público, foram transformados em territórios considerados vulneráveis, perigosos e com pouca ou nenhuma assistência, sendo constantemente pauperizados e evitados, tanto pelo poder público através da não oferta de serviços e programas sociais, como pelas populações do entorno que recebiam algum tipo de assistência do Estado. Durante esse período, acompanhamos os alguns processos de cuidado junto às equipes de saúde: curativos em pessoas das comunidades; comemorações de datas comemorativas nas comunidades, como dia das crianças e natal; busca e abordagem de pessoas em situação de rua; processos de internação de usuários de álcool e outras drogas; abordagens para entrega de preservativos e gel, fazendo intervenções relacionadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; orientações relacionadas ao uso de medicamentos, entre outras ações.

No entanto, mesmo tendo essas práticas como lugar e espaço de acompanhamento de processos, histórias e experiências, o enfoque que demos diz respeito à nossa circulação pela cidade, seja através desses processos de trabalho, seja a partir de uma diversidade de práticas de circulação pelo espaço urbano, a pé ou de ônibus, bem como pela leitura de relatos feitos em mídias diversas, como *sites* de notícias ou mídias sociais. Portanto, mesmo acompanhando esses processos de cuidado, de prevenção e de promoção à saúde, tratamos nesse trabalho de acompanhar os modos pelos quais as cidades produzem relação com esses territórios considerados vulneráveis e seus habitantes, constituindo desse modo formas de produzir urbanização e memória nas cidades.

As cidades apareciam em meio a uma série de questões sociais, políticas e históricas das comunidades consideradas vulneráveis e das pessoas que estavam em situação de rua, havia uma proliferação de problemas de saúde e sociais que mesmo os menores poderiam se agravar.

Alguns eventos poderiam tornar-se um problema complexo nas comunidades que acompanhamos, havia uma superabundância de questões que não poderiam esperar. A prática interventiva das equipes de saúde que acompanhamos era capaz de produzir naquele espaço outras realidades. Aparecia-nos constantemente um território no qual pesquisa e intervenção não poderiam ser pensados separadamente.

Eram comunidades que tinham em seu território vidas de centenas de famílias, territórios esquecidos por uma parte da rede de assistência do Estado. Moravam em casas feitas de madeira ou pau-a-pique em solo de areia, seja à beira da lagoa vivendo da pesca e da venda do sururu ou em outros espaços distantes da orla lagunar, mas ainda assim territórios invisíveis a céu aberto na cidade, vidas que sobravam ao poder do Estado. Mesmo assim, não podemos afirmar isso de modo unilateral, pois essas vidas também são governadas por outras forças de resistência e criação, pelo desejo de melhorar suas condições de existência: forças micropolíticas que atuam de modo a permitir ações culturais e outras formas de cuidado no território. O que chamamos de território e território vulnerável é esse espaço-tempo em que as vidas de pessoas são colocadas em jogo pela atuação de diversas forças políticas, sociais e históricas: um terreno de habitação de forças, memórias, práticas sociais e produção de narrativas no dia-a-dia muitas vezes relegadas ao esquecimento e silenciamentos nas cidades: as ruas, as comunidades e/ou favelas, entre outros espaços.

Buscamos, portanto, percorrer esses territórios de existência nas cidades para pensar essas forças de governo das vidas. Procuramos descrevê-las e colocá-las em jogo na produção de relatos, memórias e narrativas desses territórios através da apresentação e escrita de quatro cidades como veremos mais adiante. Nestes territórios encontramos um campo de criação de modos de existência e de resistência social e política. Pensamos os modos pelos quais as vidas são governadas, mas também as formas como produzem-se em enfrentamentos cotidianos através dos gestos, das práticas sociais e políticas.

Os usuários dos serviços do Consultório na Rua são pessoas que não possuem endereço oficial de residência, além de terem seus vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, vivem em territórios considerados insalubres, de vulnerabilidade e de risco social devido a não terem acesso direto a serviços de saúde, educação, saneamento básico entre outros. O Consultório na Rua é um serviço de promoção de saúde ligado atualmente à Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS). O serviço propõe-se atender essa população no local em que é encontrada, seja nas ruas ou em comunidades consideradas vulneráveis, de modo a garantir

assistência integral à saúde e promover processos de garantia de direitos sociais, como acesso a serviços dos programas da assistência social, cadastro de cartão do SUS, promoção e acesso à cultura e ao lazer, matrícula de crianças e adolescentes em escolas públicas próximas ao local em que vivem e acesso aos serviços de saúde de referência desde a Atenção Básica aos serviços especializados, entre outras práticas.

A nossa entrada no campo da saúde através do Consultório na Rua, mesmo que a saúde não seja uma temática a qual nos endereçamos diretamente na pesquisa, ocorre devido à relevância do serviço quando falamos em populações construídas como vulneráveis e à própria dinâmica que este possui como uma prática na Atenção Básica, marcada por processos de promoção, prevenção e cuidado em saúde que englobam além das práticas curativas, outras relacionadas à cultura, lazer, produção de espaços de convivência entre os sujeitos, de modo a garantir e assegurar processos de saúde e acesso a direitos. O interesse que nos move ao longo dos processos de acompanhamento do serviço esteve voltado para os processos de urbanização e aos modos como estão relacionados a como narramos a vida e produzimos práticas sociais em torno dela. Ou seja, problematizamos a produção de memória e de esquecimento enquanto instrumento de urbanização de nossas cidades.

Nesses territórios em que a vida é produzida como objeto para uma invisibilidade permanente – interrompida pela ação repressiva do Estado, mas agora também pela ação de um Estado que deseja promover e garantir direitos –, antes da História, o que produzimos é uma experiência, um modo de fazer carregado de acontecimentos, que ainda não é a História, aquela história oficial registrada nos meios convencionais de registro das cidades, mas um modo de narrar, viver e afetar-se no mundo.

Durante o acompanhamento das relações entre os profissionais do Consultório na Rua e os usuários do serviço, acompanhamos a forma como tais práticas produzem resistência no cotidiano, atuando jogos de poder e subjetivações. Portanto, interessam-nos as potencialidades que se colocam em jogo nesses processos, ou seja, o modo como deslocam os discursos fatalistas que destinam suas vidas à precariedade, produzindo-as enquanto lugar de criação que potencializa ações e práticas em meio a ruínas e dejetos. Se para Agamben (2015a) o lugar da filosofia é apostar na potência como lugar de ação criadora do humano, para nós da psicologia propomos atuar de modo a mostrar essa força criativa no cotidiano das práticas sociais junto a essas comunidades: ali onde não esperamos sucesso, devido ao depósito sistemático de discursos de fracasso em um processo histórico que arruína suas vidas, procuraremos mostrar

a força criativa e inventiva que produz nesses destroços um discurso que remonta suas vidas através da potência das narrativas e da experiência vivida nesses territórios de exceção. No entanto, são as pequenas histórias, os relatos imemoráveis, que ocupam espaço no texto dessa tese, diferentemente de buscar narrativas fantásticas, propomo-nos ocupar com as singularidades e as singularidades da vida nesses territórios.

Por isso, a produção de acontecimentos no campo de pesquisa atua como um *ethos* na pesquisa, produzindo uma materialidade histórica em um corpo político. Deste modo, acontecimentalizar é também produzir ranhuras e subjetivações, a partir da construção de outras condições de possibilidades. Ao trabalharmos com acontecimento o que se coloca é a possibilidade de exercitar o pensamento, de efetuar deslocamentos e de produzir realidades. Por essa via, recorrer à história difere de um recurso de naturalização ou somente de desnaturalização do instituído, mas uma forma de atualizar o presente a partir dele mesmo (Scisleski e Bernardes, 2014). Os acontecimentos nesses territórios de existência desestabilizam um campo dado das coisas, pois permitem visibilizar, nomear e produzir outros campos de possibilidades para as vidas. Deste modo, o acontecimento faz uso da história não para historicizar, mas para diferir, criar linhas de fuga no pensamento, produzir outras possibilidades de inscrição para aquilo que nos tornamos.

Nessa medida, produzimos problematizações para as possíveis relações entre psicologia, acontecimento e história. Ou seja, como é possível, nesse encontro, a construção de subjetividades que não se limitem e encerrem às condições históricas, mas que produzam outras possibilidades de ser e de viver no mundo? Em outros termos, procuramos nesses territórios encontrar a história em um momento ainda artesanal das ações e experiências, não para historicizar a nossa existência, mas para fazê-la transbordar, esgotar a si mesma, transpô-la e atravessá-la de modo a pensar o que nos tornamos e construir outra superfície de inscrição para o que podemos ser. Acontecimentalizar para efetivar dobras, subjetivações (Deleuze, 1992).

Durante um período de estada em Porto Alegre, junto ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua daquela cidade, ouvimos notícias e relatos das violências e violações de direitos em relação à população em situação de rua. Retomaremos essas notas brevemente como algo que nos impressiona e que tem feito eco nos modos de pensar e fazer pesquisa. Eram notícias relatadas por pessoas em situação de rua do movimento social que diziam respeito à violência policial que não ganhava viabilidade de denúncia devido à ausência de provas. Notícias-denúncias que nos mobilizavam e afetavam, a quem ouvia; pareciam

narrativas de uma experiência indizível e inominável. Socos, chutes, arma apontada, retirada dos poucos pertences que tinham, remoção violenta de áreas urbanas, entre outros.

Nesta impossibilidade de viabilizar uma denúncia, devido à ausência de provas, ou mesmo de uma materialidade que não fosse o corpo e uma narrativa que provocava arrepios, perguntávamos sobre como é possível que tais práticas ainda fossem possíveis? Como é possível que tais violações e violências mantenham-se vivas e efetivas nos modos de atuar e fazer política atualmente em nossas cidades? Quais as condições de possibilidades para tais fatos no atual modo de fazer e atuar politicamente?

Com essas questões, também pensávamos que a experiência política moderna tem se dado de modo bastante próximo às violências, a partir de uma lógica neoliberal de pensamento e de práticas sociais que tem rivalizado às noções de individualismo em detrimento das práticas do comum socialmente construídas (Duarte, 2012. Oksala, 2011). Esta lógica tem constituído uma sociabilidade ocupada na produção de uma relação com as vidas cada vez mais violenta, principalmente quando nos referimos a alguns grupos populacionais relacionados no Brasil aos negros, à pobreza e a espaços habitacionais periféricos das cidades.

Nestes jogos políticos afirma-se uma vontade de aniquilação e apagamento de memórias, de vidas e de subjetividades contra hegemônicas, a partir das quais torna-se possível pensar outras práticas de urbanização acessadas pelo direito e pelos jogos de poder. Vivemos em um jogo de urbanização que atua para esquecer e aniquilar vidas, determinados modos de existência. Este jogo de urbanização propõe o esquecimento e a morte de muitos como produtores de progresso e de ordenamento social; vivemos, por isso, políticas de esquecimento contundentes nos modos de organização, planejamento e atuação urbana. Nesta lógica fascista, certas vidas, memórias e histórias seriam arruinadas, apagadas, para que assim possa emergir uma urbanização que tem como função um jogo político historicamente datado, associado ao apagamento e ao esquecimento de certos modos de habitar e de circular pelas cidades em nome do progresso urbano neoliberal.

Neste sentido, participamos da produção de uma política de memória do governo brasileiro, direcionada a alguns grupos populacionais, no que Gagnebin (2015) chama de políticas de esquecimento, relacionadas pela autora à produção de memória do período ditatorial do país, ao que admite que “ainda que a prática de tortura, mesmo se ela ainda for hoje oficialmente condenada, continua de fato a ser tolerada” (p. 5). Atribui isto a um modo de produzir memória em nossa história que relega ao passado recente uma série de

condescendências no jogo de produção de uma anistia aos torturadores do período ditatorial do país. Diante deste jogo, cabe a produção de uma outra política narrativa em que caiba a produção de uma memória que não somente faça menção aos vencidos, aos torturados e àqueles que foram esquecidos pela política narrativa em vigência – atuante ao esquecer as torturas e a violência criminosa do Estado em relação a homens e mulheres que lutavam por outras possibilidades de governo frente a um golpe de estado –, mas que rememore e dê visibilidade aos modos pelos quais produzimos esses mecanismos de apagamento e de esquecimento constituídos como uma sistemática política de Estado (Safatle, 2010).

Portanto, estamos diante de um aspecto de problematização que assume o desafio de pensar o que Gagnebin (2015, p. 8) chama de “o limite onde o poder político se converte em violência”. Tratávamos, deste modo, de interrogar a relação entre política e vida na atualidade para pensarmos os modos de governo e as formas de constituir tais problematizações como forma de ativação da memória que colabore para a elaboração de um presente histórico promotor de um outro tempo narrativo que nos permita atualizar o presente para recontar o passado, constituindo uma história aberta de nós mesmos (Gagnebin, 2012): a ativação da memória e das narrativas como componente de resistência na atuação política dos nossos tempos.

Entre outras questões, nos propomos a perguntar sobre como é possível construirmos cidades pela via do esquecimento? Como produzimos memória e esquecimento nas cidades? Quais jogos de poder e de esquecer/lembrar estão imbricados nas políticas de existência e de habitação das cidades brasileiras atualmente?

Aqui vale retomar as questões inicialmente colocadas para pensarmos sua problematização. Num primeiro momento, assinalamos a forma como as experiências que acompanhamos são lugares de pluralização de problemas sociais e culturais que mostram a força da vida. Pensamos com Deleuze (2012) que colocar um problema e solucioná-lo são formas que quase se equivalem para alguns modelos de pensamento, no entanto, afirmamos a necessidade de constituir problema como vitalidade das nossas práticas de pesquisa, não no sentido de construir soluções, mas no modo como colocamos um problema, mantendo-o em movimento e produzindo sobre ele crítica. Por isto, este autor afirma que a criação de problemas está ou é colocada do lado da vida: “é a vida que se determina essencialmente no ato de contornar obstáculos, de colocar e resolver um problema” (Deleuze, 2012, p. 12). Deste modo, procuramos afirmar a força da vida ao colocar o problema da produção de narrativas a partir de

territórios vulneráveis das cidades. Pensamos que as práticas de urbanização dos nossos tempos têm constituído violências nos modos como organizamos e governamos os modos de vida nas cidades contemporâneas, de modo a produzir silenciamentos e ruínas em nome do progresso, produzindo narrativas específicas sobre o sucesso e o fracasso dos modos de vida. Em oposição a isso, propomos a construção de narrativas e de memórias das práticas políticas junto a estas comunidades, territórios sem luminosidade que constituem modos de resistência e de sobrevivência com parceiros relacionados às garantias de direitos, seja do Estado, de movimentos sociais, de universidades e/ou de igrejas.

2.1. Um problema de memória

Em nossas primeiras visitas às comunidades, um pedido fora feito em relação à situação em que viviam. Alguns jovens falavam de um descaso e de um esquecimento do poder público sobre as condições de vida na comunidade, afirmando modos de uma urbanização cada vez mais degradantes ao associá-los ao perigo e a uma série de questões que ignorava suas condições de trabalho e as contribuições econômicas e alimentícias asseguradas aos demais bairros. O sururu é um dos símbolos gastronômicos e culturais da cidade de Maceió, sendo considerado patrimônio imaterial dos alagoanos desde 2014, devido a sua importância cultural nos modos de organização do estado. Essas comunidades que vivem ao redor da lagoa Mundaú, pescam, tratam e vendem o marisco para outros bairros, no entanto, apesar desse movimento de produção cultural e econômica, são territórios pauperizados historicamente pelo poder público, muitas vezes associados a lugares violentos evitados pelos demais cidadãos.

Nestes primeiros dias colocavam essas questões para nós, havendo esperança e tentativas de mudanças nos modos de pensá-las e, principalmente, de lembrar. Dito de outra forma, os líderes comunitários apresentavam o desejo de produzir distintas formas de lembrar daquele território e das vidas que o habitavam. Essa produção de lembranças e de memórias começou a nos ser apontada como relevantes nos modos pelos quais as cidades são constantemente reformadas: através da associação entre urbanização e a construção de memória nos espaços urbanos. Os processos de urbanização estariam atrelados não somente a aspectos de uma objetividade e de uma ordem econômica e financeira, mas também às formas como a cidade organiza suas lembranças, ao tipo de história que queremos contar sobre ela e seus modos de vida.

A partir desses elementos, começamos a problematizar as relações entre urbanização e memória: a forma como constituímos cidade através dos modos como narramos ou deixamos de narrar eventos dos territórios em situação de vulnerabilidade social. Portanto, pensamos os modos pelos quais as cidades constroem territórios de uma liberação de responsabilidades para o poder público, constituindo sobre eles discursos de progresso e práticas sistemáticas de pauperização e de violência para as vidas que se encontram nesses espaços urbanos. Interessam-nos as cidades justamente naquilo que comumente descartam e, por isso mesmo, é capaz de fornecer-nos imagens dos processos de urbanização e memória urbanos.

No entanto, se os processos urbanos e de urbanização estão associados aos modos como produzimos lembranças, memória e esquecimento, o que é possível quando algumas acontecimentos são lembrados? Quais forças e questões produzem para os processos de urbanização das cidades quando retornam na forma de narrativas? O que as rememorações daquilo que não pode ser registrado nesses territórios produzem para nós que vivemos nas cidades? Qual a dimensão crítica e intempestiva que tais lembranças provocam e deslocam nas nossas cidades, em como produzimos urbanidade associada à vulnerabilidade de territórios e populações?

Ressaltamos a produção discursiva e de memórias que atravessa os modos de vida em determinados territórios da cidade, produzindo-os como objetos de uma ação violenta da história, que parece ser necessária para o progresso e para a manutenção de um discurso dos vencedores (Mate, 2011). Neste sentido, procuramos colocar as formas de produção de conhecimento junto a essa população como um problema, pois antes de colocar discursos de verdade em circulação através de nossas práticas de pesquisa, torna-se fundamental recolocar os modos como constituímos nossos problemas de pesquisa, bem como aquilo que chamamos de objeto de estudo. Ao colocar nossas questões de pesquisa estamos indicando o problema das formas de produção de verdades em que estamos situados e, ao mesmo tempo, colocamos o campo de dispersão do qual tais questões foram possíveis.

Não se trata aqui de adotar os territórios vulneráveis, as ruas e demais espaços das cidades como objeto e/ou problema de pesquisa, mas tomá-los enquanto lugares de produção de verdades. Não uma verdade intransigente e unívoca, mas em territórios de verdades em movimento, verdades que são possíveis em um determinado modo de pensar e de viver, verdades que mobilizam práticas e ações humanas, produzindo memória e cidades habitáveis, ainda que em condições de vulnerabilidade e de risco sociais. Ou seja, trata-se de pensar como

a vida é produzida nesses espaços de pouca luminosidade, mas sem tomá-la como objeto ou problema de modo restrito, o que não significa que isso faça com que não vejamos a necessidade de investimento e de ações de políticas públicas ou de uma organização social autônoma desses sujeitos em busca de melhores condições de vida, mas justamente de reconhecer a força criativa e potente de suas vidas para pensarmos os modos como temos produzido cidades (Scisleski e Hüning, 2016). Embora estejamos no lugar de vencedores do ponto de vista da produção de conhecimento, uma vez que ocupamos um lugar de reconhecimento social a partir da academia, trabalhamos também com autores que em sua maioria são vencedores, ainda assim somos convocados e nos posicionamos do lado dos vencidos nos processos históricos de urbanização e memória das cidades do ponto de vista da produção de conhecimento. Afirmamos também a necessidade de repensarmos os modos pelos quais temos produzido ciência, posto que esses procedimentos também urbanizam e produzem cidades de verdades.

Assim compreendemos a produção de conhecimento relacionada à constituição de problemas e objetos de estudo. A proposta é apresentar os territórios vulneráveis como desarticuladores de verdades, produzindo com eles outras formas de produção de conhecimento que potencializem suas forças de resistência diante dos discursos de verdade que os tornam objeto histórico do arbítrio e da violência do progresso. Portanto, de um lado temos a força criativa de algumas narrativas contemporâneas, desestabilizadoras dos campos discursivos dados que incidem sobre as vidas em territórios vulneráveis e, de outro lado, temos a proposição de uma postura estético-ético-política e metodológica diante do que comumente tomamos como problema e objeto de estudo. Fluxos que se complementam ao longo deste texto.

É a partir dessas questões e apontamentos que apresentamos algumas perguntas que norteiam esse trabalho:

- Como as narrativas e fragmentos da cidade podem constituir-se como estratégia de luta para a composição de processos urbanos que ocorram pela construção do comum e de estratégias constituintes de outros modos de viver, habitar e pensar as cidades? Como podemos construir, a partir do que temos, condições específicas de gestão da cidade que levem em consideração vidas e populações esquecidas ou removidas das discussões políticas?

- Quais memórias são integradas aos processos urbanos das cidades e também quais são descartadas? Como tornamos possível uma urbanidade de descarte de muitas vidas e populações nos territórios urbanos? Quais as condições que possibilitam essa determinada forma de constituição da cidade e do urbano?

- Ao considerarmos os processos de memória e urbanização, o que compõe a materialidade desses modos de urbanização? Como a memória produz práticas contundentes de determinadas violências nas cidades e o que aparece como aparato de registro e de sustentação dessas práticas? Como os corpos, a memória e a cidade se relacionam nas cidades? Quais os rastros e marcas que produzem?

- De que modo produzimos condições de resistência diante do amontoado de ruínas e descartes que a cidade nos oferece? Como podemos pensar as condições de possibilidades para um processo de urbanização que atinge as vidas de modo a revertê-lo, fazendo com que deixe de ser um constante aprofundador de desigualdades nos territórios urbanos?

A partir dessas questões buscamos problematizar a relação entre memória e urbanização nas cidades, considerando a escrita de narrativas a partir de fragmentos e a produção de acontecimentos na cidade, seja através do acompanhamento dos trabalhos de equipes de saúde do Consultório na Rua em Maceió, seja através do percurso a pé ou de ônibus na cidade e por cidades circunvizinhas, ou ainda, a partir de relatos em mídias sociais ou jornalísticas sobre eventos com algumas populações que vivem em situação de vulnerabilidade social. Isto ocorre de modo a considerar os processos de urbanização através da construção de memória sobre questões e eventos que não entrariam no registro oficial e formal das cidades, pensando-os através dos territórios vulneráveis e de vidas comuns, ou seja, problematizar os processos de urbanização a partir da constituição de memória em territórios da cidade circunscritos em uma lógica de exclusão e de esquecimento nas práticas sociais e políticas. Portanto, buscamos contribuir com as políticas de habitação e de promoção de direitos para populações consideradas vulneráveis, principalmente, a partir dos territórios em que se localizam nas cidades.

Como objetivos específicos, tratamos ao longo dessa tese de:

- Construir e problematizar modos de articular construção de conhecimento e de luta nas cidades, a partir de como organizamos memórias e narrativas nas formas como circulamos e vivemos os espaços urbanos;

- Construir análises acerca de alguns processos de urbanização que ocorrem nas cidades, de modo a possibilitar uma problematização de determinados modos de política efetivados como forma de governo das populações em situação de vulnerabilidade social;

- Discutir e problematizar aspectos pertinentes à construção de uma memória urbana associada ao território, mas também a outros indicadores relacionados à construção de memória urbana, pensando os modos como ganha materialidade nas práticas sociais;

- Visibilizar e refletir sobre estratégias de resistência nas cidades brasileiras, considerando diversas questões políticas e sociais que atravessam a construção de alternativas nos modos de resistência de populações vulneráveis.

Apresentaremos nos capítulos que seguem quatro cidades: Cidade Fragmento, Cidade dos mortos, Cidade Corpo e Cidade Infância. Estas cidades possibilitam e constroem, a partir de fragmentos de memórias de práticas nas cidades brasileiras, espaços de visibilidade e problematização diante de ações que constantemente assaltam as vidas em territórios construídos como vulneráveis em cidades brasileiras.

Na Cidade Fragmento consideramos as formas como as cidades aparecem como lugar e espaço para uma fragmentação das experiências, garantindo uma naturalização de práticas e um processo no qual há uma perda de memória e uma a-historicidade das diversas ações que incidem sobre os modos de vida das cidades. Ao apresentarmos a Cidade dos mortos, consideramos a forma como as urbes produzem extermínio e morte como modo de governo dos territórios em situação de vulnerabilidade social, do mesmo modo construímos uma memória de práticas de exceção para problematizarmos as políticas de visibilidade que atuam de modo a construir memória e esquecimento. Desta forma, apresentamos os modos como política e morte estão imbricados na contemporaneidade.

Outro capítulo-cidade que apresentamos é a Cidade Corpo. Nesta cidade, problematizamos os estilos com que o poder e as práticas de violência tomam os corpos nas cidades brasileiras, considerando-os signo de um perigo social que deve ser minimamente corrigido através de diversas tecnologias de governo. Problematicamos os corpos-festa, diferentemente das formas com que são tomados nas diversas práticas urbanas em diferentes territórios construídos como vulneráveis.

Por último, apresentaremos o capítulo Cidade Infância. Neste capítulo, as ruínas e detritos formam um canteiro de obras para as práticas de resistência e profanação em territórios considerados vulneráveis. Ressaltamos a infância, o lugar de um certo silêncio, como espaço de uma produção subjetiva capaz de confeccionar memória e resistência políticas. Mesmo remetendo às mazelas e aos destroços que elaboramos e depositamos em determinados

territórios urbanos, ressaltamos como a necessidade de criação e transformação da vida é capaz de reinventar-se nesses espaços de vida e de morte.

A seguir retomaremos a noção de cidade para pensarmos governo e resistência nos territórios urbanos.

2.2. As cidades como espaços de governo e de resistência

Até agora mencionamos com frequência a palavra cidade; no entanto, precisamos indicar o que estamos chamando de cidade ao longo deste trabalho, pois, como veremos, constitui importância para a elaboração das questões que apresentamos anteriormente. Neste sentido, torna-se fundamental pensar as articulações entre memória e cidade como relativas a uma dimensão política. Em outros termos, tais articulações nos permitem uma abertura ao inusitado, um estranhamento de nós mesmos e à produção de acontecimentos no cotidiano. Tratamos de uma cidade aberta, na medida em que permite rememoração.

As cidades, em sua profusão de memórias, oferecem-nos personagens urbanos que colocam em análise as morais e as verdades eternas que sustentam todo um edifício de discursos e de práticas sociais. Os conceitos e as questões que levantam induzem à excitação um mundo naturalizado e endurecido. Essa operação entre memória e produção de conhecimento faz com que seja possível quebrar a dureza das coisas que nos cercam, ao mesmo tempo em que apresenta o **corpo** como espaço de poder. Lugar de investimento dos poderes, assinalando-o como invenção. Na cidade o corpo é inventado.

O trabalho sobre o mundo encontra habitação na cidade. É através do trabalho em diferentes proporções e necessidades que podemos pensar os modos de subjetividade, e assim a subjetividade aparece como artefato, construído cultural, político e socialmente. Portanto, a cidade traz o inferno às verdades e às tentativas de estabilização das coisas e dos seres no mundo, pois ela é lugar e espaço de subjetivação, onde as possibilidades não deixariam de serem inventadas.

Para Harvey (2014),

a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a

natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. (p. 28).

Deste modo, pensamos a cidade intimamente relacionada às possibilidades de fazer e refazer a nós mesmos e às nossas cidades nos processos de urbanização. Está relacionada a processos de construção constante de relações e de modos de ser e estar no mundo, articulando e desarticulando verdades, possibilitando o inusitado das práticas e ações políticas e sociais.

Podemos mencionar que as cidades tem sido lugar e espaço de articulações entre o capital e o poder público (Reis, Lara e Guareschi, 2015. Lara, 2015). No entanto, temos visto uma profusão das questões urbanas sobre os processos de urbanização, principalmente a partir de grupos populacionais removidos de territórios e explorados pelas políticas de empreendedorismo das cidades.

Autores como David Harvey (2014) e Michel Foucault (1999; 2008a; 2008b) têm apontado, desde perspectivas teóricas distintas e momentos históricos diferentes, a forma como a cidade tornou-se uma preocupação e um lugar de investimento neoliberal, em uma lógica de empreendedorismo e de progresso que tem construído diversas impossibilidades para as vidas de algumas populações. Do ponto de vista de um poder que investe na vida, Foucault (1999) apresentou-nos a relação que o poder exerce sobre a vida sempre em uma contramão às políticas de extermínio que são efetivadas pelo Estado. O biopoder consolida-se a partir do século XVII na Europa e ocorre de modo a *fazer viver e deixar morrer*, sendo que apesar dessa máxima organizadora das tecnologias desse tipo de poder, o autor nos apresenta o problema do racismo de Estado.

Como é possível que um poder investido em fazer viver e potencializar a vida possa produzir a morte e o assassinio de certas populações e subjetividades? Michel Foucault apresenta-nos essa questão e propõe-nos a pensar o racismo de estado para respondê-la. O biopoder não suplanta ou substitui o poder soberano, ocupado em fazer morrer nos grandes espetáculos a céu aberto, em que os súditos assistiam nas cidadelas a execução de pessoas, como sinal da força e poder do soberano, em desagravo ao corpo do rei. O que acontece nas cidades modernas é que não é mais admitido ao Estado manter-se como soberano exercendo o direito de morte ou mesmo que seja justificada a existência dele pelo simples uso do poder de matar. Com os discursos humanistas, há cada vez mais a necessidade de afirmar a defesa da vida, afastando do poder o sangue e a morte, o Estado deve defender a vida para exercer legitimamente sua força sobre os territórios e as formas de existência.

Ainda assim, Foucault (1999) aponta-nos como esse poder de matar permanece sendo exercido pelo Estado, direcionado a alguns modos de vida e populações. Para isso, encontra uma justificativa no aparato biológico, associando ao corpo marcas e características relacionadas à criminalidade e a um risco social e político representado por certos indivíduos e populações. Tais marcas no corpo hipoteticamente indicariam um perigo para os modos de vida e organização de uma sociedade. Isso ocorre, segundo o autor, com o desenvolvimento das ciências modernas e a necessidade de construir conhecimento que possibilite controle, prescrição e previsão de riscos e acidentes nas cidades.

Portanto, temos uma cidade encharcada por uma lógica que inscreve algumas vidas e subjetividades em apagamentos, a deixar sobressair somente nota e notícias de especialistas, de produzir sobre elas uma violência tamanha que não pode ser descrita ou lembrada, restando a denúncia como seu modo de inscrição política. Neste sentido, temos um modo de fazer política que se inscreve como uma máquina de guerra e, por isso, cabe-nos retomar a lógica a partir da qual a ausência de guerra entre nações não significa um estado de paz absoluto, mas que a política atual se efetiva como uma guerra por outros meios (Foucault, 1999. Mbembe, 2016). Essa forma de encarar a política nos posiciona criticamente diante das práticas de governo e de governamentalidade atuais direcionadas a diversas populações urbanas.

Assinalamos a arte de narrar, de transmissão de uma experiência em alguns territórios urbanos, tornando-se alvo de um desgaste contínuo na modernidade, marcado pela profusão do tempo do progresso (a aceleração do tempo). Neste sentido, podemos dizer que as narrativas destes territórios se tornaram escassas (Benjamin, 2012). Podemos contar isso como resultado de uma experiência da modernidade em que tempo e história de vida tornou-se um aglutinado, relacionado ao sucesso ou fracasso de trajetórias de vida. Tornamo-nos cidades de uma abundância de relatos nos quais há uma relevância maior aos modos breves e objetivos de comunicar, calcados na informação e não na transmissão de uma experiência daquele que relata. Ao mesmo tempo, constituímos as imagens como relevantes à transmissão de informações: atualmente as imagens em vídeo ou fotografia transmitem aspectos da narrativa contemporânea do mundo.

É possível que as narrativas tenham mudado e, gestadas em seu tempo, transformaram-se em puro movimento (imagens/cinema), não havendo mais distinção entre meios e fins. As narrativas contemporâneas parecem ter-se tornado sensações e emoções puramente. Passamos a transmitir ações e sentimentos sem qualquer mediação: a política contemporânea tem se

constituído pura experiência já sem referente ou mesmo algo que se possa mediatizar. É possível que a experiência política moderna tenha se transmutado em puro meio sem fim: formação de imagens que transmitem uma imediaticidade de ações e de atos (Agamben, 2015b).

Sobre as violências, já não criamos interpretações épicas ou dantescas, sobre elas sentimos e atuamos. Criamos estratégias contundentes de urbanização e de atuação política. As imagens organizam um mundo de práticas sociais, produzindo uma memória narrativa e construindo estratégias de atuação. O esquecimento tornou-se estratégia política de elaboração de mundos através da construção de narrativas e de memórias sociais, a partir das quais produzimos comoção e práticas decisivas de atuação social. As imagens falam, constituem para si e para nós problemas, mobilizando uma vida e mundos, conectando práticas e disparando sensações.

Neste sentido, as imagens aparecem como alternativas na construção das narrativas modernas e, com isso, não haveria uma representação do mundo, mas uma ação sobre ele. Assim, a imagem aparece como signo de uma impossibilidade, permitindo restituir imagem à escrita através da imediatez do pensamento, daquilo que a imagem torna presente pela perda que apresenta: uma multiplicidade de realidades que não se contrapõem, mas coexistem. Neste sentido, não se trata do que a imagem é ou representa, mas do que ela faz, abrindo um campo ético e político não somente pela estética. De outro modo, a imagem expressa uma experiência, contudo já não aquela que funda o sujeito, mas a que dessubjetiva (Castro, 2009, p. 161). Em outros termos, podemos dizer que “uma experiência é sempre uma ficção; é algo que se fabrica para si mesmo, que não existe antes e que existirá depois” (Foucault, 2010a, p. 292).

Benjamin (2009) escreve que “a imagem dialética é um relâmpago que passa por sobre todo o horizonte do passado (...) como uma imagem fulgurante no agora cognoscível” (p.39). O autor nos propõe confeccionar e tentarmos para as imagens como algo que nos escapa rapidamente a sua presença. E deste modo, o despertar para os territórios de pesquisa e para o que nos acomete é fundamental, pois nos atenta à percepção da fugidez inevitável de certos acontecimentos. Ao mesmo tempo, desperta em nós algo que nos remete para além das imagens: o que Walter Benjamin atenta-nos é para o despertar, não basta ficar na imagem, torna-se fundamental construir memória e transmissão; por isso, pensamento e escrita encontram-se no método histórico benjaminiano.

Para Walter Benjamin, há a “compreensão da escrita como lugar de luta, superfície agônica: o crítico é o “estrategista na batalha da literatura”; a verdade só é capturada pela escrita

‘bruscamente, como um golpe’, [...]’ (Muricy, 2009, p. 249). Com isso a escrita ajunta-se à política como forma de inventar a realidade, forjando-a pelo exercício do pensamento. O que parece inscrever a imagem dialética nessa metáfora do relâmpago fulgurante é uma certa crueza do pensamento, o imediato do pensamento capturado pela escrita. Algo poético: um pensamento que pensa poeticamente, afirma Arendt (2008), uma escrita a toque de luta, de sangue e de esperança.

Assinalar à escrita e à linguagem esse lugar de invenção da realidade é, também, evitar uma objetividade que tem a pretensão de representar o mundo criando um precipício entre a natureza e o humano. Em outros termos, ao efetivar isso que chama de imagem dialética, Walter Benjamin retoma a força e a potência do pensamento como imagem na invenção da atualidade: ao fazê-lo parece restituir ao homem (ser do pensamento) a atividade de reinventar a história não como representação em uma linha temporal, mas como imagem e pensamento que permitem reparar o passado no presente.

Agamben (2015b), ao escrever sobre o gesto, afirma que em cada imagem há alguns laços de “um poder paralisante que é necessário desencantar” (p. 57). E esse desencantamento seria possível através do pensamento capturado de modo imediato pela escrita na linguagem, numa tentativa de comunicar o incomunicável. Estes autores ressaltam o pensamento como uma atividade humana que atua sobre tais imagens colocando-as em movimento, como imagens decididamente históricas e dinâmicas. Ao dotar as imagens de história e de dinâmica, abre-se a possibilidade para a atualização do passado e do futuro. Ou seja, compondo-as de movimento produz-se diferença. Deste modo, o despertar exercido na escrita é algo imprescindível para a confecção de uma imagem dialética:

Para Benjamin, uma imagem dialética é captada em uma época determinada “quando a humanidade, esfregando os olhos, percebe precisamente como tal a imagem do sonho (isto é, quando pode dizer ‘era sonho!’). Neste momento o historiador assume diante da imagem, a interpretação dos sonhos”. A importância do despertar e da tarefa de interpretação dos sonhos – os sonhos coletivos, as imagens de desejo de uma época – é decisiva para a concepção de dialética em Benjamin, da qual já foi indicado o caráter figurativo: “A exploração dos elementos oníricos na ocasião do despertar é o paradigma da dialética. Ela é um exemplo para o que pensa e uma necessidade para o historiador” (Muricy, 2009, p. 247).

A imagem dialética oferece não uma representação da realidade nem uma versão dela, mas uma alegoria, ou seja, apresenta-nos visibilidades específicas: fatos da vida cotidiana, aparentemente insignificantes, que seriam negligenciados por um historiador tradicional. Neste sentido, a imagem dialética apresenta uma síntese autêntica na qual o que se paralisa e se mantém caracterizado são os antagônicos, os conflitos. Trata-se de usar a narrativa para produzir imagens, não oposições ou dicotomias, mas sínteses que cortam e articulam pensamento e imagem fazendo-os aderir um ao outro. Deste modo, a imagem dialética, no espaço da ação política, é um texto que mostra. Assim a alegoria benjaminiana mostrada pela imagem dialética oferece um ponto de vista crítico, aberto à interpretação e que flerta com a morte como tempo de sucessão; deste modo, apresenta-nos uma revelação da perda pela dinâmica presença-ausência.

Estes elementos que constituem a escrita como lugar de guerrilha e de produção de cooperação e de conhecimento produzem outra relação com as formas de pensar e fazer pesquisa. A materialidade das vidas nas ruas e territórios considerados vulneráveis, das imagens que constituem e o modo como podemos articulá-las na escrita, refazendo caminhos que permitem potência e criação, são aspectos da construção poética de uma versão para a vida que seja endereçada e que reconheça o outro. Esses aspectos são elementos de vida e de luta que, de tão cotidianos, carecem de escrita e escrita que rasga, inscreve, corta e sangra (Hadler, 2017).

Por essa via, o esquecimento tornou-se modo de operar com e sobre as vidas urbanas, constituindo para si uma série de problemas com os quais vamos lidar. O cotidiano tornou-se lugar privilegiado de atuação política, pois é nele que as imagens ganham força e força que atua sobre as vidas de modo a fazer-se confundir com a violência do aniquilamento e do apagamento social. É desde modo que temos constituído, ao longo da história ocidental, os arquivos: formas de lidar com a construção do que nos tornamos, auxiliando a memória política e social a lidar com o que nos submete justamente por ter caído no esquecimento.

Para Foucault (2012) há um *a priori* histórico que nos antecede e sujeita, este possibilita dizer e ser de um modo, não de outro, ou seja, para o autor há um sistema de formação e transformação de enunciados possíveis de existirem em uma determinada cultura; a isso ele dá o nome de arquivo. E segundo este autor,

o arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis, melhor, sem dúvidas, e com mais clareza na medida em que o tempo dele nos separa: em termos extremos, não fosse a raridade dos

documentos, seria necessário o maior recuo cronológico para analisá-lo. (Foucault, 2012, p. 159).

Nesses termos, para o arqueólogo, o arquivo nos aponta o presente do qual estamos sendo feitos, nos atualiza, nos presentifica, tornando-nos contemporâneos ao nosso tempo. O arquivo aparece aqui como força do tempo, sem a qual não nos daríamos conta da violência que acomete a vida, uma vez tornada sujeita às relações de poder e de violência. Garante que percebamos que as relações humanas são construídas socialmente e a partir de uma determinada relação com as continuidades e as discontinuidades temporais humanas.

Deste modo, as práticas constroem possibilidades de atuação, não somente objetividades, mas potências de ação: o cotidiano torna possível a profanação das práticas instituídas, tornando-se espaço de desarticulação e do qualquer, do tempo oportuno para a criação de outras práticas sociais na cidade (Sedlmayer, 2007). Desta maneira, o esquecimento como estratégia política de urbanização, indicando-nos o progresso através das ruínas como único meio de alcançá-lo, aniquilando e apagando vidas e subjetividades consideradas desnecessárias. Sem letra, papel ou registros, os territórios urbanos em situação de vulnerabilidade social apresentam-se na forma de arquivos das cidades modernas.

Safatle (2010) inicia seu artigo sobre a ditadura militar brasileira, mencionando Auschwitz nos seguintes termos:

Começo com este ponto apenas para dizer que é bem provável que a dimensão realmente nova de Auschwitz esteja em outro lugar. Talvez ela não esteja apenas no desejo de eliminação, mas na articulação entre esse desejo de eliminação e o desejo sistemático de apagamento do acontecimento. Devemos ser sensíveis ao caráter absolutamente intolerável do desejo de desaparecimento. Lembremos, neste sentido, desta frase trazida pela memória de alguns sobreviventes dos campos de concentração, frase que não terminava de sair da boca dos carrascos: “Ninguém acreditará que fizemos o que estamos fazendo. Não haverá traços nem memória”. O crime será perfeito, sem rastros, sem corpos, sem memória. Só fumaça saída das câmaras de gás que se esvai no ar. (p. 237).

Esse desejo de desaparecimento, de relegar ao esquecimento os atos humanos nos campos de concentração remete-nos a não produção de ações de resistência, à construção sistemática de um não-arquivo que nos faz reproduzir sobre a vida mais violência ultrajada de legitimidade. Ora, se é o arquivo, a memória, a história que nos possibilita a atualização e a

possibilidade de ser, de ganharmos existência enquanto sujeitos e objetos do governo humano, como pensar o esquecimento como estratégia política de urbanização destinada a alguns grupos populacionais e modos de vida nas cidades? Por outro lado, a memória política poderia ser instrumento de urbanização? E, quanto a nós, o que queremos esquecer e lembrar nos processos urbanos das cidades brasileiras? Como desativar o esquecimento em alguns processos de urbanização no Brasil? Como pensar na construção de uma inoperatividade da memória nas políticas de urbanização? Através da ativação da ação humana provida pela força narrativa e da imaginação? O que queremos esquecer? Quais os problemas que o esquecimento produz nas políticas de urbanização e de existência nas cidades?

Se, por um lado, neste texto, estamos no enquadre da produção de conhecimentos, logo a produção de verdades se coloca como um imperativo; de outro, ao falarmos em esquecimento e memória estamos implicados no que podemos e queremos lembrar. A questão, então, se desloca da verdade como fato e evidência para o que podemos construir e ficcionar sobre o nosso passado e presente. O problema das origens se coloca. Mas antes disso, coloca-se em evidência a nossa capacidade política de produzir memória, de produzir cidades habitáveis. Pluralizar narrativas não equivale a contar mentiras tampouco histórias mais verdadeiras que outras, mas à possibilidade de construir alternativas para a vida que não estejam circunscritas a um modelo dado de existência. Compor histórias tem a ver com possibilidades para a vida, tornar a vida de outros vivível e suportável, ainda que nos pareça absurda a ideia. O problema do esquecimento e da memória nas cidades é um problema ético, não somente um problema epistêmico de qual verdade é a mais verdadeira – qual a verdade factual? –. Portanto, tratamos de uma aposta na narração e na ficção como alternativa para lidar com a vida. Inventar uma cidade possível para a vida é a condição política moderna por excelência e isto não está dissociado da produção de memória e de esquecimento, dos modos como narramos a nós mesmos.

Deste modo, trabalharemos com o esquecimento pela via de uma vontade de lembrar (posicionamento político). Diferentemente de ser pensado pela via do progresso e da produção de uma involuntariedade mnêmica, ele se torna um dispositivo político de construção de possibilidades, realidades e outros mundos. Pensar a memória pela via do esquecimento é pensar também sobre o que queremos lembrar, uma vontade de recordar atuada por uma inoperância das práticas de esquecimento movidas pelo progresso e aceleração: a ativação da imaginação como um elemento que aciona um tempo oportuno para a criação e a narração coletiva.

Através do esquecimento ou pela produção de uma política urbana atravessada pela vida/memória, podemos pensar as relações de poder, os efeitos de apagamento de subjetividades e de modos de existência, por meio da produção de verdades e de estilos de governo da vida e da memória nas cidades. A ideia é produzir outras relações com o que produzimos como dejetos, ruínas e restos de uma operação histórica movida pelo progresso; pensar o esquecimento como uma prática política e social que dá lugar, luz e sombra à existência dos conflitos, jogos de poder e relações de descarte com a vida. Para pensar os governos atuais torna-se necessário pensar os modos pelos quais produzimos memória e esquecimento de vidas e subjetividades nas cidades.

Articular as políticas de urbanização à confecção de uma memória também é ativar maneiras de narrar a vida, articulando-as aos processos de criação e ao tempo oportuno para produção de novas possibilidades de habitar e de existir; portanto, torna-se um ato político em direção a uma memória social do que somos e do que podemos ser. Fazer do cotidiano acontecimento.

A partir de fragmentos sobre diversas experiências de leitura de textos e acompanhamento de equipes de saúde do Consultório na Rua em Maceió, buscaremos problematizar a noção de território a partir da produção de memória dos espaços urbanos considerados em situação de vulnerabilidade social: favelas, comunidades e ruas. Ao apresentarmos a construção das quatro cidades fictícias – Cidade Fragmento, Cidade dos Mortos, Cidade Corpo e Cidade Infância –, inspirados em *Cidades Invisíveis* de Ítalo Calvino, bem como em *Cidade dos sábios* de Luis Antônio Baptista, procuramos produzir memória e problematização dos processos urbanos em nossas cidades. Em cada cidade escrita trabalhamos com diversos fragmentos de memórias sobre as cidades em que estivemos; problematizamos aspectos do território para pensar os modos como urbanização e memória são efetivadas e interligadas nas nossas cidades. Questionamos ao longo destas cidades-capítulo: a) os fragmentos como forma de constituir narrativas nas cidades brasileiras; b) a relação entre morte e política atualmente; c) o corpo como lugar de inscrição de uma memória nas cidades; d) o silenciamento e o barulho das memórias como elemento de resistência e profanação. Frente a estas questões propomos pensar os territórios vulneráveis como arquivos impróprios e inusitados de práticas obsoletas que assaltam memórias e formas de vida das cidades, colocando-as em perigo.

3. Rastros de uma estética na escuridão

Entre agosto de 2007 e março de 2008 fora realizado o primeiro censo da população em situação de rua do Brasil em 71 municípios, dos quais 23 são capitais e 48 são municípios com população igual ou superior a 300 mil habitantes (Brasil, 2008). São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre já possuíam um censo desta população, por isso não entraram nas capitais relacionadas a este primeiro censo nacional no período determinado. Como em outros países, a população em situação de rua brasileira não consta nos censos demográficos, devido a tais censos terem como base o domicílio. Portanto, esse primeiro censo marca um momento para a formulação de políticas públicas destinadas a essa população, ao mesmo tempo em que situa uma série de dificuldades metodológicas para sua efetivação, o que é descrito no documento da pesquisa intitulado *Rua: aprendendo a contar*:

A mobilidade dessa população, inclusive no período noturno, impõe que o levantamento das informações seja realizado no menor período de tempo possível, para minimizar a dupla contagem. Assim, a estimativa do tamanho das equipes de campo pautou-se na expectativa do MDS de que as entrevistas fossem realizadas em apenas uma noite em cada grande área de concentração de pessoas em situação de rua. Ademais, como precaução para reduzir os efeitos da mobilidade sobre a dinâmica e configuração das ruas, recomendou-se que a coleta de dados não fosse realizada em feriados ou datas festivas, finais de semana, no inverno ou em datas próximas ao fim de ano (Brasil, 2009, p.18).

A mobilidade, inerente à forma de vida e de circulação das pessoas em situação de rua, retoma a própria noção de território, conceito e operador central das políticas públicas. Mas a mobilidade aparece aqui como um desafio metodológico, ou seja, como algo que deve ser metodologicamente corrigido de modo a produzir dados e informações verdadeiras quanto à população em situação de rua do país. De outro modo, podemos dizer que a mobilidade interroga os pesquisadores de tal censo, não pelo que propõem fazer, mas para encontrar um modo de corrigi-la para que não interfira nos dados qualitativos e quantitativos produzidos. Diferentemente de afirmar a não-importância desses censos para essa população, retomamos é a interrogação que a mobilidade desta população faz aos modos atuais de contar – narrar, descrever, contabilizar – e produzir políticas públicas, centrados sobre uma noção de território como lugar de fixação, não de deslocamento e de fluidez. Assim sendo, pensamos que a

mobilidade desta população não necessariamente deve ser corrigida metodologicamente, mas incorporada e experimentada ao processo de contagem daquela população. Falamos aqui em retomar tal característica enquanto elemento performativo e inventivo nas pesquisas com estas populações, considerar o impossível e o caótico, mas também a finitude e o limite do que apresentamos como inventivo, desafiador e criador nas pesquisas, não como paralisador ou impeditivo da produção, mas força e potência de pesquisa. Deste modo, interessa o que escapa e não é registrável nos dados oficiais, nas estatísticas, nos artigos e relatos científicos e nas políticas públicas. Talvez a questão não esteja em contar, contabilizar, tal população em um censo demográfico, mas em pensar para que contá-la e como fazê-lo considerando em tal contagem uma impossibilidade aos métodos corriqueiros de levantamento demográfico: que contagem é possível com essa população e como fazê-la? Como repensar o território em termos dos serviços e dos programas das políticas públicas para populações como essa?

Trouxemos essa discussão para mencionar o território como um conceito e um operador fundamental da política nacional para a população em situação de rua e às demais populações com as quais nos ocupamos aqui, pois é ele que articula tanto a noção de soberania de uma nação quanto a construção de estratégias biopolíticas sobre determinadas populações.

Neste sentido, conforme afirma Foucault (1979), a noção de território será importante para os jogos e estratégias biopolíticas contemporâneas, não mais por centrar-se sobre a figura do soberano, do príncipe, mas por pensar o território como lugar de fluxo de coisas, de pessoas, de mercadorias, de seres vivos, de microorganismos, entre outros. O território deixa de ser simplesmente domínio do soberano para tornar-se lugar no qual a vida ocorre e, portanto, deve ser governado de modo econômico pelo Estado. Para este autor, ao Estado cabe desenvolver uma arte de governar, ou seja, um modo eficiente e suficiente de conseguir objetivos e metas de governo sem um desgaste desproporcional de forças. O território ao ser governamentalizado pelo Estado, transforma-se em lugar de experimentação biopolítica no qual a técnica do lado da política dará suporte à gestão da vida como uma empresa.

Embora saibamos da importância do território e da territorialidade (conceitos distintos) para a formação cultural e regional de um povo, não podemos deixar de considerar a mobilidade como algo determinante das formas de vida no Brasil, seja pelas questões históricas relacionados ao nomadismo das populações indígenas, seja pelo processo de civilização e europeização do país ao longo do desenvolvimento das cidades brasileiras nos últimos séculos, de modo a fixar moradia, desenvolver uma cultura sedentária em detrimento à cultura nômade

indígena. Sendo assim, o processo de fixação e sedentarização dos modos de vida no país obedecem a parâmetros e costumes que viriam a estabelecerem-se como indicadores de civilização no nosso país. Não somente civilizados, este processo vem a consolidar-se como a melhor e mais eficiente forma de organização de vidas.

Deste modo, tanto quanto a noção de território é possível de problematização, cabe-nos interrogá-la junto à noção de mobilidade, ou seja, como pensar as políticas públicas para a população em situação de rua considerando a mobilidade como um dos elementos que a caracteriza e torna-lhe possível nas cidades? (Brasil, 2009).

Diante de tais questões resta-nos interrogar sobre o que chamam de contagem dessas populações: Como e o que contar? Quais as estratégias que podemos efetivar ao construir uma forma de contar suas vidas sem cair no jogo entorpecido dos números ou de uma qualificação de suas experiências de vida nas cidades?

Neste capítulo, buscaremos apresentar as formas pelas quais construímos experiência de pesquisa nesses territórios e com estas populações. Para isso abordaremos os territórios vulneráveis das cidades a partir dos seguintes aspectos: a) como territórios de produção de verdades na cidade; e b) como territórios que remetem a um arquivo das cidades. Em seguida, apresentaremos alguns aspectos problemáticos dessas afirmações e as estratégias que construímos para lidar com tais questões: a) o problema da escrita sobre estes territórios e a ficção como lugar de produção de verdades; b) o problema da autoria e a proposta estético-ético-política desta pesquisa. Além disso, abordaremos as narrativas que construímos sobre esses territórios vulneráveis das cidades como histórias abertas, não como um dado de pesquisa, mas como algo relativo a um modo de produzir visibilidades e enfrentamentos diante do que aparece para nós nas narrativas e fragmentos de experiências em tais territórios.

3.1. Territórios vulneráveis: produção de arquivo e de verdades na cidade

Ao chegarmos às comunidades e aos territórios considerados vulneráveis pelo poder público, nas ruas e em determinados espaços urbanos, encontramos com diversas questões sociais e políticas que se arrastam ao longo de uma história das cidades, problemas relativos à construção sistemática de abandono em questões relativas à saneamento básico, saúde, educação, políticas de habitação e de moradia. Além disso, nos vimos diante de uma imensa

possibilidade de parcerias junto aos moradores das comunidades e das ruas da cidade, de modo a construirmos alternativas e possibilidades de atuação política com homens e mulheres, jovens e crianças de diversos gêneros e orientações que buscavam melhores condições de sobrevivência.

Por um lado, estávamos lá para construirmos processos de pesquisa, inicialmente relacionados ao uso de fotografias elaboradas pelos seus moradores, de modo a explorar histórias e narrativas sobre seus modos de vida naqueles territórios – ideia que fora descartada já de início, pelo fato de a equipe de saúde considerar preocupante a produção de imagens destes territórios e como os líderes comunitários encarariam a realização de tais registros. De outro lado, tínhamos uma série de demandas e de questões que as equipes de saúde deveriam atender, problemas relacionados à saúde e ao acesso de direitos dessas populações. Neste sentido, a construção de um problema de pesquisa tornava-se algo que se perdia em meio aos atendimentos que acompanhávamos. Tornavam-se cada vez mais relevantes os curativos, a matrícula das crianças em escolas públicas, a garantia de acesso a serviços de saúde e de assistência social, entre outros.

Em meio a essas questões que apareciam naqueles territórios, fomos construindo formas de lidar com os modos de vida e com aquilo que encontrávamos de histórias miúdas que, em certos momentos, produziam em nós vontade de uma escrita e registro. Andava com uma bolsa a tiracolo, em que guardava um caderno de anotações e caneta, nela também guardava algumas coisas que encontrava ou que nos davam durante nossa perambulação nos territórios e ruas. Raramente sacava o caderno e caneta da bolsa para realizar as anotações; além disso, fora recomendado que usasse tênis fechado e calças compridas durante o período que estava junto à equipe de saúde. A equipe do Consultório na Rua estava sempre com uma camisa ou colete de identificação do serviço, enquanto que eu não usava tais identificações, por isso, era pedido que me mantivesse sempre próximo à equipe, por razões de segurança durante minha circulação pelas comunidades e ruas. Aos poucos isso foi sendo ajustado nas relações com as pessoas da comunidade e alguns usuários dos serviços nas ruas, pois começamos a nos conhecer e, de algum modo, construir outras formas de identificação por estar sempre junto às equipes. Mesmo a forma como chegávamos às comunidades era relevante, normalmente saíamos juntos da Unidade Básica de Saúde (UBS) em direção aos campos de atuação da equipe no transporte de que dispunham, outras vezes conversamos sobre a necessidade de irmos direto de casa para os locais de atuação através do transporte público.

Estas questões referentes à circulação e ao acesso às comunidades falavam das formas de aproximação com a equipe de saúde e com os usuários do serviço. Durante um tempo pensando tais questões, em uma conversa de orientação, começamos a pensar que o que nos interessava nessas aproximações não era nem os trabalhos da equipe, ou mesmo as relações complexas de cuidado que construíam junto aos usuários do serviço, mas a forma como construímos junto à cidade possibilidades de encontro com histórias, memórias e processos de vida. Portanto, aos poucos fomos delineando as cidades e seus territórios esquecidos ou vulneráveis como espaços aos quais dedicariamos a construção de nossas questões e problemas de pesquisa. O Consultório na Rua transforma-se em um dispositivo que permite-nos visibilizar modos de vida e de urbanização da cidade, normalmente não inscritos nos livros e registros dos poderes competentes, se não como um problema da cidade que deve ser reparado.

Neste sentido, voltávamos para casa ao final de cada tarde sensibilizados com as histórias e condições de vida de uma parcela da população da cidade que vivia nas ruas e territórios urbanos considerados vulneráveis – acompanhamos o trabalho de equipes diurnas do Consultório na Rua em Maceió. Íamos ao campo, conhecíamos pessoas e histórias; no entanto, voltávamos para casa enquanto as pessoas permaneciam em certas condições de vida. Era como se a construção de pesquisa que poderíamos fazer pudesse deslocar-se da construção de dados de pesquisa quantitativos ou qualitativos, que era o que costumava acontecer nos modos de fazer pesquisa nesses territórios, para uma construção de pesquisa que estivesse associada à constituição de memória e de rememoração através da elaboração de textos que pudessem mesclar fatos e eventos por meio de processos de construção ficcional.

É essa necessidade de produzir memória, nos modos de articular as práticas de pesquisa e os processos de rememoração, que encontramos com o livro de Calvino (1990), *As cidades invisíveis*, em que Marco Polo conta a seu imperador histórias sobre cidades que conheceu em excursões pelos mares. São cidades diferentes em diversos aspectos, mas que ao final parecem remeter-se a uma mesma cidade. No entanto, curioso é que durante um certo momento, depois de ouvir várias histórias de Marco Polo – ouvir de várias cidades –, o imperador começa a desconfiar da veracidade dos relatos e da existência real daquelas cidades; ao que Marco Polo não respondia ou assinalava sempre uma outra cidade, apresentando-a com detalhes fantásticos e suntuosos que dificilmente encontravam referência possível. A questão que Ítalo Calvino apresenta é da construção de cidades através da brincadeira com elementos da realidade fatídica e de uma certa fantasia, de modos de narrar e contar experiências que parecem absurdas; no entanto, ao contar sobre suas cidades, Marco Polo cria condições de existência e de imaginação

para diversas questões, além de outras referências para pensar o mundo, através das práticas de narração e rememoração.

Apresentaremos nos capítulos que seguem quatro cidades a partir das quais buscaremos discutir aspectos das perguntas norteadoras desse trabalho; no entanto, remetemos à tarefa de rememoração elementos de problematização do presente. Assim, apresentaremos com características ficcionais aspectos e questões que encontramos nas cidades em que circulamos seja junto ao Consultório na Rua, seja junto a movimentos sociais ou mesmo em viagens para casa de amigos e familiares. As cidades que apresentaremos dizem respeito também a relatos que lemos e acompanhamos em *sites* de notícias e mídias sociais. Elas remetem a experiências diversas em cidades brasileiras com territórios e pessoas em situação de vulnerabilidade social, em cidades como Porto Alegre no Rio Grande do Sul (RS); Maceió em Alagoas (AL); Garanhuns e Terezinha em Pernambuco (PE); São Paulo (SP); e Rio de Janeiro (RJ).

O exercício de escrita dessas cidades permite-nos a construção de uma sensibilidade, a partir da qual achamos relevante demarcar os processos de urbanização que ocorrem com as vidas das pessoas em situação de vulnerabilidade social, compreendendo que tais modos de produção de conhecimento tornam-se proeminentes para os modos de constituição de memória que não produza dados simples em relação à complexidade de problemas e da vida das pessoas que conhecemos ao longo desses anos. Propomos, deste modo, a construção de memória como modo de construir conhecimento e de propormos intervenção nas cidades.

Ao longo de nosso percurso de pesquisa, poucas vezes sacamos o caderno e a caneta para realizarmos anotações, procuramos exercitar, depois do período dedicado a acompanhar e circular pelas cidades e aos relatos em mídias, a atividade de rememoração de alguns fatos e acontecimentos que vivemos e experienciamos. Algumas questões apareciam para nós como problemáticas e como necessárias de serem consideradas para elaboração dessa estratégia de construção de relatos de pesquisa. Em um primeiro momento, a questão de não termos passado por um comitê de ética em pesquisa com o projeto de pesquisa em questão e, de outro modo, por não podermos identificar pessoas e comunidades, mencionamos nomes apenas como forma de lembrança de pessoas que já estão sem vida ou quando em relatos públicos de *sites* de notícias e de redes sociais são mencionados. Tentamos através da construção ficcional dessas narrativas manter algum sigilo, construir memória e sensibilidade, além de produzir diante de questões importantes para essas comunidades um espanto diante de determinadas condições de sobrevivência e de violências que produzimos na cidade. Ampliamos, desse modo, a forma de

pensar violências e de enfrentá-las. Ao que parece estamos no campo da produção de memória como estratégia de estudo das questões que nos fazem circular pelas cidades.

As quatro cidades que apresentaremos nos próximos capítulos são pensadas em uma perspectiva de rememoração e também de problematização de aspectos da vida em territórios considerados vulneráveis, mas também, a partir de um convite a reescrevê-las, a criar outros finais e recomeços. Portanto, trabalhamos com os fragmentos de passagens pelas cidades e relatos como um recurso para manter essas histórias sempre possíveis de serem recontadas, capazes de permitir outras narrativas e destinos.

Tanto quanto um recurso estético, buscamos explorar essas cidades como campos de desconstrução das realidades a partir do espanto, mas também como modo de articulação política de uma série de questões que permitam pensar as cidades e o que estamos fazendo delas. Esse recurso estético-político articula fragmentos, continuidades e discontinuidades, memória e história, através da produção de acontecimentos, um exercício constante que nos vincula à cidade, ao mesmo tempo em que nos faz exercitar processos de produção de conhecimento.

A construção de memória a partir da rememoração faz com que possamos articular produção de conhecimento aos territórios vulneráveis da cidade, não por uma via de contabilização e qualificação das experiências e discursos que ali circulam, mas através da produção de um campo sensível com o qual as relações se efetivaram entre nós nesses territórios das cidades. Deste modo, estes territórios são lugares que articulam e desarticulam verdades, constituindo formas de conhecer práticas de urbanização e de operar com modos de vida de alguns grupos populacionais.

Tais territórios também podem ser pensados como espaços e lugares nos quais práticas e saberes, considerados antiquados no restante da cidade, efetivam-se com veemência sobre as vidas que os habitam. É como se estes territórios das cidades nos permitissem um afastamento temporal tão absurdo que os processos de legitimidade e de construção de práticas específicas tornassem-se obsoletos, como se nestes ambientes houvesse condições para que práticas consideradas violentas e ultrajantes no restante da cidade pudessem ocorrer sem nenhum constrangimento, penalidade ou gravidade.

Temos considerado estes territórios como lugares de produção de verdades, através de estratégias de articulação e desarticulação delas, bem como arquivos das cidades modernas, em uma referência aos modos de pensar foucaultianos. Retomaremos essa discussão mais adiante.

O que nos interessa nesse momento é apontar essas questões e, ao mesmo tempo, apresentar alguns problemas a que elas nos remetem e como procuramos construir saídas e alternativas ético-metodológicas para tais problemas. Apresentamos como questão a forma com que contamos esses territórios: é através da problematização dos modos de construir conto e narrativas que mostramos as alternativas de construção de conhecimento junto a tais territórios considerados vulneráveis nas cidades. O que e como podemos aprender a contá-los, emerge no lugar enunciativo e político de nossa tese.

3.1.1. (Des)dobrando verdades e abrindo arquivos

Como já mencionado anteriormente, consideramos os territórios vulneráveis como lugares de produção de verdades na cidade. Ao assinalarmos isso, colocamos estes espaços urbanos como lugares não só de incidência de verdades, mas a partir dos quais articulam-se verdades. E isso é fundamental na medida em que podemos considerá-los como virtualidades nas quais as possibilidades não deixam de existir, lugares de potência e de vida, apesar dos jogos de verdades que se oferecem como destinadores para as vidas que os habitam. Por diversas vezes, ao nos encontrarmos nesses territórios, encontramos com discursos e verdades que são repetidamente reproduzidos por seus moradores, discursos que os separam do restante da cidade por uma série de questões relacionada aos seus territórios de moradia e modos de vida.

Lembraremos de um dia no campo junto à comunidade. Estávamos acompanhando as atividades da equipe de saúde, quando em meio a uma discussão entre os jovens, dispostos como que em uma roda de conversa, sobre a forma reconciliadora e amigável como alguns adultos lidavam com outros jovens que cometiam no grupo algo considerado erro de conduta e ainda tendo outras chances reincidiam. Para um dos jovens, esse tratamento amigável não deveria acontecer e ser admitido com alguns dos seus companheiros, pois segundo ele: *pau que nasce torto morre torto*. Afirmava ainda que a melhor forma de lidar seria através da punição, afastando-os do convívio dos demais; para ele, não poderia haver segunda chance. Ainda que esse seja um discurso que não traga novidade nas formas como algumas vidas são pensadas, ele remonta a uma série de tabus e questões para pensar, uma vez que o jovem também é um morador da comunidade, sujeito a este discurso. A questão que coloca é a de que há um destino e um fim para as coisas, para as pessoas e sobre isso não há como produzir outros efeitos. Esse

discurso de um progresso que para acontecer precisa deixar vidas para trás, modos e hábitos de existência, tem sido atrelado e pensado em práticas fascistas de embelezamento e urbanização das cidades, produzindo ódio e um discurso de verdade sobre as formas como habitamos e circulamos pelos espaços urbanos.

Nesta história, interessa-nos como saberes e verdades põem em prática uma série de questões políticas e sociais. E isto diz respeito ao modo como determinadas práticas se formam nas cidades. Ao considerar estes territórios como espaços de formulação de verdades, também consideramos o campo de práticas que constituem e tornam possíveis. Deste modo, as práticas que tais discursos sustentam decidem o que podemos ponderar como descontinuidades e transformações naquilo que consideramos regular e determinado, elas dizem respeito não a um destino e tão pouco a um ordenamento das coisas, mas aos processos de luta (Castro, 2009, p. 25). É através da produção de verdades que as lutas são produzidas nas cidades.

A construção de verdades e de práticas está atrelada às chances de luta e de diferenciação que a vida encontra. Nestes termos, a produção de verdades associa-se as relações de poder nas cidades e é a isto que precisamos estar atentos: através de regimes de verdades produzimos práticas de destinação, de exclusão e de extermínio de subjetividades e de formas de vida. *Pau que nasce torto morre torto*, ainda que seja uma anedota da vida nas cidades, está atrelada a determinados modos de pensar as relações de poder, a como construímos e endereçamos práticas sociais.

Neste sentido, pensamos estes territórios como lugares de luta em que construímos modos de pensar a cidade, a vida e tantas outras questões. Na medida em que propomos considerar que as relações de poder estão atreladas à produção de saberes e de verdades nas cidades, podemos também entrever que esses processos ocorrem pela via da produção de teratologias que devem ser afastadas, excluídas e exterminadas nos processos de construção de verdades (Foucault, 1979; 2001). Estas operações discursivas que outorgam para si um discurso de verdade são produtoras do seu oposto: uma vez que faz parte dessas práticas distanciar-se de enganos e mentiras, acabam por produzi-los como erro radical nos modos de lidar com as coisas do mundo.

Temos diante de nós territórios que constroem relações com a cidade do ponto de vista econômico-financeiro, estético, geográfico, histórico, político e social, mas também do ponto de vista do que produzem em termos de saber e de formas de conhecimento, ou seja, estes territórios têm um estatuto epistemológico, sem o qual torna-se difícil ler, andar, orientar-se e

viver nas cidades. Eles produzem não somente relações de consumo e de troca com a cidade, mas ofertam também alternativas e modos de verdade para que possamos guiar-nos pelos territórios urbanos. É sobre tal aspecto que assinalamos os territórios em situação de vulnerabilidade social nas cidades como espaços de luta, sendo assim, lugares que articulam e desarticulam verdades, constituindo instrumentos de guerrilha para lidar com as virtualidades construídas sobre suas vidas. Produzir verdades nas cidades está associado a exercer poder, efetivar lutas. Declarar guerra (Foucault, 1999).

Dito isto, podemos abordar a segunda afirmativa que relacionamos a tais territórios: a de que são arquivos das cidades modernas. Foucault (2012) para definir e propor o método arqueológico menciona o arquivo como fundamental para compreendermos regras e possibilidades discursivas em uma determinada época, podendo a partir delas problematizar os jogos de saber e campos enunciativos que garantem a existência e força de determinados discursos. Neste sentido, demarco que os arquivos não são apenas formados por discursos ou enunciados, são também relacionados a práticas, ou seja, o arquivo indica-nos um campo de práticas-discursos que tornam possíveis determinadas experiências nas cidades:

Entre a *língua* que define o sistema de construção das frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. Não tem o peso da tradição: não constitui a biblioteca sem tempo nem lugar de todas as bibliotecas, mas não é, tampouco, o esquecimento acolhedor que abre a qualquer palavra nova o campo de exercício de sua liberdade; entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. *É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.* (Foucault, 2012, p. 159, grifo do autor).

Embora o autor esteja se referindo ao trabalho com arquivos, relacionando-o a enunciados escritos e a uma série de registros históricos, também nos aponta que os arquivos na arqueologia definem práticas, tornando possível identificar suas regras de existência. Em outro momento, chega a mencionar que o arquivo é composto de fragmentos e nos permite um afastamento temporal do presente, ele nos garante a possibilidade de visualizarmos os processos de construção das verdades que solidificamos. Esse aspecto é relevante, um vez que as práticas, direcionadas a estes espaços urbanos e seus moradores, remetem-nos a uma série de

afastamentos temporais que nos causa espanto, revolta e uma série de sensações e sentimentos, entre outras razões devido a tais práticas – que mencionaremos ao longo das quatro cidades nos próximos capítulos – não encontrarem morada, nem lugar, nos demais territórios urbanos das cidades. Estes territórios funcionam como espaços vivos e abertos nos quais sem letra, papel ou registro são efetivadas práticas, por parte do poder público, que parecem inadmissíveis em quaisquer outros territórios da cidade. Isto é um aspecto relevante e concreto, pois nos faz pensar estes territórios como espaços da atualidade que nos permitem desnaturalizar o que é apresentado como dado e irremediável nas cidades.

Assinalar estes territórios como arquivos das cidades que reclamam por serem abertos aponta-nos o presente no qual estamos e as condições de possibilidades dos discursos e das práticas dos nossos tempos nos processos de urbanização. Neste sentido, conforme Foucault (2012):

A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva; [...]; seu lugar é o afastamento de nossas próprias práticas discursivas. (p. 160).

Deste modo, os territórios vulneráveis das cidades constituem essas possibilidades em pensar a distância e discrepância entre as práticas instituídas e aquelas que ocorrem de modo silencioso nos modos de operar com algumas vidas. O que apresentamos nesses arquivos é a forma como podemos trabalhá-los: se há poucos registros desses territórios como podemos construir conhecimento a partir desses lugares e espaços urbanos? Espaços urbanos em que o anonimato é fundamental e que, em certos momentos, as experiências tornam-se denúncia: as regras de produção textual acadêmica ou não, relativas a mencionar fontes, revelar referências, identificar autoria, tornam-se obsoletas e perigosas. Tais territórios inscrevem-nos em um modo de escrita e de leitura que, além dos afastamentos temporais, remetem nossas experiências ao campo de produção subjetiva, da produção de sensibilidade frente às vivências que nos proporcionam.

Portanto, trabalhar com estes arquivos das práticas modernas de urbanização diz respeito à construção de afetações que passam a guiar-nos pelos territórios, construindo mapas sensíveis da cidade e modos de operar com o espanto e o inusitado, que por vezes acompanham

no campo. Com estes territórios temos condições de reescrever mapas da cidade, redirecionando nossa relação com ela.

Ao falarmos dos territórios vulneráveis como arquivos, estamos ocupando-nos de algo que remete a uma arqueologia de nossas práticas de urbanização, mas também jogamos com a ideia de que estes arquivos nos oferecem imagens das cidades, imagens descartadas pelos seus observadores; saberes e verdades que são ignorados pelo restante da cidade, como também nos ofertam uma profusão de sentimentos que afeta nossos modos de vida e de circulação pela cidade. Estes arquivos embora mostrem-nos práticas obsoletas de governo das vidas, mostram-nas atuando no agora em que vivemos, por isso talvez erijam uma escrita, uma leitura, uma voz que flerta com a denúncia. Tais territórios-arquivos remetem-nos ao nosso tempo, tornam-nos contemporâneos a isto que somos.

Isso significa que o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse facho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora. (Agamben, 2009, p. 73).

É nesse facho de trevas sob o qual vivemos que produzimos esta tese, de modo a aproximarmos-nos do nosso tempo não para lançar sobre ele luzes, mas por acirrar as forças que os tornam turvo e sombrio, provocando-nos a construção de alternativas e de potência de ação. Neste sentido, o trabalho do arqueologista e do genealogista não diz respeito ao passado, mas ao presente, às formas como em nosso tempo decidimos viver, governar e cuidar da vida. É nessa relação que nos colocamos com os territórios em situação de vulnerabilidade social, atuamos junto a eles para interrogar o presente de nossas práticas de urbanização.

Ao percorrer estes territórios e construir relatos e narrativas percebemos que não precisamos ir muito longe no tempo e no espaço para encontrar práticas que não encontram mais lugar nos discursos oficiais das cidades modernas; no entanto, estão presentes de forma contundente nos modos de gestão de alguns territórios, populações e modos de existir e de habitar as cidades. São estes paradoxos e contradições que interessam ao trabalho de um arqueo-genealogista: as formas como presente e passado articulam-se entre si nos diversos discursos e

práticas que incidem sobre as vidas, constituindo verdades e relações de poder que ao governar o presente constroem campos de possibilidades para as vidas.

Cabe-nos ressaltar o modo como a genealogia constitui uma prática de problematização de nosso presente histórico. A genealogia, como a arqueologia, é um instrumento metodológico que nos inspira ao longo dessa tese. Interessa-nos à medida que se propõe a mostrar as continuidades e descontinuidades das práticas que sustentamos na contemporaneidade, problematizando as relações de poder que inscrevem modos de conhecer e de intervir no mundo, a partir de um corpo individual e coletivo dos indivíduos e das populações (Foucault, 1988/2010).

Neste sentido, inspirados na genealogia foucaultiana, propomo-nos a interrogar as práticas de urbanização relativas à confecção de territórios vulneráveis, a partir de sua formação como lugar de saber, não em termos estritos de uma legalidade, mas do poder. Interessa-nos os modos pelos quais atuam as relações de poder-saber nesses territórios, compreendendo o poder como “o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 1988/2010, p. 103). São as relações estratégicas de governo de corpos que nos move ao longo desta tese, compreendendo-as no que produzem como positividade, não simplesmente em uma lógica repressiva. Buscamos problematizar tais territórios e seus processos de urbanização considerando as relações poder-saber, bem como considerando o que podem as narrativas e produção de memória na confecção de cidades em nossa contemporaneidade.

A seguir, buscaremos trazer o campo problemático da construção de narrativas e de fragmentos nos territórios vulneráveis em que construímos nossas práticas de pesquisa, de modo a indicar as estratégias de escrita e de pesquisa.

3.2. A construção de narrativas em territórios construídos como vulneráveis

Neste momento nos direcionaremos a apresentar alguns aspectos problemáticos dos dois apontamentos que fizemos anteriormente sobre os territórios vulneráveis, bem como as estratégias que construímos para lidar com tais questões. Em um primeiro momento abordaremos o problema da escrita sobre estes territórios e a ficção como lugar de produção de

verdades; em seguida, nos remeteremos ao problema da autoria e a proposta estético-ético-política desta pesquisa.

Para isto nos apoiaremos em autores como Michel Foucault, Walter Benjamin e Giorgio Agamben, atentos à forma como produzimos, a partir da escrita, condições de intervenção sobre determinados problemas e questões das cidades. Desde um primeiro momento o que nos ocupou nestes territórios foram as condições socioeconômicas das populações que viviam em situação de vulnerabilidade social, questionávamo-nos sobre como a pobreza se tornara alvo de políticas que engendram uma lógica de extermínio, a partir da qual qualidade de vida associa-se às condições financeiras. Neste sentido, questionávamo-nos sobre como normalmente é colocada como uma excentricidade, em uma lógica desenvolvimentista do projeto de nação, sem que houvesse a produção de uma crítica de tais formas de governo – uma crítica nos termos foucaultianos, relacionada a querer ser governado de outro modo.

Naquele momento, considerávamos as possibilidades em escapar do impasse do extermínio de subjetividades e de modos de existência – efetivados em favor da qualidade de vida, concretizando crítica às formas de governo atuais –, no sentido de elaborar uma outra rede de discursos-práticas que colocam em disposição a simples vida, não pela via do consumo e da vida qualificada ou adaptada, mas através de uma lógica da vida vivida, de outras qualidades que irrompem o exercício da vida no que ela tem de não-propriedade, no seu aspecto simples de forma de vida. Isto leva-nos a constituir a pobreza diferente de uma alteridade sobre a qual devemos falar, governar e intervir.

A partir das contribuições de Walter Benjamin, pensamos os modos pelos quais o sujeito que lhe interessa está inscrito em uma debilidade: a centralidade que Walter Benjamin atribui à debilidade de seus sujeitos ganha importância nos modos como produz conhecimento. Interessa-lhe “o lumpen, o que sofre, o oprimido, o que está em perigo, mas que luta, protesta, se indigna. É esse sujeito que pode conhecer o que os demais (o que oprime ou manda ou passa ao largo) não podem conhecer” (Mate, 2011, p. 22). Deste ponto de vista, podemos visualizar uma mudança para pensarmos as cidades, a partir da qual o saber que interessa não está do lado dos vencedores, mas dos vencidos, daqueles que são sistematicamente acionados pela força do progresso urbano e histórico nas cidades de modo a aniquilá-los, a partir de uma lógica neoliberal de desenvolvimento que os remete a determinados modos de violências.

Portanto, é a este sujeito vulnerável e a estes territórios de inscrição subjetiva e de luta política por sobrevivência que estendemos nossas problematizações, atentos aos modos como

dispõem verdades e memórias nas cidades. A escrita aparece como instrumento de luta e de construção sistemática de mundos e realidades.

Nos primeiros períodos de aproximação junto às experiências nos territórios que visitamos, havia uma certa paralisação diante da possibilidade de escrita e registro das experiências que vivíamos e acompanhávamos. Como se as questões que vivenciávamos não deversem ou pudessem ser registradas, devido a sua importância e complexidade. Muitas vezes tinha a sensação de estar fazendo nada, de somente acompanhar as equipes de saúde, conhecer pessoas e vislumbrar uma série de questões e problemas que careciam de uma intervenção efetiva das equipes, não que se tornassem relatos de pesquisa. Havia uma urgência de escrita que não se apresentava suficiente diante das questões que encontrávamos, como se, ao escrever acerca delas, deixassem a complexidade que tinham e estivesse me apossando de questões de uma outra lógica diferente daquela da pesquisa.

Estas questões foram aos poucos ganhando um outro lugar, devido ao tempo que passava e aos prazos relativos ao final da pesquisa, mas também pela forma como aos poucos saía da paralisia e do espanto e passava a pensar sobre os modos pelos quais a escrita e a pesquisa podem ser aliados de luta. Neste sentido, foram necessárias muitas conversas e orientações, um embate sobre o modo de fazer pesquisa nesses espaços urbanos. A pergunta que fazíamos era sobre como escrever as experiências nesses territórios junto a pessoas diversas sem constituir sobre suas vidas dados ou meras informações, algo que pudesse simplesmente ser quantificado ou qualificado em procedimentos de análise na pesquisa.

Esta pergunta levou-nos a pensar algumas alternativas e dentre elas uma escrita relacionada aos relatos de experiências de rememorações nos territórios das cidades. Mas uma construção narrativa que utilizasse, além da rememoração, os fragmentos e a ficção como ferramentas de escrita. Diante da forma como encontrávamos nestes territórios uma falência das verdades que a cidade constituía sobre eles, encontramos na elaboração de narrativas e da produção ficcional, alternativas de invenção nos modos de assumir a escrita acerca destes territórios e vidas. Ao deixar de lado as verdades instituídas poderíamos construir uma experiência de escrita para esta tese.

Deste modo, a escrita modula um campo de luta ao mesmo tempo em que se torna uma força de luta nos modos de produzir realidades e inscrições nas cidades. A construção de narrativas do cotidiano nesses territórios vulneráveis ocorre em uma tentativa de construir imagens que capturem a rapidez e o perigo, o tempo que escapa às palavras, os gestos, os

movimentos imprecisos dos corpos e da vida. Mas esta escrita ocorre como modo de rememoração.

Para Benjamin (2009) a rememoração constitui um modo de acabar o inacabado e interromper o término do acabado. Logo, a rememoração é um modo de constituir um fim e um recomeço das coisas, de encantar e desencantar o mundo do qual fazemos parte. Funciona como uma crítica que constitui a escrita como lugar de luta e superfície agônica. Por essa via o trabalho que constituímos acaba por incidir em um processo violento, como se para constituir nosso objeto histórico tivéssemos que arrancá-lo como por uma explosão.

Nestes termos, a memória é perigosa, pois ela constitui para si suas imagens, e nos remete a, diante da impossibilidade, tornar possível através da imaginação. E, assim, podemos constituir abertura e inacabamento aos objetos que cristalizamos, tornando possível uma batalha hermenêutica como estratégia de luta. Deste modo, a memória se ocupa dos não-fatos e a realidade apresenta-se não só como o fático (o que chegou a ser), mas também o possível (o que poderá ser). Podemos dizer que nesta medida se a memória é perigosa, sua modalidade pela via do esquecimento faz com que não lembremos que nossas verdades são ficções do nosso tempo.

Deleuze (1976), escrevendo sobre Nietzsche, pergunta-se sobre o porquê perseguimos uma determinada vontade de verdade, pois para o filósofo essa busca pela verdade é uma aventura perigosa que já nos traz muitos problemas. Este autor, em uma investida nietzscheana, se pergunta sobre por que não encontrar nos campos da produção de pensamento o não-verdadeiro, a incerteza ou mesmo a ignorância. Que vontade é essa que nos faz perseguir a verdade?

Com a crítica da vontade de verdade operada por estes autores, abre-se um outro limiar para o pensamento: “um paradigma que tem por objeto, não a procura da verdade, mas a produção de ficções (regulativas, heurísticas, críticas, vinculadoras, etc)” (Pellejero, 2011, p. 19).

Por a ficção no lugar da verdade, contudo, não é desfazer-se da verdade completamente, não é negar o seu valor para a vida; é, simplesmente, afirmar que a verdade é segunda, que não está dada mas deve ser criada, que não é princípio mas produto: produto de um trabalho criativo e ficcional, subjacente a todo o pensamento preocupado em agenciar o múltiplo da vida, da história, da cultura, do desejo. [...]. Por detrás da verdade – das verdades que procuramos ou defendemos –, existe sempre uma ficção, ou uma série de

ficções, gregariamente assumidas com propósitos vitais: trata-se de ficções fundacionais, das quais haverá que avaliar, em todo o acaso, os benefícios e os inconvenientes que possam trazer para a vida (para a vida de um indivíduo, de um povo, de uma cultura). (Pellejero, 2011, p. 20).

É na construção destas questões que podemos constituir um campo de possibilidades para a produção de conhecimento, mas um campo de possibilidades que beira o perigo e a imprecisão, que flerta com a sinuosidade do caminho. Estamos, deste modo, no campo da imaginação, no terreno frágil e enganoso da memória. No entanto, encontramos, nesse terreno e nesse campo de apropriações, a firmeza e a agressividade dos discursos e das práticas que constituem o presente. A estes elementos de rememoração garantimos lugar de verdade e um pouco mais, uma vez que pensamos estas construções justamente pela sua força narrativa de desestabilização daquilo que instituímos.

Entre outras questões, algumas propostas metodológicas frequentemente utilizadas no campo de produção de conhecimento na psicologia social recorrem à construção ficcional como alternativa para a pesquisa (Albuquerque, Palazuelos e Trevizani, 2017). Em propostas como a genealogia e a cartografia “a Psicologia social não apenas lança mão dos recursos ficcionais no que se refere à produção do conhecimento, como opera uma ficcionalização da realidade ao alargar os mundos e dar passagem à multiplicidade de sentidos aí existentes” (p. 96).

Neste sentido, a proposta que construímos para elaboração das questões de pesquisa são as narrativas que apresentaremos nos próximos capítulos. Elas possuem um carácter ficcional como toda linguagem possui, carrega características e questões que nos deslocam pelas cidades e territórios que circulamos ao longo desses anos. O que chamamos de ficção diz respeito aos modos pelos quais operamos com o verdadeiro, de modo a não reduzir as nossas formas discursivas a uma, a dizer o verdadeiro (Gualandi, 2007, p. 31), pois penso que nesses casos de construção de uma memória, a verdade não seja suficiente, é necessário ativar outras formas discursivas de modo que possamos constituir lugar e espaço de urbanização. Por essas vias, pensamos a construção ficcional como uma forma de constituir possibilidades narrativas e trabalhar com um campo de problemas e de complexidades que os territórios vulneráveis nos apresentam.

Por isso, embora os relatos e eventos que relatamos tenham ocorrido em algumas cidades do país, eles constituem fragmentos de memória que se furtam ao factual, a uma reprodução de uma realidade tal qual; tratamos de algo complexo, o que constitui como um

mosaico as cidades que apresentamos através de fragmentos. Desde experiências junto às comunidades e às ruas das cidades por onde passamos ao longo de oito meses, acompanhando o Consultório na Rua, aos relatos que lemos e transcrevemos em textos jornalísticos e mídias sociais sobre situações com pessoas em situação de vulnerabilidade social. Tais fragmentos auxiliaram-nos a construir pontos de ancoragem e de desestabilização para as questões que levantamos, emergem de um desassossego em viver e experienciar as cidades pela via dos seus territórios sem luminosidade, dando visibilidade ao cotidiano de práticas miúdas diante do depósito sistemático de ruínas e de um poder de extermínio assustador.

Os fragmentos possuem força narrativa na medida em que nos proporcionam uma rapidez e uma contínua descontinuidade dos eventos que acompanhamos. Eles são testemunhas do perigo e da insensatez da autoria e da citação referenciada nesses territórios. Para compreendermos isto que mencionamos, a seguir remontaremos duas abordagens no campo para pensarmos aspectos dos fragmentos, da citação sem referenciar e da acusação de uma autoria.

Primeiramente mencionaremos com brevidade aspectos da produção de sigilo como prática de cuidado e de garantia de continuidade do trabalho das equipes nas comunidades lagunares. As comunidades que ficam à beira da orla lagunar de Maceió possuem nomes específicos pelos quais são conhecidas em toda a cidade, ainda assim, a equipe de saúde criou uma forma alegórica de não as identificar, criando nomes fictícios com os quais podiam ser localizadas, pela equipe e pela rede de assistência, sem que com isso houvesse exposição das histórias e das questões levantadas ali. Essa estratégia demonstra e constrói um cuidado e uma forma de garantir a continuidade de assistência considerando a construção de sigilo. Primeiro ponto de uma ficção e porquê ela é necessária.

Do mesmo modo, em um momento no campo, fui abordado por um dos moradores que, segundo alguém que estava conosco, era um morador antigo da comunidade. Ao estranhar o fato de que apesar de não possuir identificação do serviço, eu acompanhava e interagia com eles de forma informal, não realizando nenhuma prática curativa evidente, como fazer curativos ou marcar consultas, questiona sobre quem sou e pede para que eu fale, que coloque questões e diga o que penso, parecendo que eu poderia ser alguém pouco confiável ou um delator. Isso se devia ao fato de que a região seria lugar de tráfico e que algumas pessoas possivelmente procuradas pela polícia viviam. Com isso, passamos a interagir e a falar sobre mim e o que pensava acerca de algumas questões. Essas duas abordagens podem indicar o que chamamos

dos perigos das citações referenciadas e de identificação de autoria nesses territórios. Deste modo, assumimos o fragmento como elemento indispensável na construção de nossas cidades, indicando-os como testemunho das experiências que construímos nesses territórios junto a tantas vidas e pessoas. Segundo ponto em que os fragmentos retomam a ficção como elemento fundamental para uma desestabilização das narrativas.

Logo, nos aproximamos de um estilo narrativo que procurou nos fragmentos de memórias força para não produzir, de vivências e experiências simples e complexas, meros dados para a análise. Apresentamos explosões nas cidades, explosões sem luzes. Por sinal, apresentamos o barulho das cidades, barulho que nossos ouvidos já silenciaram pela sua constância. Nessa tarefa como pesquisadores aproximamo-nos de um catador de histórias nas cidades: nos empenhamos na tarefa de perscrutar os territórios vulneráveis, a partir das memórias, pela via de catar histórias e fragmentos. Neste sentido, construímos retalhos sensíveis das cidades, que nos sugerem um outro mapa para nos guiar pelas suas ruas e estradas: um mapa que nos atente ao tenebroso dos nossos tempos: a produção de campos de exceção e ao mesmo tempo espaços para a construção de uma política de visibilidade nas cidades.

Neste sentido, estamos no campo de uma produção de pesquisa e de conhecimento que nos insere e direciona para os problemas da autoria e dos modos pelos quais construímos uma relação com as citações que ocorrem pela via da ficção, do inventivo e, principalmente, do roubo, do saque. Dito de outro modo, operamos com as citações, histórias e fragmentos, nas cidades que apresentaremos, como elementos sem referência e autor, tentando produzir com isso um deslocamento e uma problematização quanto à categoria do autor que tem nos colocado uma série de problemas aos modos como endereçamos as palavras, as ideias e uma série de questões discursivas.

Conforme nos aponta Benjamin (1987), as “citações em meu trabalho são salteadores no caminho, que irrompem armados e roubam ao passeante a convicção” (p. 61). De outro modo, pensamos também na construção de cidades, apresentadas por citações e fragmentos, como em processo de montagem, desenvolvendo o que este autor chama de o seu mais alto grau de citar sem aspas (Benjamin, 2009). A produção dessas transgressões visibiliza um modo de articulação teórico-metodológica que tem por função formar um campo de registro para o sensível destes territórios vulneráveis. Ao apresentarmos as quatro cidades buscamos retomar a força das citações e dos fragmentos como elementos de luta que desestabilizam um campo dado de combates, possibilitando-nos outros fazeres e práticas.

O que estamos ressaltando, ao afirmar a importância da ficção nessas formas de construir narrativas, é diferente de um negacionismo dessas memórias e práticas, como se elas fossem somente possíveis na memória. De outro modo, estamos afirmando que os fatos e as evidências são insuficientes frente aos modos como tais questões são operadas no cotidiano, sendo necessário acessar outros modos de narrativas que criem condições de afeto e visibilidade capazes de reconduzir os processos urbanos. É nisso que encontramos a ficção não como exclusiva dos nossos textos, mas uma operação na linguagem realizada por homens e mulheres nos modos de operar com o factual, mesmo no campo jurídico em que as provas e os fatos têm lugar privilegiado. Portanto, a ficção ao meu ver não está relacionada ao falso, mas às formas como operamos a linguagem em suas diversas nuances.

Benjamin (2012), em suas teses sobre o conceito de história, entende que tudo é relevante para a história, mesmo o que os discursos oficiais suprimem e retiram a importância, nos colocando em uma tarefa infundável relegada à citação. Conforme Mate (2011), ser citado pelo presente está relacionado a produzir redenção, pois a citação torna-se poderosa na medida em que invoca o passado, dando-lhe vida e voz própria, “para Benjamin, esse momento de verdade e de justiça tem a forma de uma citação ou presença diante do tribunal da história do pequeno que este mundo não levou em conta” (p. 107).

Iremos nos voltar ao pequeno, aos cacos da história, integrando o cotidiano, o corriqueiro na universalidade. Por essa via, estamos nos referindo à força e à importância da debilidade e da pobreza nos modos como pensamos alternativas para as cidades e territórios de existência, afirmando, com isso, a potência no que comumente vem sendo excluído e revestido de atraso e fracasso nas práticas modernas do que é chamado de civilização. Com isso, “as citações, em vez de confirmar o que já sabemos, destroem os tópicos, as verdades estabelecidas do autor, obrigando-nos a pensar de novo” (Mate, 2011, p. 120). As citações são, portanto, recursos de memória que entre outras coisas produzem um encontro entre passado e presente, permitindo uma recondução das coisas.

Esse lugar qualquer pode ser pensado a partir da observação do pequeno, das coisas ordinárias, do cotidiano, do que escapa à história oficial. De outro modo, Agamben (2013a) remete-nos a uma comunidade que vem, pensada sobre a figura do qualquer, ou seja, àquele para quem, seja como for, nada lhe é indiferente: àquele para quem mesmo uma única vida, ceifada pelo discurso de progresso, vale a pena lutar, fazer memória. O problema da memória aparece aqui, como em Walter Benjamin, pela forma de não deixar nada perdido, de fazer da

memória um componente político e de justiça para a qual é necessário reapresentar todas as injustiças cometidas, todas as causas abertas e todos os direitos pendentes (Mate, 2011, p. 121).

A questão que nos é lançada remete-nos a pensar sobre esses campos de possibilidades que a vida do progresso deixa para traz, através de uma história dos vencidos. Como o fracasso, a infâmia, a pobreza e a debilidade são alternativas para a problematização da produção de outros rumos para a história. É a esse lugar qualquer, que não se veicula a um grupo, que não relega para si uma identidade e um lugar específico, que circunscrevemos o lugar do pesquisador nesses territórios vulneráveis. Procuramos pensar nosso lugar pela via da construção de fragmentos, citações e imagens.

É um lugar parecido com o que Hannah Arendt atribui a Walter Benjamin em seu livro *Homens em tempos sombrios*: o de colecionar citações. O lugar do colecionador de citações está relacionado a pensar as coisas onde elas “estão liberadas do trabalho humilhante da utilidade” (Arendt, 2008, p. 213). Em alguma medida, colecioná-las pelo valor de sua autenticidade e originalidade: as citações colecionadas invocam o passado de modo a fazer aparecer o impacto fatal de outros pensamentos sobre o presente, desestabilizando-o. Deste modo, pensamos a importância de como as citações podem ter a força de produzir imagens, constituindo campos de sensibilidade e de comum entre os sujeitos de territórios urbanos em conflito de existência. E, de outro modo, como é possível que a cidade se constitua na pluralidade e no conflito, no silêncio e no barulho das citações.

É o desafio de contar histórias que nos move ao longo desse texto. Como quem pesquisa, estamos do lado daqueles que contam e catam histórias. Através da figura do salteador, que nos rouba a esperança, constituímos estratégias de luta na escrita. O desassossego dos nossos tempos inscreve-nos em uma atitude de crítica; a partir da qual mostramos as diversas formas como as situações de violência se inscrevem nas cidades de territórios vulneráveis.

Ao admitirmos a postura de catador de histórias estamos fazendo uso da memória como estratégia de escrita, mas também como forma de construção de alternativas aos modos de produção de conhecimento. Estamos no campo de produção de conhecimento, lugar de enunciação de certezas e de provas, espaço privilegiado de enunciação de verdades em que cada vez mais somos chamados a escapar da denúncia como lugar de escrita.

O que podemos afirmar ao longo do nosso percurso de pesquisa é que a denúncia ocupa para nós lugar e ponto de partida para a produção de conhecimento. Não uma denúncia ingênua – qual seria ingênua? –, mas uma escrita que através dos fragmentos seja capaz de produzir

memória, visibilidade e afetos. Deste modo, tomamos a falta ou a perda, apresentados através dos fragmentos nas narrativas, não como algo que imobiliza, mas como algo que torna a vida inventiva e capaz de recriar-se.

Ao longo do percurso como pesquisadores somos comumente chamados e postos a corrigir o tom de denúncia de nossos escritos, como se a academia não fosse um lugar de luta e de militância. Ao que nos parece, os autores com os quais construímos nossas pesquisas constroem constantemente denúncia dos nossos tempos, seja no contexto do nazismo no caso de Walter Benjamin, seja no contexto de produção de saberes e práticas em diversas instituições por Michel Foucault, ou mesmo, o contexto político contemporâneo de medidas de exceção por Giorgio Agamben, ou ainda de uma política de desaparecimento, capitalização e extermínio de corpos como nos conta Achille Mbembe.

Ponto relevante dessas formas de apresentar e construir conhecimento é assumir a escrita em seu caráter ficcional como algo capaz de mobilizar um mundo de práticas, permitindo o alargamento das possibilidades para outras práticas políticas e sociais nos processos urbanos contemporâneos.

Ao contrário do que comumente observamos nos processos clássicos de produção de conhecimento, tomamos a denúncia como esse lugar capaz de desestabilizar um mundo dado de lutas, mas também modos de conhecer o mundo. A denúncia ocupa lugar primeiro dos modos como nos empatamos com as formas de conhecer e problematizar as relações de poder e os processos urbanos em territórios vulneráveis ao longo das cidades que apresentaremos. Nem sempre os lugares e espaços que produzimos pesquisa oferecem-nos verdades completas. As denúncias seriam meia-verdades que carecem de provas, e, por isso, constituem outro direcionamento para os modos como inscrevemos as narrativas contemporâneas e os modos como produzimos conhecimento. São meia-verdades na medida em que sobre elas sempre recaem uma suspeita, não porque seriam mentiras, mas por apresentar-nos um mundo inacabado, necessitado de intervenções, algo que pode parecer insuportável para muitos.

São as figuras do denunciante e do salteador que nos prometem uma política de escrita e de produção de conhecimento nos espaços dos territórios vulneráveis. Uma política de pesquisa que flerta com a memória em perigo, fragmentada e pouco iluminada: a denúncia como modo de declarar guerra, produzindo outras versões de verdades.

Portanto, adotamos uma metodologia de escrita dos capítulos a partir da noção de história aberta, do espanto como atitude metodológica e da zona nebulosa entre o denunciante

e o salteador, com isto, somos convidados a reescrever e criar outros fins e recomeços para as histórias narradas. Neste sentido, a continuação dos capítulos às cidades ocorre de modo a permitir outras narrativas e destinos para aquilo que contamos inicialmente através dos fragmentos.

Cidade Fragmento¹

“Não há nada de especial em não nos orientarmos numa cidade.

Mas perdermo-nos numa cidade, como nos perdemos numa floresta, é coisa que precisa de se aprender”.

(Walter Benjamin, 2013, p. 78)

Ao chegar encontramos uma cidade quebrada, rachada em vários pedaços difíceis de serem integrados. Algo bastante confuso, diga-se de passagem. Uma cidade com riquezas e prosperidade, trincada pelas péssimas condições de vida de tantos cidadãos. Como um cristal que se quebrara, seus cacos traziam muitas informações; no entanto, havia dificuldades para serem remontadas e tantas outras permaneciam perdidas. Mesmo o mapa que nos guiara nesse processo, permitia-nos poucos deslocamentos, era necessário conversarmos com as pessoas para tentar guiar-nos pelas ruas e vielas desta cidade.

Ela apresentava-se para nós em fragmentos, descontínuos e arredios a quaisquer tentativas de uma remontagem.

As placas, os semáforos, os *outdoors*, todas as formas de comunicação que nos permitissem identificar nossa localização fracassavam. Pois estavam aos pedaços, como que para nos encontrarmos naquela cidade fosse preciso sempre completar, recolocar uma invenção no lugar de modo a produzir significação. E isso acontecia de modo sutil. A cidade estava aos cacos. Os fragmentos esqueciam e pareciam esconder a complexidade que os inteirava. Aos

¹ A partir daqui começam os capítulos-cidades, em que partimos de fragmentos de memórias em diferentes cidades, de situações que vivi e presenciei, situações escritas e relatadas por outras pessoas em diversos meios, como redes sociais, matérias de jornais, isso em diferentes cidades do país: Porto Alegre - RS, Maceió - AL, Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP, Terezinha PE e Garanhuns - PE. A questão que buscamos abordar é a forma como as cidades têm produzido memórias, esquecimentos e urbanização. Para isso, ao invés de recorrer a situações grandiosas, recorreremos às microrrelações, aos pequenos gestos e fatos que seriam certamente descartados em uma pesquisa, aos modos pelos quais as pessoas, as instituições e as diversas práticas cotidianas produzem, a partir da produção de memória, uma cidade em que possam habitar. A ideia é que após as narrativas possamos discutir algumas questões que levantamos nos capítulos-cidades ao longo do texto, articulando-as a alguns autores com os quais trabalhamos. Além disso, optamos por nesse primeiro momento, relacionado às narrativas-cidades que apresentaremos, citar as fontes através de notas de rodapé com *links* que nos auxiliaram na transcrição e elaboração de alguns fragmentos que compõem os capítulos-cidades desta tese – nos casos em que utilizamos a reescrita de alguns textos encontrados nas mídias.

poucos, vivendo nesta cidade, pudemos perceber que estes pedaços e essas incompletudes indicavam uma possibilidade de composição e montagem com a cidade. Localizar-se e mover-se na Cidade Fragmento era, sobretudo, compor direções e propor outros destinos para o que já estava ali, intacto, fragmentado e estancado.

Os primeiros dias nesta cidade eram atordoadores, requeriam construção constante, uma leitura atenta ao que provocava em nós e àquilo mesmo que nos era apresentado invariavelmente. A cidade estava repleta de sinais, tudo falava sobre aquele território. Mas estava tudo recortado. É no mundo de recortes que nos deparamos nesta cidade.



Fotografia de uma rua da Cidade Fragmento. Fonte: Fotografia feita pelo autor.

Buscava-se ser inteiro em uma cidade repartida em vários pedaços. Tínhamos por vista uma série de fragmentos que nos assinalava uma confusão de coisas. Veículos, carros e motocicletas, placas, propagandas comerciais, casas, pessoas que passam, ladeiras infinitas, ruas, calçadas, batentes e lá em cima um letreiro que dizia SÓ CRISTO SALVA!

Ora, o que aquela cidade queria salvar e o que se colocava como possibilidade à salvação de seus cidadãos? Eram muitas opções. A casa, as motocicletas, os veículos automotores, as lojas, as placas e sinalizações, tudo isso salva nesta cidade de fragmentos. Todas essas saídas possibilitavam perder-se ou salvar-se. Havia, no entanto, um aviso, como que denunciando os falsos profetas: SÓ CRISTO SALVA! Escrito em letras garrafais.

Certo dia fomos a um templo cristão naquela cidade. Lá encontramos riquezas de um deus que parecia estar longe da maioria de seus fiéis. Era um deus que parecia ostentar uma casa, fotografias de alguns de seus filhos mortos nas paredes, algumas esculturas. Muitos bancos, espaços para ajoelhar, um templo enorme e alto, lá era possível abrigar um número grande de pessoas que não tivessem condições de moradia. Além de ostentar moradia, aquele deus em sua casa ostentava uma série de sacrifícios, indicando para seus fiéis o sofrimento como uma alternativa para lidar com suas vidas, pareceu-nos um deus triste.

Aquele templo ficava na parte central da cidade, do lado de um estabelecimento de ensino privado enorme, de bancos, de lojas e de uma praça em que era possível ver plantas, não havia pessoas. Junto dele havia uma praça que reunia grandes poderes da cidade: o judiciário, a câmara de vereadores e os governos executivos. Havia imprensa. Todos aqueles poderes reunidos em grandes prédios que rodeavam a vida comum.

A arquitetura dos palácios indicava para nós a altivez tamanha dos poderes que fragmentava completamente a cidade, contrastando a vida dos poderes em relação a de seus súditos, diria melhor, cidadãos. A memória que as casas-palácio nos dava era de que havia um poder tamanho que a qualquer tempo poderia nos sujeitar.

Não demora muito para compreendermos que cada casa era um templo, cada casa daquela cidade tornava possível o culto de algo: de si, do outro, da compra, do dinheiro, de santos e deuses, o culto à cidade se fragmentara em diversos espaços e tempos. Ela ressoava como campo de possibilidades para uma vida livre, os fragmentos da cidade atordoavam os modos de pensar e produzir existência, pois ao invés de guiar, desorientavam. Uma cidade da desorientação como plano de ação e como modo de habitação.

O tempo nessa cidade era o tempo do relógio. Nela enganavam-nos com as possibilidades dos jogos de completar e juntar fragmentos inconciliáveis de uma história. Ao contrário do que presumiam alguns, a cidade era um lugar esquematicamente feito para perder-se, talvez por isso o aviso de salvação que mencionamos anteriormente.

No entanto, nos chamou atenção inicialmente os gestos que encontramos no templo que visitamos. Mesmo com suas portas fechadas seu espaço externo era capaz de abrigar muitas pessoas, ainda assim nos deparamos com uma grade que cercava o templo em diversos acessos, de modo a evitar que pessoas se alojassem. Parece que o deus deles era insensível com seus súditos e fiéis, queria uma casa só para si. Havia construído um templo grandioso e não podia dividi-lo com mais ninguém, achamos estranho. Grades de ferro que encerravam pessoas nos batentes, retirando dali possibilidades de cheiros, moradias, sono e abrigo.



Fotografia do Templo principal da Cidade Fragmento. Fonte: Foto de Carlos Macedo / Agência RBS.

Em sua escadaria amontoavam-se pessoas que buscavam abrigo do frio e de alguns riscos da noite. Elas dormiam com lençóis e cobertores grossos, cada uma em um degrau, em um batente da escadaria, também se fragmentavam, pois ali eram acaso e sorte. Uma porta de ferro pesada que encerrava o acesso. Portão fechado.

Todos aqueles jogos de luz e sombra que entremeavam a cidade deixavam alucinados os seus cidadãos, refaziam contornos e contrastes, tornavam possíveis o impossível para aquelas vidas.

Encostamos os pés no chão e sentimos as fendas que haviam feito daquela cidade fragmentos. Sem qualquer evento natural. Não havia terremotos ali. Pedacos de uma história incompleta, a Cidade Fragmento parecia ter brotado de uma conformação, vendia liberdade a custo de trabalho.

Perambulando por suas ruas pudemos observar como o templo central da cidade havia se tornado modelo para as outras casas e templos. Passamos por uma loja em que havia um gradeado pontiagudo no chão, em um espaço rente à porta que poderia ser abrigo para alguém.

As casas possuíam em sua volta muros ou grades, em sua frente um espaço de chão ou cimento, de grama ou capim em que outras tantas pessoas poderiam se abrigar.

É.

Os templos se multiplicaram pela Cidade Fragmento.

Naqueles fragmentos, pedaços de cidade que não se remetem. Uma memória distinta, não uma memória que parece esquecer, mas uma memória que torna possível o culto, torna possível uma alteridade indesejável. Ergue muitas informações e nenhuma possibilidade de vida sem casa. Aliás, onde moram as vidas sem casa? Moram no lugar das coisas sem casa. Nas ruas sem luz, ruas rachadas da memória. É ali, onde a fresta de luz acaba, que habitam aqueles que parecem incapazes do culto naquela cidade. Seus habitantes povoam o escuro da cidade, eles entrevem os vãos, as quinas, as frestas, as rachaduras e tudo que ainda é limiar. Habitam a virtualidade da vida e da cidade.

A memória que parece não esquecer, mas que permite o culto na Cidade Fragmento, é aquela que nos é apresentada como indispensável para o ordenamento das vidas nesta cidade. Uma memória dissipada, cheia de informações, repleta de recados e recheada de saberes. Nesta cidade não há lugar para o não dito, para aqueles que não sabem. Àqueles para quem o destino é incerto ou duvidoso resta o fracasso e o disparate dos especialistas que ali residem. O saber é o que preenche as lacunas com suposições, nele não podia haver brechas, confusões ou escuridões. Sempre completude, calma e clareza. Sem terremotos e sem rachaduras. As casas, as lojas, os templos, as escolas e todos os interiores daquela cidade são iluminados. Os lugares sombrios e escuros são as ruas da Cidade Fragmento, nelas habitam o não-saber, as

incertezas e toda sorte de possibilidades. São lugares a serem evitados por quem mora no culto; lugares de iluminação e de saber.

Há uma porção de questões que nos ocupam diariamente na cidade. Uma delas diz respeito principalmente a uma construção estética, aos modos pelos quais construímos beleza em meio a tantas rugas e rugas, linhas de descontinuidades que se aprofundam naquela cidade. Parece que seus administradores trabalham incansavelmente com fragmentos para estampar e esconder essas linhas que expressam as desigualdades presentes em sua constituição.

Estávamos constantemente ocupados com as mensagens, as comunicações que esta cidade nos proporcionava, pois havia o medo de perdermos o tempo; além disso, um medo constante em perdermos espaço, de nos perdermos no amontoado de informações que circulavam nas ruas. Como se houvesse um forro de estilhaços que nos ocupasse a ponto de não percebermos o fogo nesta cidade. Ocupavam-nos com as luzes da cidade.



Uma das placas com luzes frequentes na cidade. Fonte: Fotografia acessada através do Google.

Outro dia encontramos um museu a céu aberto próximo do mar. Ele contava a história de uma comunidade que viveu próximo à praia, no mesmo lugar em que estava a casa de memória, o museu. Nele havia fotografias, objetos, placas indicativas que faziam alusão a várias questões da história da comunidade, uma história com início, meio e fim. Sem espaços para contraditório ou dúvidas, havia somente iluminação. Aqueles fragmentos incidiam com

agressividade sobre nossos olhos, ao mesmo tempo que faziam notar algo como um interesse pelas luzes que refletiam.

A comunidade que morava naquele território era uma vila de pescadores que durante décadas viveu, morou e trabalhou na área próxima a este museu. Ao ler algumas notícias e uma série de publicações sobre a comunidade, havíamos compreendido que fora favelizada ao longo dos anos pelo poder público da cidade, não faziam coleta de lixo, saneamento básico ou quaisquer outras formas de garantia e acesso aos seus direitos. Aos poucos fora criminalizada e acusada de tornar a cidade feia, afirmando que era necessário retirar os moradores de lá, pois traziam atraso e enfeavam a cidade. Restou um museu no lugar.

Tudo fazia parecer um problema estético.

Aliás, nesta cidade a estética e a política atuavam de modo bastante próximos. Ao pensar nos espaços e territórios urbanos, estavam constituindo para si zonas consideradas belas por alguns, afastando da cidade uma série de imagens e de modos de vida considerados atrasados e feios. Mesmo as pessoas que moravam na cidade das luzes, tinham com seus corpos, roupas e vestimentas alguns cuidados como: ir ao médico com alguma frequência, tomar banhos diários, escovar os dentes, usar roupas limpas, comprar roupas com certa frequência para não as repetir, usar tênis, sapatos ou chinelos com uma aparência de novos e limpos. Não que isso fosse incomum ou impróprio, mas, para alguns, essa estética tornava-se difícil de acontecer.

Outro dia, um homem que entrara em um supermercado com roupas de aspecto envelhecido, rasgadas e certo odor, foi abordado e seguido pelo segurança do local. Ele aparentava ser jovem e comprava o que pudesse comer com alguns trocados que conseguira pedindo às pessoas. Falaram que sua presença destoava bastante do ambiente do supermercado que parecia asséptico a algumas presenças. A vida nesta cidade afastava de seus espaços certas pessoas, gestos, hábitos e costumes, que mesmo não sendo criminosos, provocavam dúvida, um não-saber, indícios. Aliás, é uma cidade que vive de indícios e perambula pelas evidências incertas de um destino celebrado nos gestos especializados do saber e das luzes.

Contarei para vocês o que ocorreu com uma família dessa cidade. Era uma noite de festa. Na casa vivia senhoras de idade avançada, neste dia uma não estava em casa. Estavam duas. Uma com problemas de saúde graves. A outra dormia. Uma delas falava ao telefone com a outra que não estava em casa, quando fora surpreendida por três homens que entraram na casa anunciando assalto.

Estava atordoada e não acreditava no que estava por acontecer. Os homens entraram. Anunciaram assalto. Rapidamente a mulher que estava ao telefone, pergunta rispidamente do que se trata. Eles pegam o telefone, desligam-no e levam consigo. Um deles pergunta onde está o dinheiro, dizem que não tem. Um dos homens parece ter falado para bater a cabeça da senhora na parede de modo que falasse logo, como não conseguiram resposta, colocaram uma das mulheres no chão e a outra cobriram a cabeça com uma venda e amarraram suas mãos. Seguem buscando e realizam o assalto. Eles se vão avisando que só levantassem ou saíssem do lugar depois de contarem até cem. Feito. As senhoras demonstraram alguma reação ao desamarrarem-se e ajudar uma a outra após contar até cem. Os homens deixaram para trás sobre a mesa uma garrafa com algum tipo de líquido e um pano.

Após um tempo, uma das senhoras foi buscar a polícia, avisando a alguns vizinhos o que aconteceu, pedindo que ficassem de olho na outra mulher que permanecia na casa sozinha. Ao buscar ajuda com os policiais não encontrou retorno, apenas foi informada de que a delegacia estava fechada e que só estaria aberta após o final de semana. Chegaram familiares delas na casa e algumas autoridades da cidade foram visitá-las, de modo a tranquilizar as senhoras.

No outro dia todos da cidade souberam do ocorrido e iam vê-las para falar, saber detalhes e desejar melhoras. Nas ruas corria o boato de que havia sido alguém da parte pobre da cidade que havia feito o assalto, alguém da família também, afinal quem saberia de tantos detalhes para realizar aquele feito? A questão aqui é que entre dois jovens da família, um durante a adolescência teria se envolvido com roubo em uma cidade próxima (boatos que se espalhavam, mas nada certo) e fumava maconha, isso era algo assustador para a cidade e mesmo para alguns da família. A outra jovem havia se casado com um homem que poucos conheciam na cidade e na família; além disso, agravaram sua situação indicando que era uma mulher que tinha filhos de pais diferentes. Estava grávida do terceiro, seu atual esposo e companheiro. Havia boatos de envolvimento com venda de produtos roubados. Tudo isso fazia com que crescesse na cidade boatos de que havia sido esses dois jovens.

Certo dia acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, fui convidado para almoçar na casa daquelas senhoras. Estava à mesa quando entraram os homens da família na casa com o jovem suspeito. Observei a tudo inicialmente sem entender muito bem, os homens colocaram o jovem contra a parede e falavam de modo calmo, mas firme, para que dissesse o que aconteceu e quem teria feito aquilo tudo na casa daquelas senhoras. Ele disse que não iria falar nada ali e

seguiram com ele para o lado de fora da casa. Após uma conversa entre eles, não obtiveram respostas. Até hoje há um mal-estar naquela família sobre a situação ocorrida. Nada se sabe, há somente boatos e suspeitas infundados.

A lógica que compõe essas práticas dos indícios e das luzes arranja as diversas formas de atribuição de culpa, pena e punição na Cidade Fragmento. Por uma série de questões relacionadas a hábitos e costumes, víamos pessoas de diversas idades, pele e sexo serem perseguidas, presas, mortas ou mesmo afastadas do convívio social ou simplesmente de alguns ambientes e espaços daquela cidade.

Na Cidade Fragmento as coisas ocorriam como se tudo o que não fosse considerado belo devesse ser violentamente afastado da vida social ali implementada, gerando burburinhos e suspeitas. A vida nesta cidade era gerida por diversas formas de operar e fazer com que houvesse um fazer que acontecia através da força e de uma certa sutileza das relações discursivas e das suspeitas.

Certo dia, estava pronto para tirar passagem em um ônibus para outra cidade, quando entra uma criança no estabelecimento pedindo água. Ela portava uma garrafa de refrigerante vazia e, possivelmente, buscava enchê-la com água para que bebesse. O pedido é deliberadamente recusado. As pessoas que estavam por ali pareciam assustadas, então vejo um guarda entrar no estabelecimento perguntando se estava tudo bem e o que teria acontecido.

Do lado daquele recinto havia uma escola para crianças. O guarda trabalhava lá. Era uma escola particular que provavelmente recebia crianças da vizinhança. Espantou o fato de que embora trabalhasse com crianças na escola ao lado, houve sobre o menino – a criança que entrara no estabelecimento – uma suspeita, como se algo criminoso ou perigoso pudesse ter acontecido com a sua entrada no estabelecimento.

Ao que parece, estamos frente a uma série de questões que a um primeiro momento passaria como se nada houvesse, como se fosse necessário o silêncio. Há uma rapidez e perspicácia nesses eventos cotidianos que parecem disfarçar um jogo infinito de descontinuidades e continuidades, oferecendo aos seus cidadãos os fragmentos em comunicações, propagandas, gestos e palavras. Vemos acontecer de modo sistemático um convite ao culto de si, aos grandes monumentos, às casas e a uma série de questões que atravessa o dia-a-dia corriqueiro de quem mora na cidade.

Certa vez, comentando sobre as cidades que visitamos, um interlocutor perguntou-me se não eram todas elas uma só: sendo elas formadas de fragmentos, também não seriam

fragmentos de uma única cidade, perguntou-me. Olhei-o de perto e falei que essas cidades podem parecer uma só, muitas vezes pensei que sim, mas há nelas o irreconciliável: o tempo.

4. Memórias e narrativas urbanas

O urbano tem sido inspirador de diversas formas de produção artísticas na literatura, nas artes e no cinema. A cidade é espaço e cenário para histórias, contos e uma diversidade de formas de tomá-la com as letras, com o pincel ou com a câmera. Escritores clássicos como Edgar Allan Poe, Machado de Assis, Dostoiévski e Kafka encontram nas cidades modernas uma centralidade aos modos de produzir seus textos e histórias. Eles constroem cenários, cenas e histórias relevantes aos modos narrativos contemporâneos que percorrem os contos macabros, os romances de revista, os contos policiais entre outros.

Deste modo, temos uma literatura que remete constantemente à construção de uma relação com a cidade que visa criar zonas de narratividades e de memória. No entanto, ao mesmo tempo em que isso ocorre e é constantemente aclamado por um amplo público, também são constituídas as zonas escuras e mudas das cidades, não pelo silêncio, mas por não poder falar em qualquer lugar.

Ser ouvido e produzir narrativas nas cidades é uma faculdade que precisa, entre outras coisas, de letramento e de condições socioeconômicas e étnicas específicas. De certo modo, a memória de nossas cidades efetiva-se por pessoas brancas, ricas e letradas, raras vezes a produção de narrativas e de memória urbana ganha espaço quando pretos, pobres e analfabetos constituem o texto oral ou escrito como um elemento para contação de história e efetivação de memórias nas cidades.

Este lugar de enunciação de fala e de um modo de produção textual constituem formas fundamentais para a construção de narrativas, ao mesmo tempo que produz invisibilidades e uma surdez frente a determinados modos de narrar.

Estes aspectos podem ser pensados ao longo dos processos de narrativas e memórias nas cidades brasileiras. Para pensarmos a questão dos fragmentos nas formas de constituir memórias e narrativas urbanas apresentaremos os seguintes pontos de discussão acerca da Cidade Fragmento: 1) a cidade aberta como lugar de memória e narrativas urbanas; 2) a produção do sensacional e do sensacionalismo como formas narrativas contemporâneas; 3) o problema das narrativas urbanas atreladas às instituições; e 4) a construção de uma literatura marginal nas cidades. Portanto, tentaremos ao longo desse capítulo construir e problematizar modos de articulação da construção de conhecimento e de luta nas cidades, a partir de como organizamos memórias e narrativas nas formas como circulamos e vivemos os espaços urbanos.

4.1. A cidade aberta e as narrativas urbanas

Podemos pensar que a cidade é um vão de possibilidades ao mesmo tempo em que se configura como lugar em que luzes e sombras constituem uma visibilidade para determinadas histórias e narrativas urbanas. Ao contarmos uma história estamos perdendo ou deixando de dizer algumas coisas, há uma sombra por trás de uma luz que ofusca e ilumina as narrativas nas cidades (Didi-Huberman, 1998).

A ideia de cidade aberta é fundamental aos modos de produzir narrativas, principalmente nos meios artísticos pós-guerra. Em países europeus houve algo relativo à produção de narrativas complexas na literatura e artes em geral. Tais narrativas efetivadas por meio de filmes, por exemplo, ocorriam em meio aos destroços e ruínas reais deixados pela guerra, uma forma de produzir denúncia aos modos como a guerra deixara para trás horror e destruição de vidas e de cidades. Deste modo, Candido e Lavrador (2007) afirmam que:

Na linguagem militar, “cidade aberta” é a denominação dada, geralmente em tempos de guerra, a uma cidade que apresenta a declaração pública de que abandona seus esforços de defesa, permitindo o avanço das tropas inimigas sobre seu território.

Em que pese o horror da guerra, este termo carrega também a potência de um uso diferente. Numa cidade aberta, declarada sem governo e pronta a se deixar penetrar por forças-outras, haveria talvez um aumento do coeficiente de criação, permitindo conexões improvisadas entre seus habitantes, alianças ritmadas no intuito da produção de uma comunidade que resiste e escapa das totalizações que visam calar o vigor político do contato com o outro. (p. 57).

Lido isto, posso pensar que a guerra e o massacre constituem além do horror, condições de arranjos aos modos de enfrentamento de violências e de destroços urbanos. Ainda que pese o massacre e o horrível que retoma, essas situações constituem modos de operar sobre e com a sobrevivência e de compor urbanidade. Os fragmentos que constituem nossas cidades possibilitam alternativas de sobrevivência em tempos sombrios. Eles alardeiam o incêndio em que estamos e proporcionam, para além de uma paralisia, condições de luta e combate, tanto no que diz respeito às produções acadêmicas quanto aos outros modos de lutas sociais e políticas.

Esse arranjo de forças em meio ao abismo que apresentamos em nossas cidades, ao incêndio que vivemos, torna-se fundamental para os modos de escrever e de pesquisar sobre e

com os territórios considerados vulneráveis. Ainda que estejamos no bojo da construção de uma narrativa com fragmentos que possa parecer não problematizar a construção de vulnerabilidade de determinados territórios, as narrativas ao mostrarem ou reconstruírem cenas, histórias e acontecimentos estão sinalizando como são produzidos e como sua vulnerabilidade é efetivamente edificada no cotidiano. Isto ganha relevância pois, deste modo, estamos sinalizando que não precisamos ir muito longe na história e na geografia para problematizarmos e desnaturalizarmos o presente no qual estamos inseridos.

Ao trabalhar com os fragmentos interessa-nos as rupturas e as continuidades que assaltam as vidas nas cidades, não para naturalizar formas de existência, mas para apresentar seus estilos de funcionamento. Estamos na função de apresentar os meios pelos quais constroem-se uma racionalidade fundamental nas cidades capaz de gerir o governo da vida e da morte, gerindo corpos e vidas a partir da construção de uma memória efetiva dos processos urbanos.

A forma como apresentamos esses fragmentos e os jeitos pelos quais constroem rachaduras nos nossos pensamentos acerca dos territórios são fundamentais nas políticas urbanas relacionadas à memória. Partimos de um cenário de guerra para pleitearmos formas de construção para uma escrita e pesquisa que desestabilizem os modos de pensar a segurança de nossos privilégios como moradores de casas, apartamentos, prédios e condomínios. É relevante demarcar essas separações entre territórios das cidades e os modos de geri-las, como se separaram e como operam os mecanismos de separação, ou melhor, as racionalidades que criam vulnerabilidades dos mais variados territórios urbanos das cidades.

Conforme o antropólogo Anjos (2017),

que a gente possa fazer antropologia em estado de guerra, como relatório de guerra, em que a guerra não possa ser muito facilmente lida como se fosse uma metáfora. Não estamos fazendo como se estivéssemos em guerra, há uma guerra movida contra a juventude negra! Essa é a diferença que importa. Então, os nossos mergulhos nos textos nativos não podem, sob o risco da impertinência, se descolar do estado de guerra. (p. 216).

Assim podemos pensar os modos pelos quais não apenas uma antropologia em estado de guerra torna-se necessária, como também as formas com que produzimos conhecimento no campo da produção da psicologia social em comunidades em situação de vulnerabilidade social, compreendendo estes territórios de guerra as comunidades e/ou favelas, bem como as ruas de

nossas cidades: a forma como criamos zonas de separação, lugares separados da vida social e do direito. Provavelmente é a aposta em visibilizar essa separação que garanta possibilidades de construir alternativas e enfrentamentos dessas questões.

Tais fragmentos operam o pensamento nas cidades constituindo zonas de visibilidades e invisibilidades aos modos de articulação do pensamento e da memória urbanos. Estas formas de construir rupturas e de atuar os fragmentos ocorrem ao construir práticas de alojamento, remoção e habitação nas cidades. Ao produzirmos memórias estamos constituindo formas de urbanidade, daquilo que deverá ser esquecido e do que será lembrado. Os fragmentos em uma cidade aberta podem tanto oferecerem-se como baluarte das práticas de exclusão e de exploração neoliberal, quanto proporcionarem condições para a construção de outras alternativas de urbanização, gestoras de uma organização política das existências urbanas consideradas à margem.

Estamos no momento de desterritorializá-los, fazer dos fragmentos outros usos diferentes daqueles que temos feito. Ao retomarmos as narrativas urbanas fazemos com que seja possível outros modos de existência, no entanto, tais narrativas ocorreriam de modo a construir outros campos de visibilidade e de formas de atuar com as imagens das cidades. O corpo é uma destas imagens também. Sobre essa questão retomaremos mais adiante no capítulo referente à Cidade Corpo.

Além dos clássicos da literatura que retomam a cidade como lugar de construção do romance moderno e contemporâneo, temos também assistido outras formas de contar a cidade através das imagens. Seria o cinema, a televisão, o rádio, os jornais e as mídias sociais formas de contar e narrar a vida urbana atualmente, nesse sentido, temos um apelo às emoções como modo de produzir processos urbanos atrelados ao medo e à insegurança social e política nas cidades.

Retomaremos a seguir aspectos dessa narratividade como elemento indispensável aos modos de produção do urbano atualmente nas políticas de urbanização e de segurança pública.

4.2. Alternativas ao governo pelo medo e insegurança: narrativas e instituições



- O jornal chegou, querida

Há nas formas de contar sobre as cidades contemporâneas o derramamento de sangue como motor de narrativas. Temos visto, lido e assistido a produção desse derramamento de sangue como imanente à construção de políticas de governo na atualidade. As mídias são dispositivos que produzem visibilidades, ao mesmo tempo, em que cria sentimentos, modos de ser, viver e sentir o urbano, as cidades e a política (Silva, 2013). Ela constrói campos de visibilidade e modos de governo das populações a partir das narrativas que sustentam e constroem, através da produção de medo e de insegurança social (Castel, 2005).

Aponto a forma como a produção destes sentimentos através das narrativas midiáticas são fundamentais aos modos de governo na atualidade, constituindo práticas de governo da vida e da morte do outro. Eles fazem com que produzamos relações com as cidades em que seja possível fabricar sentimentos e relações com os territórios, desencadeando políticas de urbanização que encorajam a prática de diversas medidas sociais e políticas, como por exemplo, a redução da maioria penal, alterações no estatuto de desarmamento, entre outras questões que estão intimamente relacionadas aos modos pelos quais circulam vidas e pessoas pela cidade e que alteram os estatuto jurídico e do direito em diversos aspectos.

Para além dessas questões, tenho compreendido que essas narrativas construídas pela produção de uma política de derramamento de sangue, postada e visibilizada nas diversas formas de mídias, são modos de construir cidades, políticas e leis. O aparato histórico e textual das imagens ofertadas pelas distintas mídias formula formas de viver e estar no mundo, bem como de construir sentimentos e ações nas cidades.

É com estas formas de produzir visibilidades e sentimentos que estamos no terreno que edifica nossas casas, edifícios, prédios, os muros que os separam das ruas, os condomínios e

uma série de outros modos de habitar as cidades. Portanto, os modos como produzimos visibilidades e sentimentos estão associados aos modos pelos quais edificamos cidades, de como separamos as coisas e os objetos do mundo, construindo zonas de subjetivação e de memória política.

A produção do sensacional e dos sensacionalismos nas televisões e demais mídias sociais no Brasil tem outorgado modos subjetivação da vida urbana. Ela chega em nossas casas através dos jornais como remonta a tirinha de Dahmer apresentada no início deste capítulo. Além de ser uma tirinha reprodutora de uma lógica de gênero repugnante na qual o possível esposo sentado avisa sua esposa a chegada do jornal, para quem o sinal é o sangue que se espalha pela fresta da porta e que chega antes do jornal.

Esses elementos são indispensáveis para construirmos políticas e visibilidades nas cidades, remontam uma racionalidade que alcança uma diversidade de pessoas e de populações, produzem através dos sentimentos políticas de memória e de urbanização necessárias à lógica do capital. Essa forma de abordar a vida social e política requer e refaz aspectos de uma produção de ódio capaz de alavancar processos urbanos relevantes aos modos de gerir uma cidade-negócio construtora de pobreza e exclusão social. Assim as mídias constituem formas de pensar e governar o urbano, a cidade (Melo, 2010).

Estas narrativas compõem diversas questões relacionadas às instituições. Através de uma construção sistemática de verdades e de formas de se relacionar com as vidas que produzem diferença nos modos de ordenação social e político das cidades brasileiras, as verdades que narram não deixam de ser ficção, elas corroboram modos de controle e de produção de sistematicidade de práticas de governo, produzindo, a partir de sua verborragia, silenciamentos de vozes e da diferença, produzindo silêncio e tantas outras formas de comprometimento das vidas.

Temos constituído ao longo dos anos formas institucionalizadas de produzir virtualidades a partir dos discursos instituídos, essas formas de produção de virtualidades atravessam também as práticas cotidianas de suspeição sobre corpos e vidas nas cidades. Permitem a configuração de modos de existência antes mesmo que estes se materializem nas diversas formas de construção de subjetividade, edificando condições de controle e normatização.

Deste modo, seguiremos para pensar os modos pelos quais as cidades ganham outras visibilidades através das narrativas marginais que ganham pouca ou nenhuma visibilidade nas mídias e no ambiente urbano, através dos atores sociais e políticos que possuem suas memórias

silenciadas pelos diversos dispositivos oficiais de circulação de verdades das cidades brasileiras.

Em meio a tais formas de narrar e produzir uma relação com a cidade no Brasil, temos visto os modos pelos quais as populações que vivem em territórios considerados vulneráveis têm se mobilizado e produzido canais e formas de comunicar através de diversos meios, principalmente através das artes. A música, a literatura e diversas outras manifestações urbanas constituem modos de expressão e de colocar em circulação opiniões e visões de mundo sobre as cidades. Questões que eram silenciadas são colocadas em circulação através de jornais, livros, panfletos, rádios comunitárias, músicas, entre outras formas de expressão.

Em Porto Alegre, por exemplo, há a produção de um jornal chamado Boca de Rua, escrito, produzido e vendido por pessoas em situação de rua da cidade. Este jornal oferece uma visão e uma visibilidade para questões que chamam a atenção dos seus jornalistas sobre assuntos que dizem respeito a sua vida nas cidades. Tais modos de produção de narrativas e visibilidades permitem outros modos de construir denúncia, informação e vida no ambiente urbano.

Podemos assinalar também a produção da literatura marginal como aspecto importante aos modos de construir narratividades no meio urbano. Diversos autores têm incrementado ao ambiente urbano suas narrativas acerca dos ambientes vulneráveis, porque vivem neles e constroem suas experiências urbanas nesses espaços das cidades marcados e subjetivados como sendo vulneráveis. Através de uma cultura de denúncia e de memória são possíveis outros modos de se relacionar com as cidades. É isto que podemos assinalar desses jogos de poder e dessas formas de resistência.

Neste sentido, podemos destacar a obra de Carolina Maria de Jesus, negra e moradora da favela do Canindé na década de 1950, como um aspecto da literatura marginal e dos modos pelos quais são produzidos relatos e memórias na forma de narrativas e diários de campo sobre a vida na favela.

Além disso, podemos pensar a forma como estes elementos marginais constituem formas de atuação e de dinamismos nos modos como pensamos a repercussão de narrativas e de processos sociais.

Distante disso, podemos fazer uso das narrativas e memórias em situação de vulnerabilidade para desmontar e reconfigurar o cenário de práticas e usos dos territórios considerados vulneráveis das cidades. Assim também, podemos ativar a produção de

sensibilidade e de afeto como modo de abrir outros caminhos para as práticas de urbanização nas cidades brasileiras. Para além de uma política de medo, uma política narrativa que possibilite outras relações com as cidades e com os territórios. E esta política precisa de outros usos dos fragmentos que a cidade nos oferta, sendo necessária outras formas de lidar com a emoção e com as imagens que as cidades oferecem e disparam construindo vulnerabilidade e medo como urbanização, construção de insegurança jurídica e de direito para determinadas formas de vida.

Portanto, vamos pensar as práticas de urbanização e a produção de narrativas e de afetos pela via de uma problematização. Ainda que possamos fazer crítica ao uso dos afetos e das emoções para construção de um plano urbano e de cidade diferente do que temos, torna-se relevante dar nome aos números e repensar as lógicas de objetificação da vida e da morte nas cidades.

Cidade dos mortos: os obituários impossíveis

“... não hesitam em deslocar túmulos para transformar um cemitério num jardim”.

(Jeanne Marie Gagnebin, 2015, p. 8)

Lagoa e lama.

Bichos vivem e sobrevoam os corpos vivos, a presença deles chega com cheiro forte do sururu. Dias cozidos com água quente, dedos que abrem, tiram a lama, fervem o molusco que exala seu cheiro. Mulheres descascam a vida no sururu. O cheiro, o caldo de risadas, de cuidado, de uma vida à beira da lagoa. Corpos movimentam-se ao longo do dia, uma mistura de cores e vibrações.

Longe disso tudo, uma mulher que trabalha na escrita de obituários faz a pergunta: - o que você quer ser quando morrer? Essa é a pergunta que faz aos futuros mortos para a escrita de um texto sobre as suas proezas em vida. Depois de mortos, alguns querem tornar-se fogos de artifício, dizia ela. Teriam seus corpos cremados após a morte e as cinzas comporiam as explosões e a luminosidade das festas noturnas².

Lá na lagoa, já era tarde, o dia estava acabando. Curativos, conversas, risadas, aferição de pressão arterial, orientações de saúde. Nosso tempo acabara. A luz do sol se foi. Voltamos para casa. Havíamos começado o planejamento de uma festa para os dias das crianças junto aos traficantes do lugar. Eram jovens homens pretos, pareciam ter entre 16 e 18 anos, apresentavam uma preocupação com as crianças daquela cidade e com a imagem de perigo e de marginalidade que as cidades tinham sobre eles.

Propunham um lance cultural. Falaram da parceria entre universidade e a cidade, estavam abertos a um diálogo para compormos práticas que desvinculassem a imagem de perigo e de violência que os demais viam nas crianças, jovens e adultos que moravam ali. Ao chegarmos em casa, uma mensagem no celular: - fulano com quem acabamos de conversar fora baleado pela polícia e está morto. Faz-se um silêncio e um barulho ao mesmo tempo, era uma

² A questão do trabalho da obituária pode ser visitada em entrevista no programa Conversa com Bial no dia 05 de maio de 2017, acessado no link https://www.youtube.com/watch?v=YaVpiLVt_aE

mensagem dessas de aplicativo em dispositivo móvel. O obituário não poderia ser escrito, faltou vida para a pergunta daquela mulher.

Outro dia, na rua dessa cidade fora encontrado um corpo. Era de uma mulher, usuária de drogas e morava nas ruas. Sua família era de outra cidade. Seu corpo não tinha nome, nem endereço. Sem identidade, sem documentos, não havia quem pudesse reconhecê-lo ou reclamá-lo: pela lei daquele país, apenas familiares, pai, mãe, esposo (a), filhos (as), por exemplo, podem fazer o reconhecimento, evitando que fosse enterrado como indigente. Pela Lei de Registros Públicos 6.015/73, após 15 dias sem que o corpo fosse reconhecido e identificado por parentes, este deveria ser enterrado como indigente.

Indigente: palavra que designa pessoas que vivem em situação de extrema pobreza. Durante dias, houve uma mobilização da equipe de saúde que acompanhava aquela mulher pelas ruas da cidade junto à promotoria para que houvesse chances de ser sepultada em condições dignas, apesar da indigência. A mobilização foi bem-sucedida. O corpo e a mulher puderam reconciliar-se. A pergunta da obituária não³.

Há perguntas que são incapazes de reconciliar uma história.

Quando soubemos da morte de fulano na rua da lagoa, não era a primeira, mas foi a primeira. Lembramos de um cansaço e de uma impotência diante do tiro, da violência da força das verdades que rasgam o corpo e atravessam o tempo da vida, fazendo jorrar sangue pelo chão. Há um grande espaço vazio no centro dessa cidade, lugar em que os vivos brincam, jogam bola, lugar de festa. Abriu-se mais uma vez um vazio. Espaço para o nada. Para as perguntas sem respostas, não por serem difíceis de responder, mas porque aqueles que poderiam não mais o podem. Naquele espaço vazio – um campo de futebol – ficavam animais, carros que chegavam, entulhos, crianças brincando, jovens e adultos jogando futebol. Em volta casas construídas com madeira, algumas de tijolos. Por trás das casas a lagoa de onde os vivos tiravam o sustento e alguns mortos eram postos a descansar. Nessa cidade os mortos não tinham obituários, nem se tornavam fogos de artifício. Eles se viravam motivo para contar uma história. Lá os mortos precisavam ser esquecidos até que o próximo não demorasse a chegar. Havia uma urgência pelo corpo rasgado, pelo sangue que jorra, pela vida que deve ser subtraída.

Josenildo Luiz de Oliveira. Madrugada. 17 dias depois faria 20 anos. Foi morto brutalmente. Houve boatos de que seu corpo havia sido aberto, seus órgãos expostos e membros

³ Matéria relacionada pode ser visitada no seguinte link <https://apublica.org/2016/11/indigente/>

decepidos. Morava nas ruas daquela cidade. Comentaram também que ele havia se envolvido com a esposa de outro homem que vivia nas ruas e, por isso, foi brutalmente assassinado. Não era santo, mas quem é? Diziam que se matavam entre si, os moradores da cidade. Há quatro anos houve uma matança parecida para o argumento, em quatro anos foram mais de cem assassinatos de pessoas em situação de rua naquela cidade. Indigentes. Criminosos matando-se entre si. Os companheiros lamentavam a perda e repudiavam o fim trágico e sem esperança de Josenildo.

Inverno. Em uma noite gélida, morre um homem que vivia em situação de rua, sem sinais de violência, acreditava-se que o frio o matou. Hipotermia. Durante o inverno, a frieza matava homens e mulheres, era quando havia escuridão, na dura e sem fim madrugada, quando a luz do sol se retirava. Naquele dia, o prefeito da cidade falava de um zumbi que rondava as ruas, havia trazido o inverno e a morte. As ações do prefeito eram criticadas pela cidade dos vivos por se pautarem em piadas e campanhas de agasalho⁴.

Outros dois morreram nas ruas durante o inverno, o padre dizia: no Instituto Médico Legal não se falará de morte por hipotermia, pois hipotermia não é doença – referindo-se com ironia a um artigo publicado em um jornal local, para o qual a causa de morte nesses casos muitas vezes estava ligada ao uso excessivo do álcool pelos moradores de rua para evitar sentir frio.

Outra morta, mais uma morte. Essa também morreu de frio.

Era uma cidade de muitos prefeitos. Um deles diz que a morta morreu por se recusar a ser atendida por uma equipe da assistência social, no momento da oferta de atendimento perceberam que estava fortemente drogada e alcoolizada. Ele completa dizendo que não é um desejo seu que ninguém morra por abandono, mas as forças-do-mal insistem no direito de permanecer na rua. Chamou essa insistência de algo perverso. E Ninguém continua morrendo por abandono nas ruas⁵.

⁴ Texto que pode ser verificado em <https://www.revistaforum.com.br/enquanto-morador-de-rua-de-porto-alegre-morre-de-frio-prefeito-faz-piada-com-zumbi/>

⁵ Trecho inspirado em matéria nos links: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902430-ao-menos-um-morador-de-rua-morre-em-sp-apos-tarde-mais-fria-do-ano.shtml>; <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/06/1782586-como-se-morre-de-frio.shtml>; <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2016/06/13/longe-da-familia-morto-pelo-frio-em-sp-foi-velado-por-moradores-de-rua.htm>.

Passam-se alguns dias, uma moça sai de casa para um supermercado. Relata o que vivencia nas redes sociais. Ouviu muitos gritos perto de um viaduto quando saiu de casa.

Assassinos! Assassinos!, gritavam.

Ao se aproximar, vê carros de polícia e algo sendo jogado no porta-malas de uma das viaturas, que saiu cantando pneu. Chega perto dos policiais e pergunta o que teria acontecido. Uma abordagem com resistência, respondem. Engole seco. Os gritos continuam:

Assassinos! Assassinos!

Deduziu: era um corpo morto sendo posto no porta-malas daquela viatura. Conclui, tantas mortes ocorrem na cidade justificadas pelos autos de resistência. Haviam matado alguém, pensou. Livraram-se do corpo, recolheram as balas do chão, sem esperar perícia e sem chamar o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), tudo diferente do que pede o protocolo. Cena perfeita.

Ao conversar com os moradores da região, percebe que estava certa, todos que moravam ali na região estavam em volta da cena do crime, assistiram ao seguinte acontecimento: policial matou com três tiros um catador de material reciclável. Execução: após o primeiro tiro no peito, corpo caído. No chão, outros dois tiros na cabeça. Era o Ricardo. A moça das redes sociais lhe cumprimentava diariamente. Bom dia. Boa tarde. Boa noite. Estacionava suas três carroças na esquina do colégio por onde passava. Ricardo dormia na rua.

Após o primeiro tiro, Ricardo gritou pedindo ajuda. Todo mundo ouviu seus gritos. Piauí chegou. Ela relata que Piauí foi obrigado a colocar suas mãos na sarjeta, para que pisassem com uma força violenta em seus dedos. Chorou durante toda noite com a dor na mão do seu amigo-irmão morto, dizia para a moça que tinha um coraçãozinho batendo na sua mão. O latejar da dor parecia com um coraçãozinho golpeando.

A moça emocionada diz que no outro dia mobilizaram um ato em homenagem a Ricardo. Indignação e mobilização. Foi bonito. Naquele dia, levou Piauí para o hospital. Dedos machucados, havia suspeita de que estavam quebrados. Ela começa a relatar que no hospital, ao ser chamado pelo nome, Piauí gritava: - morreu. Escreve a moça: ele sabia que havia morrido um pouco na noite anterior, ainda que estivesse vivo. Com o raio-x, a notícia de que não havia trauma nos ossos, mas a porrada havia sido muito forte, disse o médico. Foi medicado. Piauí tinha medo de ser o próximo, pois ele havia assistido a tudo de perto. Decidiu refugiar-se em um abrigo da prefeitura por medo de sofrer represálias. Estava abalado. Na missa de sétimo dia

do Ricardo, preservou-se, permanecendo no abrigo. À tarde teve inúmeras convulsões. Acidente Vascular Cerebral (AVC), devido à hipertensão. O dia terminou. Piauí morreu.

Começam novamente as mobilizações e as indignações. Missa cheia. Solidariedade para o Piauí. A moça faz um apelo: não deixar que as mortes de Ricardos e de Piauís sejam em vão. Mais uma vez na cidade, o risco de que Piauí fosse enterrado como indigente. A moça diz que fará de tudo para que isso não aconteça, mesmo que a família dele não seja encontrada⁶.

Naquela cidade, a morte faz uso dos corpos pobres, pretos e periféricos. Ela não espera a obituária fazer perguntas, ela não permite que letras registrem o irregistrável. Essa cidade é cinza, é lama, é letra morta que poucos leem. Nessa cidade os vivos padecem do silêncio. Os corpos somem. As vidas também. Os registros são como um raio no céu. Não há culpa, história ou qualquer trato. Não há crime, só pecado. O pecado é resistir, permanecer vivo. A legítima defesa não é matar, é morrer. De bala. De frio. De hipotermia. De resistência. De hipertensão. De falta de santidade. Outros corpos se amontoam.

Era noite. Naquela cidade há um shopping em que funciona uma universidade. Uma aula sobre ciência e psicologia. Na entrada vimos uma criança, sem camisa, negra, pés no chão. A cabeça para dentro, como quem espiasse o interior daquele lugar, e o restante do corpo do lado de fora, como se somente sua cabeça pudesse conhecer aquele lugar, o corpo não seria aceito. As pessoas também passavam por ela, mas sem lhe dispensar qualquer atenção, o shopping não é lugar para isso. Uma criança sozinha, brincando de espiar aquele mundo certamente proibido para ela.

Durante a aula mencionamos a criança na porta do shopping, falamos sobre como produzimos conhecimento com pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Uma mulher, estudante, interrompe nossa fala e diz que odeia pobre. Uma vez estava em uma farmácia quando um casal de pessoas em situação de rua chegou com seis crianças pedindo ajuda para alimentar os filhos. Diz que quando viu a situação teve ódio daquelas pessoas, porque hoje em dia, todos teriam acesso aos serviços e às informações sobre natalidade, então por que colocam filhos no mundo sem querer ou poder cuidar? Não eram gritos, mas seu tom de voz estava alterado. Pareceu gritar aos nossos ouvidos. Naquele momento, a sala dividiu-se e boa parte apoiava a mulher, falando que essas pessoas fazem isso para ganhar um tal de Bolsa

⁶ Texto divulgado nas mídias sociais através do Facebook em modo público, logo tendo acesso aberto a todos que tenham acesso a esta mídia, possível de ser lido na íntegra através do seguinte link: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10159742585200377&set=a.10150214662785377.437414.771840376&type=3&theater>

Família. Uma contribuição mensal paga pelo Estado para a renda de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e tem relação com a quantidade de crianças na família. Nesse momento, nós estávamos arrepiados e em um abismo entre o absurdo, o lugar de educador e a possibilidade de uma voadora. Retomamos a fala de onde paramos. Como se não houvesse lugar para aquilo e como se não tivesse ouvido os gritos. Ao final da fala, tivemos que misturar voadora, lugar de educador e do absurdo, constringendo os gritos e demarcando lugares para aquele ruído vindo do ódio e do preconceito. Naquele momento, foi necessário nomear as coisas e construir um sensível, mais do que nomear foi necessário narrar a vida para que as mortes cessassem, os corpos deixassem de amontoar-se ao largo das ruas da cidade dos mortos.

Aquela criança na porta não foi esquecida. Aqueles corpos foram lembrados, as vidas que se foram despertam aos gritos, e com eles, mobilizam os vivos. As ruínas da cidade, os amontoados de corpos sem lugar, a invisibilidade e o esquecimento dessas vidas sustentam as cidades dos vivos. Os corpos apodrecem sob essa cidade, muitas vezes vêm à tona, nos gritos, nos silêncios, nas memórias, nos corpos reclamados ou que emergem no mundo dos vivos. É preciso que continuem sendo amontoados para garantir a manutenção daquela cidade, os mortos apodrecem como os vivos, trazendo de volta lembranças e produzindo assombros para a cidade civilizada. Lembranças que não queremos ter de um progresso regado a sangue, amontoados de ninguéns, entregues aos vermes.

Assombro: grande espanto ou admiração, pessoa ou coisa que infunde ou causa terror. Os assombros são muitos na cidade dos mortos. Deslocar-se por ela é algo que nos coloca constantemente em desassossego. Um dia de inverno bem cedo, o céu coberto de neblina e bastante frio, estava indo para aula quando passando pelo parque público, que era caminho para a universidade, vejo de longe um homem dormindo embaixo de uma árvore, severamente agasalhado para proteger-se do frio. Logo vi aproximar-se dele uma viatura da polícia, desce o homem da viatura, chuta e bate no outro homem que estava deitado e dormindo. Recolhe seus pertences e remove-o para dentro da viatura. Tudo isso observo deslocando-me até o espaço para minha aula. Eu, atônito, sem qualquer reação aparente que não seja caminhar, envergonhado e assombrado com as luzes da cidade, com as sombras que insistem em povoar a cidade dos mortos.

Nessa cidade o assombro é um modo de lembrarmos que os mortos estão por toda parte e que caminhar nem sempre é a solução. Às vezes é necessário parar, olhar através da neblina as sombras que permanecem à luz do dia. Os vultos e assombros que insistem em permanecer

nos modos como essa cidade se constitui como alternativa para uma vida pacífica e civilizada. Naquele dia, a aula ocorreu através da cidade na produção de uma lembrança da violência que também assalta os mortos.

Em uma reunião, com cadeiras dispostas em círculo, construíamos junto a pessoas em situação de rua alternativas para enfrentamento de violências frente aos assassinatos de moradores de rua que ocorriam naquela cidade. Diversas autoridades e profissionais levantavam para falar sobre a necessidade de registro com fotografias e vídeos dessas violências, de denúncia formal através de boletim de ocorrência, entre outras alternativas. Neste meio, alguém falava sobre a invisibilidade dessa população, alardeando e colocando enfoque sobre como esta população tornou-se cada vez mais invisível nas nossas cidades a ponto de não mais vermos seus problemas. É então, que se levanta magistralmente um homem negro, alto, em tom de desagravo, com gestos firmes e dedo em riste, dizendo ao centro da roda de conversa feita para a reunião: - mas como vocês podem não nos ver? Será que não me veem aqui? Não me enxergam ao centro do círculo? Eu tenho carne e osso, caminho e me alimento. Faço tudo o que vocês fazem, como não me veem? Como podem dizer que somos invisíveis?

Recentemente, ao voltar para casa, um rapaz vê um homem negro, morador de rua, com vestes rasgadas, sendo interrogado pela polícia em uma região da cidade chamada de Cracolândia, ainda havia sol e as lojas estavam abertas e muitas pessoas nas ruas, tudo funcionava normalmente nos arredores. No entanto, relata o rapaz em sua rede social, que aparentava ser normal que aquele homem se despisse na rua a pedido dos policiais que o abordavam: enquanto dezenas de pessoas passavam, caminhavam e andavam próximas ao acontecimento, ele tirava cada uma de suas peças de roupa de modo rápido até ficar com uma única peça, uma cueca-short e mesmo despido a polícia persistia a buscar algo em seu corpo. Relata o rapaz: “Essa quase nudez pode quando é tortura racista, quando é para pegar bandido preto! Ninguém, que por ali passava, fazia qualquer coisa para intervir naquela situação. Meu celular estava sem bateria, tentei intervir, um homem me impediu. Eu não consigo achar isso normal! Não é normal! (Grito). A polícia deixa o homem preto sozinho, praticamente despido e o comércio permanece com suas atividades. É triste pensar que isso acontece todo o dia neste país, que vai matando sua juventude preta e a colocando na prisão...”⁷.

⁷ Texto também inspirado e transcrito a partir de um relato no Facebook, amplamente divulgado através das redes e de alguns movimentos sociais. Texto também publicado em modo público nesta mídia. É possível ler o texto na íntegra através do seguinte link:

Os assombros são formas constantes de produção de um registro de memória da cidade dos mortos. Uma memória que ocorre pela via do não-oficial, daquilo que é impossível de registro em vídeo e foto, em boletim de ocorrência. Digamos que a memória na cidade dos mortos é um amontoado de corpos, de absurdos, de imponderáveis, do insuportável que sufoca a letra, o riso, o êxtase e o amor.

Naquela cidade, o sufoco que assalta a memória condena-lhe ao golpe do pensamento, do insuportável e do intempestivo. Como quando perdemos o prazo e é então que chega o boleto do aluguel, como quando já sem tempo ocorre uma reviravolta nos nossos planos, assim ocorre com a memória na cidade dos mortos. Correm os juros, a multa cai sobre o valor fixo do aluguel ou mesmo é necessário refazer ou replanejar, quando não há mais tempo e condições para o planejado. No entanto, podemos dizer que pela sua insuportabilidade, a memória nesta cidade é um relampejo, um piscar de luz sobre as sombras que incidem sobre os corpos vivos. Ao que parece, a memória nesta cidade ocorre pela via do esquecimento: uma memória que se sustenta na condição de ser esquecida.

Centro da cidade dos mortos. Um homem esfaqueado a facadas em frente ao teatro da cidade. Bruxo, como era conhecido Felipe, foi esfaqueado inúmeras vezes no tórax até chegar a óbito em frente ao teatro. Segundo informações da polícia, ele era usuário de drogas e vendia crack na região, não há suspeitos para o seu assassinato. O corpo dele foi recolhido da rua pelo Instituto de Medicina Legal e periciado pelo Instituto de Criminalística da cidade dos mortos. Bruxo morre em frente ao teatro e é em frente ao teatro que toda a cena de práticas e saberes performatiza sobre seu corpo memórias, verdades e urbanização⁸.

No Cadeião da cidade dos mortos, fora encontrado um preso decapitado dentro de uma cela da unidade prisional. Era Carlos Júnior Santos, 19 anos. Após um desentendimento, sobre o qual não há informações a respeito, houve o homicídio. Abriam um procedimento administrativo disciplinar para investigar o caso, mas não há notícias até agora, sobre as causas e circunstâncias que o levaram a morte. Segundo o sindicato dos agentes penitenciários a cabeça do prisioneiro foi arrancada e colocada dentro de sua barriga. A cela fora isolada, havia outros

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1021512469313888&set=a.1182732936669.28638.1478608087&type=3&theater>

⁸ Texto fora acessado através do seguinte link, no entanto não encontra-se disponível: <http://tribunahoje.com/noticias/policia/2017/07/24/morador-de-rua-e-esfaqueado-ate-a-morte-no-centro-de-maceio>

cinco presos que seriam mortos; no entanto, como conseguiram gritar, foram socorridos pelos agentes. Providências foram tomadas junto ao Poder Judiciário da cidade⁹.

Em um bairro distante da Cidade dos Mortos, uma região considerada violenta e com uma população que representaria no imaginário dos habitantes da cidade um perigo para a vida, ocorreu algo que gostaríamos de contar. Ao contrário dessa descrição, quando conhecemos esse bairro pudemos conhecer outros espaços e ambientes desta cidade, uma população de jovens, praças públicas, escolas, centros de saúde e muitos trabalhadores que, devido à distância do centro da cidade dos mortos, deslocam-se para seus locais de trabalho através de transporte público ou bicicleta. Como tantos outros ambientes da cidade dos mortos, aquele bairro era um bairro pobre e periférico, logo que chegávamos lá encontramos um campo de futebol que normalmente estava vazio, de barro batido e uma imensa lata de lixo de onde exalava um cheiro bastante forte e, ao redor dela, pessoas. Os urubus sobrevoavam o lugar, pousavam para alimentar-se, passeavam entre nós e voltavam a voar. Havia sobre esse espaço, contrastes e possibilidades de vidas, de mortes, de modos de circular.

Mas o bairro não era somente isso, havia nele uma diversidade de comércios, opções de lazer e de formas de se organizar.

Em um dia naquele bairro, bastante frequentado pela polícia devido a uma série de questões relacionadas à segurança pública, um jovem de dezessete anos desapareceu, após ser abordado por uma guarnição da Radiopatrulha, junto ao seu amigo. Quatro policiais integrantes da guarnição que os abordou colocaram-no dentro da viatura e depois disso nunca mais foi visto. Ele estava com seu amigo Raniel Victor, dezenove anos, durante a abordagem.

Raniel foi deixado, tornando-se, portanto, a última pessoa que o havia visto. Ele tornou-se testemunha principal do processo judicial aberto contra os policiais envolvidos. Após um processo investigativo os policiais foram indiciados pelos crimes de tortura, sequestro e cárcere privado, além de homicídio qualificado e por terem ocultado cadáver. O desaparecimento tornou-se caso de homicídio, assassinato.

O jovem desaparecido era Davi da Silva, segundo seu amigo ele foi encontrado com uma pequena quantidade de maconha para uso pessoal, por isso teriam colocado o jovem dentro

⁹ Fragmento inspirado em texto encontrado no seguinte link: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/preso-e-encontrado-decapitado-dentro-de-cela-no-cadeiao-em-maceio.ghtml>

da viatura policial, sendo, desde então, considerado desaparecido. E com os dias, vítima de homicídio.

Nesse entremeio, a família de Davi lutava para que houvesse punição para os envolvidos, a mãe dele encontrava-se profundamente abalada, em estado de choque. Segundo o primo, isso foi feito por haver uma certeza de impunidade.

Passado um pouco mais de um ano, a mãe de Davi fora atingida por um tiro na cabeça em um atentado, quando estava em um ponto de ônibus em outro bairro da cidade. Levada ao hospital, recebeu alta poucos dias depois.

Durante esse tempo, Raniel Victor, devido a sua condição delicada de testemunha, encontrava-se sob o programa de proteção à testemunha. Dois anos depois do assassinato e desaparecimento do seu amigo, pede para sair do programa, voltando a viver sua vida sem esconder-se. Voltou ao bairro em que morava, tempo depois fora encontrado morto com dois tiros nas costas e marcas de pedradas. O processo jurídico ainda estava acontecendo quando Raniel foi assassinado. Segundo o advogado, mais um jovem negro e pobre é drasticamente exterminado na cidade, falando da importância das políticas públicas de saúde, educação e trabalho, apontando-as como agentes diretos para resolução dos problemas de violência na cidade.

Maria José, mãe de Davi, ainda busca pelo corpo do filho¹⁰.

Andar por essa cidade é se ocupar e assombrar-se constantemente com o intolerável dos nossos dias. Nessa cidade o impossível e o possível confundem-se. Por isso, talvez o horror que nos assombra ao passear por suas ruas e vielas: a ideia possível de que para existir é preciso exterminar, destruir. Nesse terreno, o mal, a crueldade, a violência da tortura e do assassinio tornam-se frequentes, apresentando-se como necessários à vida na cidade dos mortos.

Certa vez estávamos sentados à beira do caminho que levava à lagoa, observávamos os carros passarem. Brincávamos de adivinhar as cores dos carros, como quando éramos crianças, cada um escolhia uma cor e contávamos quantos carros de cada cor escolhida passava, isso

¹⁰ História e fragmento escrito a partir dos relatos e matérias jornalísticas encontradas nesses links a seguir: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/11/principal-testemunha-do-caso-davi-da-silva-e-assassinada-em-maceio.html>; <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/02/davi-foi-sequestrado-torturado-e-morto-por-pms-conclui-delegado.html>; <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/12/desaparecimento-do-jovem-davi-silva-em-maceio-al-completa-100-dias.html>.

fazia com que uns pontuassem mais que outros. Nessa brincadeira, o tempo não demorava a passar e a cada cor de carro que passava alguém festeja sua pontuação.

A cidade ganhava, ainda que sem querer, possibilidades de outra memória, mas uma memória que, dada a urgência, esmorecia e despedaçava-se, como quando desmontamos um jogo de quebra-cabeça e a imagem é desfeita, a memória nessa cidade fazia com que os mortos desaparecessem da superfície. A memória na cidade dos mortos é um cadáver em putrefação, sendo corroída pelos vermes do progresso.

Uma cidade que é construída pela possibilidade de esquecimento é uma cidade que se mantém pela construção constante de áreas sombrias, a partir das quais construímos a vida como um campo de elogio e de suspensão de qualquer desvio, depositando no território uma memória que se confunde com a matéria morta do barro batido, da terra lamacenta. Da lama que se junta aos nossos pés, às nossas roupas, de um cheiro forte, de algo quente que não pode deixar de ser registrado pelos nossos sentidos. Suja nossa pele, espanta nossos olhos, amarga o paladar, irrita nossos ouvidos, deixando-nos atentos, e provoca no nosso olfato os cheiros desagradáveis que sempre fomos ensinados a repudiar. É uma memória que afeta os sentidos, provoca-nos o repúdio, o asco, dispõe vidas em territórios, provoca na cidade o silêncio e o barulho atordoantes da história não contada, das vidas esfaceladas, do impossível que se torna possível para alguns viventes.

5. Rumores de guerra na cidade: a produção de uma política de memória e de luta



Foto 3. Fotografia da frente de uma igreja progressista na cidade de Porto Alegre em que lemos na faixa a seguinte frase: “Os vivos são sempre e cada vez mais governados necessariamente pelos mortos”. Fotografia do autor.

Em uma casa que parece abandonada, um jardim tímido na frente, vemos um letreiro que lembra a tenebrosa entrada de Auschwitz. O letreiro é forjado em aço, a igreja está na avenida João Pessoa, rua que dá acesso ao centro e à avenida Ipiranga em Porto Alegre. A casa fica do lado do Parque Farroupilha ou Redenção, nele podemos ler: *os vivos são sempre e cada vez mais governados necessariamente pelos mortos*. Diferentemente da frase atordoante escrita em Auschwitz onde é possível ler *o trabalho torna-nos livres (Arbeit macht frei)*, a frase cravada em aço na igreja em Porto Alegre remete-nos ao governo dos vivos, afirmando-o pela via daqueles que estão mortos.

Durante alguns anos evitamos falar sobre os mortos nos modos como conduzimos a política. As tecnologias políticas no país que incidem sobre populações e territórios ocorriam de modo a produzir uma certa invisibilidade das mortes. No entanto, recentemente temos visto que os modos de governo dos vivos têm sido cada vez mais afetados pelas formas como pensamos e produzimos mortes, desde aspectos referentes a doenças, como o câncer e a aids, até aos altos índices de homicídios frente à violência direcionada a algumas populações, como as de negros, gays, lésbicas, mulheres, transexuais, entre outras. Tais populações têm emplacado índices elevados de homicídio nas estatísticas sobre morte no Brasil incidindo sobre as formas como vivemos nas cidades (Waiselfisz, 2001; 2012; 2014. Cerqueira & col, 2017).

Estes apontadores de homicídio movimentam atualmente organismos de defesa de direitos humanos e diversos movimentos sociais no país. Algo que até pouco tempo era retirado do campo da política, sendo relegado à teologia ou às religiões, constituindo o que deveria ser tomado pelo mistério, pelo macabro, por o que deveria ser enterrado e raramente lembrado, passa, no entanto, a constituir campos de aproximação e de planejamento dos governos de populações e territórios, determinando-lhes. Principalmente, no que podemos chamar de territórios e áreas consideradas em situação de vulnerabilidade social.

Neste capítulo, buscaremos problematizar as relações entre morte e política no atual cenário das políticas de habitação urbana do país, analisando como ocorrem homicídios de determinados grupos sociais e populacionais: a forma pela qual são tomados quanto um problema político no cenário das políticas de urbanização do país. Para isso, contamos com as contribuições de autores como Achille Mbembe, Giorgio Agamben, Walter Benjamin e Michel Foucault, em uma perspectiva da psicologia social. Abordaremos aspectos e questões da vida urbana relacionados à maneira com que são produzidas atualmente aproximações da política com a temática da morte no cenário urbano; além de como e de quais formas isso ocorre, buscaremos apresentar e descrever alguns problemas desses ajuntamentos e de como tais homicídios ganham visibilidade ou não nas cidades.

É a partir da apresentação de uma máquina de guerra da política na contemporaneidade que buscaremos apresentar inicialmente nossos parceiros na produção de conhecimento que guiarão aspectos das nossas análises neste capítulo. Em seguida, apresentaremos aspectos relacionados à aproximação da temática da morte com a política nas cidades para articular práticas de governo, ressaltando os meios de comunicação e mídias sociais na constituição de

uma virtualidade potente para a produção de visibilidade de determinados homicídios no cenário urbano brasileiro.

Deste modo, tratamos de como alguns homicídios ocorrem, ganham visibilidade e atuam no governo de determinados territórios e populações, constituindo uma memória urbana e social que atua nas formas como construímos os espaços urbanos nas cidades do país, tendo como paradigma os territórios e populações vulneráveis e uma memória que constitui luta política como alternativa à simples criminalização.

5.1. Máquinas de guerra: uma política de fazer cidades

Mbembe (2016) retoma a noção de política para problematizá-la. Ressalta que costumeiramente herdamos essa ideia da filosofia clássica, a partir de uma construção dicotômica entre razão e desrazão, colocando-a do lado da razão. O que tem sido alvo de diversas críticas de autores na contemporaneidade. No entanto, para esse autor a política está do lado da ampliação dos limites. Deste modo, “a política só pode ser traçada como uma transgressão em espiral, como aquela diferença que desorienta a própria ideia do limite. Mais especificamente, a política é a diferença colocada em jogo pela violação de um tabu” (Mbembe, 2016, p. 127).

A política ocorreria para criar e efetivar-se através da transgressão. A transgressão é seu motor e efetiva alargamentos nos jeitos de pensar e efetivar práticas de governo. Nesta medida, a transgressão pode ocorrer tanto de forma a dilatar as possibilidades de vida, quanto o seu oposto. E é a esta última possibilidade que o autor acima tem se ocupado: as formas pelas quais a contemporaneidade constrói formas de produção política especializadas em gerar o que chama de destruição material de corpos e populações.

Esta lógica apoia-se em conceber e apostar no não abandono da ideia de soberania como princípio de formulação da política. Autores como Michel Foucault e Giorgio Agamben retomam essa questão em suas obras como forma de constituir uma crítica aos governos atuais destinados a algumas formas de vida, populações e territórios. Uma vez que frequentemente diversos estudiosos apontam uma defesa da política que temos, remetendo-a a uma racionalidade livre do sangue e da guerra; tais autores, cada um a seu modo e tempo, afirmam

que a racionalidade política moderna não se livrou do seu poder de matar para constituir política.

Deste modo, ela se inscreveria em uma positividade de defesa e de promoção da vida, ocorre para efetivar modos sutis e sofisticados de matar sem que isso constitua crime (Agamben, 2010). Estes autores indicam o nosso contemporâneo como um lugar em que seja possível efetivar modos de matar autorizados: esquematizam e mostram um mecanismo político sofisticado para justificação do extermínio e da morte de alguns grupos populacionais.

Mbembe (2016) retoma a ideia apresentada por Michel Foucault de que a política é uma guerra continuada por outros meios. Refere-se ao trabalho da morte necessário para a constituição política contemporânea, em que a soberania ocorre ao abandonar o limite da morte: matar, ao contrário do que afirmamos na modernidade e nisto que vivemos atualmente, constitui-se como aspecto luxuoso e pomposo de uma demonstração de poder.

Embora esse trabalho seja efetivado às sombras e de modo autorizado – seja oficialmente pela força dos Estados Nacionais, como em algumas guerras entre nações, seja pela construção sistemática de uma lógica de criminalização e desejo de morte para algumas populações e povos –, ele é realizado pela constituição de uma demonstração de força tamanha, sem a qual os Estados modernos não conseguem existir. É a ameaça de morte que ainda estabelece a base da soberania dos nossos Estados.

Mbembe (2016) ocupa-se em mostrar-nos essa maquinaria de assassínio como algo fundamental na exploração de povos não-europeus. Através do colonialismo foram armadas condições de extermínio e dizimação de povos e culturas que sistematicamente eram consideradas inferiores e não-civilizadas, sem que os europeus se sentissem menos civilizados por esse feito. É tanto que, mesmo atualmente, alguns autores dão mais atenção às matanças de homens e mulheres ocorridas em continente europeu do que os que ocorreram e continuam acontecendo em países do continente americano, africano e asiático, reconhecidamente colônias exploradas econômica, cultural e intelectualmente durante séculos. O autor retoma aspectos da constituição de uma máquina de guerra que se especializa nas colônias com a dizimação de milhares de vidas, sem retirar a importância e a crítica que tem sido feita aos campos de concentração no século XX durante o nazismo.

No entanto, retoma a constituição de uma máquina de guerra que legitima a morte e assassínio de algumas populações ao longo dos séculos. É uma máquina que compreende a vida de alguns como um empecilho ao desenvolvimento econômico e intelectual de algumas vidas.

Ele descreve práticas que ocorrem desde a entrada dos colonizadores nas suas respectivas colônias até as práticas modernas que constituem uma política de morte e o que chama de máquina de guerra. Tais práticas vão desde o bombardeio de povoados com a criação de tecnologias de alta precisão até à suspensão, destruição e construção de dificuldades para acesso a recursos hídricos, por exemplo.

Assim também podemos pensar a forma como algumas populações são expostas a condições miseráveis de vida no Brasil. Conforme é noticiado, o nordeste brasileiro em alguns períodos do ano é acometido por períodos de longas estiagens, o que provoca períodos severos de seca, tendo algumas cidades serem abastecidas por caminhões com água, os chamados carros-pipa. Em julho de 2013, foi noticiado a morte de cerca de trinta e sete pessoas no interior de Alagoas devido o abastecimento com água contaminada de carros-pipa. Após análises e um número relevante de mortes de pessoas devido diarreia crônica, foi constatada a presença de inúmeros microrganismos causadores de doenças na água distribuída para as populações do interior daquele estado. A água era retirada de açudes e distribuída sem quaisquer formas de tratamento¹¹.

Neste sentido, ressaltamos como foram construídas ao longo dos anos formas de produção de um descaso com algumas vidas, a tal ponto que são entregues ao trabalho da morte (Mbembe, 2016). Do mesmo modo que essas políticas de morte têm construído uma tecnologia de armamento sofisticada para morte em massa, também têm reproduzido a sistemática e histórica forma de descaso e abandono de populações, criando zonas de irresponsabilização generalizada com essas vidas e corpos.

Temos, portanto, uma política que não somente está ocupada sobre o corpo vivo, mas que também o estabelece. O mesmo podemos dizer sobre o corpo morto. Não somente há uma gestão desse corpo, como também é sistematicamente contado e recriado nas práticas de guerra das cidades brasileiras. É este corpo morto que também interessa ao governo dos vivos: a gestão sistemática de uma política de morte, constitui, na cidade aberta, regiões e domínios de exceção.

Dito de outro modo, a gestão da pobreza ocorre pelo estabelecimento de uma memória urbana ocupada por uma política de morte. Portanto, os corpos vivos da pobreza acabam por comporem assunto e tema de uma biopolítica devido uma virtualidade de morte que paira sobre seus corpos. É essa dimensão da soberania que incide sobre os jogos de governo

¹¹ Matéria pode ser acessado através do link: www.ebc.com.br/amphptml/noticias/politica/2013/07/agua-distribuia-por-carros-pipa-em-alagoas-pode-ter-matado-37-pessoas

contemporâneos, tornando possível não somente promover a vida, como também colocá-la em jogo, suspendendo-a (Agamben, 2010).

É neste jogo de produção de cidades, a partir de processos urbanos de investida do capital financeiro e da constituição de uma memória dos vivos e dos mortos atrelada a uma economia de forças, que temos formulado espaços urbanos entregues a uma política de morte e de extermínio. A política que outrora teria se conectado com a vida, deixando a morte como intrínseca e silenciosa nos processos de gestão e de governo de alguns territórios e populações, também tem cada vez mais se ocupado e aproximado das questões da morte, comumente remetida ao campo religioso e teológico. Nestas tensões, cada vez mais, temos assistido na política a insurgência de discursos do campo religioso como práticas de governo estatais; o que remete a política aos processos de secularização, ao mesmo tempo em que lhe aproxima dos modos de guerra, nas formas como articulam-se à gestão da vida através das mortes que provocam.

Conforme nos remete Benjamin (2012) em suas teses sobre o conceito de história, a teologia é um pequeno homem feio que não ousa aparecer no jogo, no entanto, é ela quem tem dado as cartas do jogo político atual. Ao atentarmos para a teologia e a religião como modelos do pensamento político atual, podemos vislumbrar a forma com que a política afastou-se e tem se aproximado da questão da morte nos governos de alguns territórios e populações. Ao relegar os processos econômicos da gestão das mortes aos diversos campos teológicos, as formas políticas atuais construíram uma sistemática produção de mortes e de assassinatos de alguns grupos populacionais em territórios considerados vulneráveis, tais como comunidades, favelas, ruas das cidades brasileiras, entre outros territórios urbanos.

Tais mecanismos engendram uma lógica de uso das vidas associada à produção de capital financeiro e de lucro, pensando a morte como o que deve ser direcionado para outro plano de ação diferente da política estatal. É deste modo que as mortes passam a serem geridas e autorizadas em certos territórios urbanos, como também, devido aos processos de construção de memória contemporâneos nestes mesmos territórios, há uma retomada da morte quanto uma questão política; o que vem sendo nomeado por alguns autores com o nome de necropolítica ou tanatopolítica. Expressões que respondem a questões diferentes, mas que tramam a morte como uma forma de governo de populações, seja pela problematização do corpo-cadáver produzido nos governos contemporâneos, seja pela produção sistemática de mortes e de assassinios em determinados espaços urbanos (Mbembe, 2016. Agamben, 2010).

Temos um ponto para pensar, os nossos processos políticos, que nos remete a um entremeio que vai do desencantamento à redenção. Redenção, no sentido benjaminiano, estaria associada a não perdermos a esperança diante de situações extremas de violências, mas em recorrer a uma política em que o que até então fora afastado dela, torna-se relevante aos modos de efetuar justiça. Portanto, uma política não somente dos vivos, mas também dos mortos.

E é nesse sentido, que a recordação efetua um trabalho insubstituível nos processos políticos contemporâneos, uma vez que é a partir dela que podemos efetivar recursos que o Direito não pode acessar. É através da memória social e urbana que podemos efetuar uma retomada de modos de visibilidade de corpos, histórias e processos urbanos violentos que seriam remetidos ao esquecimento, sendo repetidos e retomados constantemente na história urbana das cidades.

Benjamin (2012), em seu ensaio *O narrador*, remete-nos à narração como uma forma de nos apropriarmos do curso das coisas. Nos processos de recordação – a partir dos quais produzimos memória em detrimento ao esquecimento que acometeria certos fatos e eventos urbanos – construímos estratégias que produzem uma visibilidade de questões que acontecem nas periferias das cidades. Ao mesmo tempo, quando recordamos, construímos espaços de efetivação de uma política narrativa em que podemos construir zonas de integração, já que a narração possibilitaria atividades nas quais vislumbramos a integração do mundo em que habitamos.

Pode parecer estranho e um pouco assustador pensar que a produção de narrativas efetive mudanças nos modos como produzimos política. No entanto, o que também não devemos esquecer é que a política é definida como um campo da fala, da linguagem. Ela é caracterizada desde a antiguidade pela produção de práticas e ações a partir de uma única possibilidade: a possibilidade de fala (Arendt, 2010). A prática de efetivação política ocorre pela produção de visibilidades, mas de uma visibilidade que ocorre pela confecção de uma fala. A memória ativada pela recordação proporciona a edificação de cidades, em outros momentos impensáveis. Seria uma aposta nas narrativas e na memória dos mortos e dos vencidos do desenvolvimento e do progresso urbano.

Nesta medida, estamos no campo da construção de enunciações e de uma memória que ao rememorar produza efeitos nos modos como circulamos e vivemos os territórios urbanos das cidades. Posto que conforme ressalta Benjamin (2012), em sua segunda tese sobre o conceito de história:

[...]. O passado traz consigo um índice secreto, que impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que envolveu nossos antepassados? Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram? Não tem as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, então existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Então, alguém na terra esteve à nossa espera. Se assim é, foi-nos concedida, como a cada geração anterior à nossa, uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialismo histórico sabe disso. (p. 242).

Temos um apelo do passado que se inscreve em como construímos cidades. Se as palavras constroem cidades, a memória é capaz de derrubá-las para que possamos outras possibilidades. No índice secreto que irrompe com as memórias das narrativas podemos cumprir outros expedientes de atuação política. É sobre isso que iremos nos debruçar adiante: a forma com que a construção de narrativas a partir das memórias vulneráveis, memórias dos mortos, é capaz de produzir uma política de visibilidades com a qual acessamos a efetivação de uma urbanidade marcada por afetos.

Neste aspecto, tratamos de uma política que está intrinsicamente relacionada à felicidade. Não a uma felicidade como um evento individual ou de mecanismos neurosinápticos, mas de algo relacionado à produção de uma diversificação de práticas e de possibilidades políticas que compreendam a construção de outros jeitos de habitar e gerir as vidas nas cidades.

Problemático nesse aspecto é a forma como, em um esquema biopolítico, são produzidos territórios e zonas de exceção. A preocupação que aparece é sobre uma sistematização da política para criar o que Foucault (1999) chama de cortes biopolíticos, decidindo aqueles que devem morrer para que outros vivam, configurando o racismo de estado. Um modo de atuação, descrito pelo autor, em que há uma decisão sobre a vida e a morte, na qual para que uns possam viver seja necessário que outros morram. Em geral, a morte seria destinada àqueles que ofereceriam algo, que em um discurso competente, comprometeria uma vida livre de males, compreendendo-a em seu aspecto biológico puramente. Essa compreensão refere-se à vida como um componente a-político, sem diversidade e engendrado em questões econômico-financeiras relativas à produção de capital e lucro.

Por esta razão, podemos pensar que ao tratarmos da recordação e das narrativas como uma forma de construção de políticas de visibilidades, propomos uma política por outros meios.

Estamos ocupados com as formas como as ruínas depositadas em nome do progresso podem ser ferramentas de uma guerra capaz de elaborar e confeccionar mundos. Territórios para habitação de diversos modos de viver e estar no mundo.

Partiremos para pensar a construção de políticas de visibilidades frente às diversas formas como são produzidos relatos e memória das violências e violações de direitos atualmente. Como ao escapar do campo estrito da criminalização, produzimos outras propostas de visibilidade e efetivação do direito no campo político.

5.2. Políticas de visibilidades: memórias em perigo

O que fazer com as mortes e os corpos que seguem amontoados nas cidades, é uma pergunta para nossa contemporaneidade. As periferias e diversos outros espaços urbanos, considerados territórios de vulnerabilidade social, são cotidianamente assaltados pela notícia e pela ação do que podemos chamar de trabalho da morte. Neste sentido, podemos compreender e visualizar as formas como estes territórios tornaram-se espaços de uma ação de extermínio em diversos aspectos, desde o extermínio de vidas e desaparecimento de corpos humanos até a exposição a condições insalubres de sobrevivência em diversas questões, principalmente pela dificuldade de acesso a serviços de garantias e de estabelecimento de direitos.

Estes territórios foram transformados em espaços privilegiados do que Mbembe (2016) chama de trabalho da morte. Temos constituído uma série de condições que favorece tais processos de assassinio e morte dessas populações. Como se não bastasse, também produz uma sistemática desqualificação de seus modos de vida, bem como daquilo que falam e produzem como provas ou verdades. A partir de um discurso instituído sobre como é possível construir denúncia criminal e processos jurídicos, os argumentos e acusações confeccionados pelos sujeitos destes territórios urbanos das cidades são alvo de deslegitimação, sendo comumente entregues ao esquecimento ou transformados em relatos que não ganhariam força jurídica.

Esses corpos e mortes estão sendo constantes e aparecido com mais frequência em nossas cidades. Muitas vezes entregues ao anonimato e à indigência que marca os modos de governo de seus destinos. Como se de forma exemplar suas mortes e o fado endereçado às suas histórias e seus corpos, dissesse-nos de uma memória irrecuperável. No entanto, ao longo dos

nossos percursos pelas cidades temos visto e participado de formas de vislumbrar uma memória do presente dessas práticas.

A Cidade dos mortos descrita anteriormente constitui uma forma de elaborar um obituário, mas também um registro das práticas e dos modos de extermínio de corpos e subjetividades nas cidades que habitamos. Ela aponta aspectos de uma racionalidade de governo, ao mesmo tempo em que nos estarrece com a atualidade de práticas impensáveis e inadmissíveis no contexto das práticas e discursos dos direitos humanos.

Corpos e vidas endereçadas a práticas políticas e sociais de descarte e de uma massiva destruição: de memórias, de resistências, de corpos e de subjetividades. Temos um amontoado de vidas e de corpos, mas também o registro de uma série de práticas sociais que é mantida ao longo de décadas e séculos com determinadas populações de certos territórios considerados em situação de vulnerabilidade social.

Diante destes processos de violação e de produção de mortes, comparados aos estados de guerra, de exceção e de sítio, as instituições têm produzido algumas relações de endereçamento dessas denúncias que remetem à elaboração e registro de boletins circunstanciais de ocorrência em delegacias, apelo ao Ministério Público e à Defensoria Pública para confecção de queixa criminal, entre outros.

No entanto, temos apontado, desde algum tempo e em diversos momentos, que, embora esse processo inicial de denúncia tenha ocorrido para o registro das práticas de homicídio diante dessas populações, as denúncias não conseguem ir adiante nos processos criminais jurídicos, alcançando uma visibilidade apenas nos processos de investigação policial e, logo em seguida, os homicídios são associados ao tráfico de drogas, o que tem produzido uma naturalização dessas mortes e uma correlação entre seus modos de vida e de morte (Silva, 2013. Silva e Hüning, 2015).

Recentemente o movimento social da população em situação de rua havia acusado o assassinato de mais de quarenta pessoas em condições de rua em Maceió, Alagoas, no ano de 2017. Após realização de denúncias junto ao Ministério Público, as investigações policiais chegaram a um número menor de homicídios, cerca de vinte e oito, e como em outros momentos houve a associação dos assassinatos ao tráfico de drogas. Algo que tem sido denunciado pelo movimento social como uma justificativa para a higienização urbana de Maceió.

Além disso, temos visto que, em outros casos, as acusações por parte dessas populações não ganham visibilidade ou seguimento de investigação por medo do denunciante, devido às

condições insuficientes de garantia de vida para aqueles que realizam acusação. Isto pode ser vislumbrado em diversos momentos nas cidades. Nos relatos da Cidade dos Mortos apontamos que a viabilidade de construção de uma denúncia criminal é impedida tanto pelo desaparecimento dos corpos do local do crime, quanto pela ameaça constante e ilimitada à vida daquele que ficou vivo ainda em condições de vulnerabilidade social.

Temos, portanto, um mecanismo que ocorre em mão dupla através da: 1) destruição e/ou desaparecimento de corpos como forma de eliminação de prova; 2) produção de uma situação constante de ameaça e de medo para os sobreviventes como modo de destruição de uma memória capaz de desestabilizar o instituído. Nestes termos, vemos a confecção de uma máquina de guerra que funciona através da eliminação de corpos e da possibilidade de que sejam lembrados como elemento de uma injustiça praticada e perpetuada.

Nestes termos, o Código de Processo Penal brasileiro em seu art. 41 apresenta como requisitos da denúncia ou queixa-crime os seguintes aspectos: a) a descrição do fato criminoso; b) a qualificação ou identificação do acusado; c) a classificação do crime (não sendo algo essencial no momento da queixa); d) o rol de testemunhas quando possível. Tais aspectos são severamente fragilizados pelas ações descritas anteriormente, principalmente quando consideramos a descrição do fato criminoso, a identificação do acusado e o rol de testemunhas. Essas questões tornam-se aos poucos impeditivas e fragilizadoras de quaisquer ações no âmbito jurídico criminal, fragilizando a denúncia e as possibilidades de investigação.

Também podemos ressaltar que algo frequente nesses casos, é que as vítimas ou possíveis denunciadores ao chegarem nos lugares em que seja possível uma denúncia formal – a delegacia de polícia –, muitas vezes não constituem queixa-crime devido ameaças que sofrem conforme sua própria situação de fragilidade e vulnerabilidade social: o estado de situação de rua que acaba por expô-los a condições de fragilização.

O que podemos ressaltar também, para além de uma questão circunstancial, episódica ou individual da situação-crime, é que essas práticas de apagamento de corpos e ameaça a vítimas e testemunhas no Brasil têm uma historicidade imprescindível, principalmente ao considerarmos populações pobres, negras e periféricas. Comumente tais comunidades e populações são silenciadas frente à violência que sofrem, por uma desqualificação da denúncia que podem elaborar e, caso realizada, pela exposição a condições de maior vulnerabilização dos direitos e da proteção individual ou comunitária.

Com tais aspectos que remetem a uma perda histórica do registro de práticas que são repetidas e mantidas ao longo de décadas no país, podemos afirmar um crescente aumento de denúncias de violações de direitos humanos no país nos últimos anos (Brasil, 2015), justamente pelo caráter anônimo e por poderem ser realizadas com uma ligação para o órgão do Estado responsável, o Disque 100 – serviço especializado em queixas e denúncias desse tipo.

A questão que podemos apresentar é que em muitos casos há uma perda substancial do registro e constituição de uma memória política e social dessas violações nos meios legais e oficiais de registro que dispomos. Algo que, no entanto, não deixa de aparecer e ser denunciado em diversas outras formas de expressão dessas populações, como nas artes de rua, pichações, músicas consideradas periféricas e demais expressões artísticas político-sociais. Apenas sendo relegadas nos meios oficiais de registro que dispomos atualmente.

Neste sentido, as artes e as demais manifestações culturais, quando possíveis para determinadas populações, constituem elemento fundamental de denúncia, mesmo que isto não configure uma responsabilização criminal. Destaca-se também, a forma como os modelos de criminalização que temos são insuficientes para lidar com o tamanho da violência histórica que essas práticas perpetuam e disseminam, sendo necessárias outras formas de constituir memória e justiça.

Temos constituído, entre outras questões, o problema dos processos de criminalização nos casos de violação de direitos. Menezes e Pinto (2014) apontam que o Direito tem cada vez mais se especializado em reestabelecer direitos humanos como uma questão individual simplesmente, tomando a lógica do direito privado, baseada na propriedade privada, como um elemento que sustenta suas práticas.

Não só vários ramos de direito são estruturados ao redor da propriedade, como o direito real que trata do uso e da proteção da propriedade; o direito contratual que rege a transmissão (circulação) da propriedade; o direito do consumidor que, no fundo, protege de lesões o adquirente de bem ou serviço; o direito tributário que possibilita a tomada de bens do particular para sustento do Estado; mas, recentemente, os direitos da personalidade sofrem uma onda de “privatização” como monetarização da honra e da imagem, o desenvolvimento da propriedade intelectual e o direito ao nome que nada mais é que um direito real. Mesmo discussões de bioética, como, por exemplo, em qual momento surge a vida, buscam, no fundo, responder a questões do direito civil sobre a partir de quando o feto tem direitos (patrimoniais) (Menezes e Pinto, 2014, p. 398-399).

Por esta via, podemos pensar como as políticas de estabelecimento e de garantia de direitos têm sido efetivadas por uma lógica neoliberal, centrada na ideia de propriedade privada, de bens de consumo e da constituição de um indivíduo robusto frente aos processos de violação enfrentados. Como se o direito e a justiça pudessem ser efetivados e reestabelecidos apenas e somente pela via da individualização e do reestabelecimento privado do dano sofrido.

Em certa medida, podemos pensar a forma como os processos de criminalização baseados em um dano individual e a-histórico, na ideia de individualização das responsabilidades e na lógica da propriedade privada, acabam por constituírem-se como um aspecto fragmentário das questões sociais e políticas das violações de direitos e da produção de corpos e mortes nas cidades.

Ao mesmo tempo, tais processos ao comporem uma lógica de mercado e de valor financeiro a tais violações, acabam por produzir também vulnerabilidade e desproteção àqueles que poderiam viabilizar uma denúncia legal aos órgãos competentes. É a esta prática desmedida e de exacerbação de um sujeito robusto e competente que temos constantemente relegado os processos de denúncia e criminalização. Isto tem constituído tanto um descrédito quanto uma insegurança aos modos oficiais de construção de denúncia criminal por parte de populações vulneráveis em situação de violação de direitos.

Portanto, a criminalização de modos de vida ainda constitui formas de eliminação de corpos e subjetividades nas cidades brasileiras. Segundo Agamben (2015):

Uma vida, que não pode ser separada da sua forma, é uma vida para a qual, no seu modo de viver, está em jogo o próprio viver e, no seu viver, está em jogo antes de tudo o seu modo de viver. O que significa essa expressão? Define uma vida – a vida humana – em que os modos singulares, atos e processos de viver nunca são simplesmente *atos*, mas sempre e primeiramente *possibilidade* de vida, sempre e primeiramente potência. Comportamentos e formas do viver humano nunca são prescritos por uma vocação biológica específica nem atribuídos por uma necessidade qualquer, mas, por mais ordinários, repetidos e socialmente obrigatórios, conservam sempre o caráter de uma possibilidade, isto é, colocam sempre em jogo o próprio viver. Por isso – isto é, enquanto é um ser de potência, que pode fazer e não fazer, conseguir ou falhar, perder-se ou encontrar-se –, o homem é o único ser em cujo viver está sempre em jogo a felicidade, cuja vida é irremediável e dolorosamente destinada à felicidade. Porém isso constitui imediatamente a forma-de-vida como vida política. (p.13-14, *grifo do autor*).

Para o autor, a vida humana está sempre relacionada à potência e totalmente associada à busca da felicidade, algo que para os filósofos gregos estava relacionado à vida na *polis*, ou seja, à vida política. Deste modo, para Agamben (2015a; 2015b) o humano está em uma relação de potência do ser e não-ser, não há prescrição, por isso a forma-de-vida é um acontecimento político, pois as ações do homem são aquilo que o faz, o constitui como ser político.

Agamben (2013b; 2015b) atenta-se para o elemento que nos faz humanos ao afirmar que isso é difícil de descrever objetivamente, mesmo em termos científicos; para além da linguagem, aponta para o caráter da ação humana que ao ser política está sempre perseguindo a felicidade e ao mesmo tempo denunciando o inacabado naquilo que nos torna humanos (exercício da linguagem). De certo modo, o autor nos assinala certa incompletude do humano. Seria ela que motiva e sustenta nossa existência, possibilitando a criação. Esse aspecto é o que nos permite pensar a vida humana indissociada da forma-de-vida, ou seja, os modos de vida são existências políticas; portanto, arranjam as cidades e os modos de ser e estar no mundo. São exercício poético da vida.

Pensar a atividade política como indissociada da vida está relacionada às tentativas de pensar outros modos de viver a cidade, as ruas e os espaços urbanos. Diferentemente de como a política é pensada e exercida por nós que moramos em casas, quais outras formas de política são possíveis e efetivam-se na cidade? De certo modo, talvez a questão esteja em tensionar o político, fazendo-o visível em outros lugares e planos de ação na cidade: fazer o conceito de política circular na cidade; fazê-lo fluxo, ainda que institucional.

Ao prescindir das práticas oficiais de criminalização, devido às razões elencadas anteriormente, as populações em situação de vulnerabilidade deslocam o problema das violações de direitos para o plano político da produção de visibilidades e de afetos, encontrando nos meios artísticos condições de um outro mapa de sensibilidades e de luta política, deslocados pela memória social de práticas de extermínio historicamente presentificadas e reiteradas pelas pessoas e instituições.

O jogo político é constituído como alternativa de produção e promoção de justiça. As narrativas ganham condições de força política capaz de mobilizar afetos e outras condições de luta através da memória, da recordação e da recusa ao esquecimento como alternativa de fazer cidades. A guerra por outros meios constitui uma estratégia fundamental à máquina de morte instalada pelos processos de criminalização estabelecidos pelo jogo instituído, como se ao

produzir outras zonas de visibilidade também fossem possíveis outros enfrentamentos dos problemas sociais e políticos dados.

Para continuarmos a discussão, retomamos o trecho a seguir sobre o Quebra de Xangô ou Xangô Rezado Baixo no estado de Alagoas:

Na noite do dia 1º de fevereiro de 1912, nas ruas de Maceió, pequena capital voltada ainda ao provincianismo das intrigas e fofocas domésticas, verificou-se um dos episódios mais violentos de que foram vítimas as casas de culto afro-brasileiro de Alagoas. O acontecimento extraordinário, que ficaria conhecido como Quebra-quebra, culminou com a invasão e destruição dos principais terreiros de Xangô da capital do estado, por elementos populares capitaneados pelos sócios da Liga dos Republicanos Combatentes.

Por estar cercado de tantos mistérios é que esse episódio se tornou para nós objeto de interesse e investigação. Portanto, as razões da perseguição contra esses cultos religiosos em Alagoas constituem o objeto principal deste trabalho. Além de expormos os contornos da “Operação Xangô”, outro nome pelo qual também ficou conhecido o mesmo episódio, discutiremos os motivos por que isso teria acontecido, bem como sobre o manto de silêncio que sobre ele teria caído. (Rafael, 2004, p. 11).

Este é o início do capítulo introdutório da tese de Ulisses Neves Rafael, *Xangô rezado aixó: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912*. Apresenta e discute ao longo de sua tese um período de perseguição às religiões afro-brasileiras em Alagoas e como esse episódio é marcado pelo mistério e pelo silenciamento para retirar da história política e social do estado a força desse acontecimento nos modos como a vida social e política da cidade tem se organizado. O autor refaz, a partir de documentos públicos, seu percurso antropológico para contar essa perseguição e o que chama a atenção dele é o fato de que mesmo sendo um dos episódios mais violentos em relação à cultura negra no país, não há interesse dos estudiosos nesse tema e, mesmo, registros históricos sobre ele, a não ser em jornais locais a favor e contra o governador da época, Euclides Malta, acusado de aliança com os terreiros e casas de culto afro no estado e que, por isso, haveria se mantido durante doze anos no governo do estado.

Temos, portanto, o silenciamento e o esquecimento como mote dos processos urbanos e da construção de uma perpetuação de práticas de abandono e esquecimento de algumas populações no estado de Alagoas.

Recentemente, podemos retomar e ressaltar como os processos de remoção e retirada de comunidades nos espaços urbanos de Maceió, parecido em outros lugares do país, ocorrem de modo a silenciar os moradores, através de uma lógica de garantia de direitos relacionada a realocação de suas moradias em condomínios e apartamentos, como se esse fosse o único modo possível para garantia de direitos. E entre outras coisas, produz o silêncio dos moradores e da sociedade, a despeito do prejuízo advindo da perda de suas relações culturais, sociais e históricas com um determinado território construído durante décadas, apesar da produção de abandono e marginalização dos poderes públicos. Basta revisitar a recente remoção dos moradores e pescadores da Vila do Jaraguá, na orla marítima de Maceió (Hüning, 2014).

De outro modo, podemos pensar também como estes engenhos são fundamentais aos modos como a cidade cria sua memória, seja a partir do que o autor acima citado chama de “esquecimento dos fatos” ou do que chama de “desconsideração” (Rafael, 2004, p. 264), criados em torno da memória de práticas sociais e modos de vida considerados periféricos, ou mesmo, marginais. O que incrementa o repertório de agressões historicamente constituído.

Destacamos, como afirma Agamben (2008), sobre o direito e o julgamento dos casos de Auschwitz, que o processo jurídico, ao qual tais processos urbanos de remoção recorrem, parece esgotar quaisquer outros recursos humanos, entre eles o da memória e da construção de testemunho de uma violência tamanha, parecendo que ao final da decisão judicial fez-se justiça. As práticas de memória e de confecção de narrativas são, portanto, ações do homem sobre a cidade, pois retiram do silêncio a violência e permitem que outras alternativas sejam possíveis em meio aos destroços e ruínas produzidos em um processo de direito que busca produzir, além do silêncio, uma narrativa do progresso e ordenamento do espaço urbano.

Não se trata de não se poder ou não se dever emitir um julgamento. “Se tivesse tido diante de mim um Eichmann, o teria condenado à morte”. “Se cometeram crime, então devem pagar”. Decisivo é apenas que as duas coisas não sejam confundidas, que o direito não pretenda esgotar a questão. Há uma consistência não jurídica da verdade, na qual a *quaestio facti* nunca poderá ser reduzida à *quaestio iuris*. Cabe ao sobrevivente precisamente isso: tudo o que leva uma ação humana para além do direito, o que a subtrai radicalmente ao Processo. “Cada um de nós pode ser processado, condenado e executado sem nem saber o porquê”. (Agamben, 2008, p.27).

Assim, a questão ética nesse ponto é a forma como produzimos, das ruínas do progresso, experiências e narrativas, ou seja, como podemos construir, apesar do Processo, memória e

práticas de disseminação de outras narrativas diferentes das oficiais, relacionadas ao embelezamento e ao progresso urbano. É ao olhar para estas questões que podemos pensar as formas como tais discursos e práticas promovem sobre vidas removidas, banidas e infames uma série de ações que as colocam do lado dos vencidos, fazendo-os parecerem sujeitos do fracasso e do estigma social da pobreza e da marginalidade; no Brasil bastante associado ao crime e a um sistema de crenças sociais e jurídicas relacionados à punição e repressão do Estado.

Ao escapar dos modos hegemônicos de produção de criminalização, os territórios vulneráveis produzem outras ferramentas de urbanização que transformam práticas sociais, ressaltando as desigualdades de forças, mas também a insuficiência do Direito para estabelecer justiça. O que constitui a memória como uma máquina de guerra nas cidades.

A seguir nos debruçaremos em como atualmente os meios de comunicação e mídias sociais têm constituído outros campos de visibilidade política, demarcando um campo estratégico para produção de denúncias e construindo alternativas políticas na luta de movimentos sociais pela memória de certos grupos em situação de vulnerabilidade social.

5.2.1. Visibilidades e afetos: outra máquina de guerra

Nos últimos anos as mídias sociais têm se disseminado entre jovens e adultos de diferentes classes sociais, tendo um amplo acesso e uso, seja através do compartilhamento de informações ou mesmo pelo alcance a discursos e práticas anteriormente restritas. Elas produzem uma série de questões que mobiliza conversas, práticas e outra forma de lidar com as vidas.

Neste sentido, os movimentos sociais e as pessoas participam e utilizam dessas mídias como forma de produzir denúncias e uma memória social antes impossível, construindo alternativas para visibilizar suas lutas políticas.

Alguns dos relatos utilizados na confecção da Cidades dos mortos, no capítulo anterior, foram acessados através de mídias sociais; outros fazem parte de matérias jornalísticas, o que nos coloca diante da utilização deste tipo de mídia como forma de compartilhar e conhecer histórias dos modos de vida e das diferentes práticas de extermínio nas cidades.

O importante de destacar nesses casos é que ainda havendo alguma impossibilidade de denúncia criminal, estas mídias sociais tornam-se instrumentos de visibilidade e de uma

memória política e social, constituindo denúncia e outras formas de lidar com questões que o processo criminal de culpabilização e individualização de responsabilidades não compreende e, mesmo, mostra-se insuficiente.

Estes canais de divulgação tornam possível o registro de uma diversidade de questões que podem estar atreladas ao perfil pessoal de alguém ou mesmo ao perfil ou à *fanpage* de algum movimento social. Tais relatos são amplamente divulgados por outros seguidores e leitores de diversas cidades do país e do mundo, construindo uma rede de afetos e de visibilidades que tornam possíveis a constituição e confecção de práticas e ações sociais. De modo geral, a produção dessa visibilidade dos relatos tem construído um outro campo de discussão social dos casos de desaparecimento, extermínio e esquecimento de corpos e mortes no cenário urbano das cidades brasileiras.

Se em outro momento estes relatos eram remetidos à condição de uma memória e tradição orais, confundidos com boatos e rumores, estas mídias produzem uma visibilidade nos modos de construção de luta política (Lemões, 2017. Silva, 2017). A questão que destacamos é a forma como tais relatos, considerados por alguns sem prova, produzem condições de transformação da relação das pessoas com a cidade e com esses grupos populacionais em condição de vulnerabilidade social. Longe de afirmarmos que estas mídias são lugares ideais para produção de denúncias ou de colocá-las como espaços livres de quaisquer discursos de ódio, estamos apontando que estas mídias tornam-se espaços para constituição de memória e de narrativas sobre como a compreendemos atualmente.

Ao considerarmos que as narrativas têm a propriedade de intercambiar experiências, também ressaltamos que “a experiência que passa de boca em boca é a fonte a que recorreram todos os narradores” (Benjamin, 2012, p. 214). É neste processo que podemos afirmar a força das narrativas, pois diferentemente das informações que se esgotam no momento em que são consumidas, as narrativas não se esgotam e guardam uma capacidade de desdobramento após muito tempo (Benjamin, 2012).

Conforme assinala Benjamin (2012), nas narrativas a vida vivida assume um caráter de transmissão, aspecto que qualquer “pobre-diabo possui, ao morrer, para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade” (p. 224). O que podemos destacar é a forma como este autor ressalta a força da morte na determinação de uma autoridade sobre aquele que narra. Ressalta que “a morte é a sanção de tudo o que o narrador pode relatar. É da morte que ele deriva sua autoridade” (p. 224).

Portanto, as narrativas produzem uma capacidade e uma autoridade de transmissão na construção de lutas políticas nas cidades, pois proporcionam espaços para que o destino ou final último das coisas sejam alternados e desmobilizados, através da construção de outras formas de lidar com a vida e a morte desses sujeitos nos espaços urbanos.

Embora esses relatos configurem-se como fragmentos ou *short stories*, eles ganham força narrativa justamente pelo que mobiliza e pela forma como dispõe-nos nas cidades. Estes fragmentos indicam entre outras coisas, uma perda. Há sobre nós e acerca dos modos como vivemos e vivenciamos diversas experiências, uma perda, que somente pode ser capturada na rapidez em que relampeja, na rapidez e fluidez das práticas sociais estabelecidas e cristalizadas. Portanto, é como imagem que o passado nos é apresentado.

A verdadeira imagem do passado passa voando. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade. “A verdade jamais nos escapará” – essa frase de Gottfried Keller indica, na imagem da história do historicismo, exatamente o local em que o materialismo histórico o esmaga. Pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela. (Benjamin, 2012, p. 243).

Tais aspectos, de uma construção imagética produzida sobre as imagens do presente construídas com fragmentos de práticas sociais e políticas da gestão da vida e da morte de populações negras, pobres e periféricas, performatizam o passado perdido, criando possibilidades de uma outra relação com o presente. Estas questões fazem com que seja atualizado o presente de nossas práticas. Os fragmentos são, portanto, elementos de uma dispersão e concentração de uma história a ser recordada e reconduzida pelas práticas sociais que constituímos.

O que podemos ressaltar é que essa política de visibilidades produz efeitos sobre as cidades e os modos de urbanização, compreendidos não somente pela construção de casas e de habitações, mas também pelos modos pelos quais são produzidas circulação de corpos, afetos e de vidas nas cidades. A política que vem está associada a pensar as formas como algumas questões são visibilizadas e como produzimos sobre elas afetos.

Neste sentido, as redes sociais e a diversificação de mídias têm uma importância fundamental na constituição de um corpo de memória e de narrativas que inscrevem certas vidas esquecidas pela política em outro jogo de urbanização. A gestão dos vivos é atravessada pela

memória dos mortos. E este aspecto configura uma política de memória que visibiliza e afeta nossas relações com as pessoas, territórios e outros modos de viver, estar e habitar as cidades.

Por fim, estamos constituindo através das narrativas com fragmentos de experiências nas cidades outras condições de urbanização, governadas pela construção de visibilidades e de afetos que direcionem práticas de viver e estar no mundo. Portanto, temos constituído, frente a uma máquina de matar, uma máquina de guerra efetivada pela construção de memória e visibilidade de práticas sociais e políticas ultrajantes que não devem continuar sendo repetidas. Constituímos um modo de fazer política, uma guerra por outros meios.

Cidade Corpo

“Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado
de história e a história arruinando o corpo”.

(Michel Foucault, 1979, p. 22)

Contava-me um poeta:

- Certa vez olhei em um espelho da Cidade Corpo e vi rugas em meu rosto, assisti em meu corpo as marcas que a história tinha me deixado, cicatrizes que não apagam e não posso corrigir. Vi o tempo que deixava em meu corpo suas marcas, uma presença inevitável da história, do tempo que não se conformara em assinalar sua presença e sua soberania. Vejo rugas, cabelos brancos, meu corpo desmanchando-se em dores. Nisso tudo vi o tempo transformando a mim em algo que jamais fui antes. Parece que o que permanece é o olhar, este, por sua vez, a cada dia estranha o que tenho me tornado.

Os poetas da Cidade Corpo constantemente escrevem seus autorretratos, neles aparecem o espanto com o que veem no espelho-quadro em que se olham. Outros poetas espantam-se quando veem um homem, como um bicho, que em meio à imundice do pátio catam comida entre os restos e engolindo-a vorazmente.

Outros poetas, que cantam suas poesias, escrevem sobre crianças que se alimentam de luz, meninos azuis, que desencarnam lá no brejo, onde dançam maracatus, atiram pedras, passeiam nus. Disfarçam-se tão bem que ninguém quer saber de onde vêm, tornam-se jardineiros, guardas-noturnos, casais, são passageiros, bombeiros e babás. E adultos já não lembram que existe um brejo de onde vêm, que eram crianças e que comeram luz. Estes poetas escreviam e cantavam o corpo como lugar de uma memória e de uma identidade, lugar de desassossego e de não-identidade, espaço do disparate e da confusão com o tempo e com o que pode ser ou não humano¹².

No entanto, chamava atenção na Cidade Corpo a forma como os corpos apareciam na cidade. Fraturas, cores, odores, feridas abertas que requeriam cuidados, gestos que mobilizam

¹² Trechos inspirados na música de Chico Buarque de Holanda, Brejo da Cruz. Letra e música disponíveis em <https://www.lettras.mus.br/chico-buarque/45117/>

nas diversas práticas a dimensão do acidente, aspecto cotidiano da memória nessa cidade. O corpo se apresenta como lugar de proveniência e de emergência do cuidado e da lembrança. A questão central que essa cidade traz é a forma com que o corpo, um aparato biológico, é cotidianizado como espaço de cuidado, de investimento e de propagação de males, de vermes, de doenças e de uma memória que remete aos rastros e traços de uma história sem lugar e sem tempo. O corpo é colocado como depósito da história. Na Cidade Corpo as feridas e os machucados aparecem, sem uma guerra civil, através de marcas históricas nas vidas de homens, mulheres e crianças.

Nessa cidade, algumas vezes andamos acompanhados de uma equipe de saúde que cuidava de feridas, machucados, de vidas e de sonhos. Eram pessoas encantadoras que estavam dispostas a criar diversas condições de cuidado e atenção aos habitantes da Cidade Corpo.

Um dia paramos onde estavam moradores de rua. Eles bebiam uma cachaça que tinha um cheiro forte. Ao chegarmos pararam de beber, mas pedimos que não se intimidassem, apenas que ingerissem água. Naqueles minutos em que conversamos, durante um tempo pararam de beber.

Em meio aos demais encontramos um casal de idosos, com o qual concentravam-se os outros homens em situação de rua. Tocávamos músicas em um violão e do outro lado uma loja de som parecia competir com o nosso som acústico. Carros passavam bem junto a nós, como que dada a pressa pudessem riscar os nossos corpos dispostos na rua e próximos aos homens e mulheres com quem conversávamos.

Naquele dia ganhamos pitangas do casal, foram dadas por um outro casal de evangélicos àqueles idosos. Os evangélicos prometeram pão e banho para os jovens senhores. Em paralelo, conversamos sobre a metamorfose ambulante com um senhor que estava bêbado e que, ao ouvir a música, cantada por um agente de saúde que tocava violão e nos acompanhava naquele dia, questionava-nos sem cessar pelo significado das palavras da música de um famoso cantor da Cidade Corpo: - o que era metamorfose? O que seria essa metamorfose ambulante? Essas perguntas eram repetidas em demasia, parecendo que qualquer explicação fosse vazia e incipiente, dando condições para que a pergunta fosse repetida, repetida, repetida, repetida... À exaustão!

Durante nossa conversa com a jovem senhora do casal mencionado, o seu companheiro nos entregou algumas pitangas nos dizendo que não aceitaria recusa ao presente. Pegamos as pitangas, mas não as comemos. Quase sem saber o que fazer com elas, se comeríamos, se

devolvíamos ou se jogávamos fora, passamos toda a abordagem com as pitangas nas mãos. Terminamos a abordagem e fomos à Unidade Básica de Saúde (UBS) e as pitangas nas mãos. Primeira coisa que fizemos foi lavá-las, mas não comemos, deixamos algumas em um copo na sala da copa da UBS, mas me intrigava o que faríamos com ela, porque ninguém as comia, mesmo eu. Na copa falamos sobre vários assuntos, dentre eles o preconceito racial na Cidade Corpo: a cidade não acolhera negros recém-liberados da condição de escravo e, em compensação, incentivou e aceitou a imigração de europeus vindos da parte rica, dando-lhes terras e trabalho, o que não fora feito com os negros vindos da África.

Falávamos de futebol e do rei do futebol naquele momento. As pitangas continuavam sobre a mesa, não sabíamos o que fazer com elas. O casal, um homem e uma mulher negros, tinha sobre o corpo marcas de descamação pela pele, parecia uma sujeira e mesmo como se a pele, que os sustentava e dava unidade aos seus corpos, estivesse cansada do sol, da bebida, do olhar que os atravessava na pressa e na correria dos que passavam. Parecia que suas peles não suportavam sustentar-se àquela vida. Possivelmente a descamação foi efeito da cirrose e de questões de higiene, diziam alguns de nós. As pitangas que o casal nos deu, falando que não aceitariam uma recusa, ainda continuavam sobre a mesa da copa da UBS. O dia terminou e as pitangas ficaram sobre a mesa da copa.

Outro dia, junto aos agentes de saúde, conhecemos uma senhora em uma pracinha, ela estava bebendo cachaça em um copo descartável. Havia árvores, um banco comprido feito de cimento, no qual sentamos, e uns senhores, que bebiam e jogavam algum jogo desses de cartas, ouviam nossa conversa e intervinham dizendo que tínhamos que levar a moça à força.

Mesmo assim estava só, acompanhada do ar que passava sobre seu rosto, uma música alta do bar em frente à praça. Seus cabelos estavam grudados. Tinham um aspecto que fazia-nos perguntar sobre como seu cabelo teria assumido aquela condição. Como forma de sustento, em algum momento, ela fez programa. Havia fugido de casa e tinha sido diagnosticada com transtorno psiquiátrico. Durante a abordagem, tentávamos fazer com que ela aceitasse ser internada para ser tratada, dada sua condição de vulnerabilidade. Seu corpo descamava, pernas e braços, lembro do seu sorriso e de seu silêncio diante do convite para que fosse internada, já que também não aceitava voltar para a casa de sua família. Na conversa com ela, falava incansavelmente sobre o amor que tinha por seu ex-esposo, dizia que amar era bom, era bom demais! E sorria como se as lembranças com seu ex-marido trouxessem para seu corpo a alegria de uma descoberta que se renovava constantemente.

Naquele dia, disse que iria pensar sobre a possibilidade de internação para cuidar de si. Havíamos lhe pedido um gesto de amor por si mesmo, aquele gesto deveria ser aceitar o tratamento e internação. Ela disse que iria pensar. Não aceitou ir conosco.

No mesmo dia, fomos para outro atendimento, em que encontramos com uma moça e sua mãe em meio a casas construídas com madeira, plástico, tijolos, papelão e diversos materiais de alvenaria. Chão de barro batido, galinhas e cachorros andavam entre nós. A filha, usuária de crack e de álcool, pedia por internação em uma comunidade de tratamento de drogas. A mãe reclamava de cansaço, além disso estava diabética, havia dado entrada em hospital no dia anterior, pedia ajuda com a filha. Escutávamos atentos e a equipe ofertara condições para ajudá-las. Naquele instante, ouvimos dois tiros ali perto, era meu primeiro dia de visita, fiquei com medo por nós e curioso pelo que estaria acontecendo. Aceleramos o passo sem deixar de conversar com algumas pessoas. Dia encerrado.

No dia seguinte, a tarde começou esperando o motorista que nos levaria pela cidade, mas a equipe já estava resolvendo e encaminhando muitas questões. Fomos fazer o curativo de um garoto em uma comunidade.

Encontramos as pessoas, encaminhamos algumas questões trazidas pelos moradores, em seguida, fomos para a outra comunidade ali próximo.

Naquela região lagunar as comunidades são nomeadas com uma designação secreta, relacionada à faixa que remonta a lagoa. As comunidades vivem da pesca e venda do sururu. Sempre que chegamos, vemos os moradores e as moradoras descascando, cozinhando e tratando sururu.

Em uma das comunidades acompanhei o atendimento de pré-natal de uma moradora, ela tinha um filho pequeno do lado, ele queria brincar e brincamos com gestos de *tchau* enquanto sua mãe era atendida por uma das enfermeiras da equipe.

Dali fomos para a casa de seu Clarindo, ele tinha uma ferida no pé que não sarava há meses. Sofria de diabetes. A equipe mobiliza-se para que não houvesse maiores complicações com o pé dele.

Fiquei do lado de fora, conheci duas crianças, um dos meninos não falava claramente, nos mantemos conversando, creio que nos comunicamos. Conheci seus pais. O pai diz que aquele filho não fala, mas ouve. A mãe reclama que o pai da última vez que saiu para pegar

medicação ou fazer consulta, não lembro exatamente, voltou bêbado. Durante a conversa um dos filhos, o mais novo, me dizia apontando para o seu pai:

- Esse é painho e mainha, enquanto brincava entre inúmeros objetos que estavam espalhados pela rua.

Encerramos aquele dia. Entramos no carro espremidos, éramos seis, além do motorista.

Em outro momento dessas visitas pela Cidade Corpo, fomos fazer uma busca de um rapaz que já estava desaparecido há 4 anos, de uma cidade do sudeste do país, sua família estava à procura dele. Fomos junto com um componente de um movimento social na feirinha de um bairro daquela cidade, lá encontramos o rapaz que estava sob efeito de álcool, estava disposto a ir conosco, mas um pouco desconfiado, pois não nos conhecia. Levamos-lhe primeiramente ao abrigo municipal. Ele chorava bastante e queria falar no celular com sua irmã e com sua companheira, a mulher por quem dizia-se apaixonado.

Acompanhei o processo junto a ele que se referia ao abrigo como uma prisão. Era uma prisão dizia, acostumado com a liberdade das ruas, contava que não iria gostar dali. Logo na entrada havia um portão com grades, cadeado e correntes. O interior do abrigo até poderia parecer uma prisão, disse para ele, mas não era disso que se tratava, era um lugar de passagem em que poderia sair durante o dia e voltar à noite para dormir. Por estar alcoolizado não foi possível sua permanência no abrigo, então, a equipe decidiu levá-lo a um centro de tratamento para pessoas que faziam uso de álcool e outras drogas, antes passamos no psiquiatra do principal hospital psiquiátrico da Cidade Corpo, para depois levar-lhe ao centro de tratamento especializado, onde ficaria internado por trinta dias.

Conseguiu conversar com sua irmã ao telefone. A conversa que teve com sua irmã foi sobre liberdade e colocava em questionamento o que estávamos querendo para sua vida, levando-lhe a um abrigo que segundo parecia uma prisão. Este rapaz já havia passado por instituição presidiária, sabia do que estava falando e do que não queria mais para sua vida.

Será que o que queríamos para ele era parecido com uma prisão? Será que a vida que vivemos é uma prisão? As instituições de passagem fazem o que com os nossos projetos de vida? Que tipo de relação estabelecemos com a vida destas pessoas em situação de rua?

O rapaz fazia-nos pensar esses projetos sobre as vidas que gestamos como políticas sociais, em que os modelos de viver e habitar a cidade estão sempre relacionados à casa, à

família, a um projeto de vida ligado à intimidade dos recintos, a um sucesso de uma prática e de uma reforma nas histórias de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Uma enghoca foi colocada na calçada, começava na parede e ia em direção ao chão. Ela impede que qualquer pessoa dormisse para proteger-se. A grade antemorador de rua, como ficou conhecida, fora instalada pelo síndico de um prédio no centro da cidade. Baseou-se em reclamações sobre o mau cheiro de moradores de rua.

Entre os moradores que reclamavam da enghoca e outros que a apoiavam, salta-nos aos sentidos as declarações de alguns moradores e comerciantes do local que reconheciam o problema social dos sem-tetos; no entanto, afirmavam que o único problema com os moradores de rua era o cheiro deles. Tentavam extirpá-lo com o uso de creolina, jatos de mangueira nas pessoas que dormiam nas calçadas de modo a enxotá-las, parecendo lavar o chão. Além disso, essas grades compunham o cenário e o cotidiano da cidade de modo a eliminar os cheiros dos corpos que viviam na rua¹³.

Os corpos exalam seus cheiros, as vidas nessa cidade são poesias do cheiro do que queremos afastar do convívio. Daquilo para o qual estamos sistematicamente criando grades, muros e uma série de impedimentos de vida. É descobrir no acidente o campo de fundação do que tem valor para nós.

O lugar dos desvios e dos acidentes é fundamental na Cidade Corpo, pois demarca as estratégias infinitas da história em criar objetividades sobre o que transbordam os afetos, os erros, as imprecisões e tudo que não deveria ser contado.

Nessa cidade o corpo é um acontecimento, lugar de festa e de escrita de uma série de processos. A escrita inscreve pelo corpo uma história, deixa marcas, cores e memórias. Nesse corpo a festa acontece à noite, é no poder da noite que acontecem as transformações e as possibilidades de vida tornam-se possíveis. Corpos-noite, corpos-apagados, corpos-sombrios,

¹³ Trecho inspirado nas matérias de jornais do país e redes sociais disponíveis nos seguintes links: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/08/grade-antimorador-de-rua-ocupa-quase-um-terco-de-calcada-na-cidade-baixa-4573417.html>; <https://www.facebook.com/redeesgotodetelevisao/photos/a.298282823550449.76388.298280080217390/440660655979331/?type=3&theater>; <https://br.noticias.yahoo.com/em-uma-das-noites-mais-frias-ano-moradores-de-rua-de-sp-sao-acordados-com-jatos-dagua-154024725.html>; <https://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/48878-higienizacao-da-copa-defensoria-aciona-prefeitura-por-remover-moradores-de-rua-com-jatos-dagua.html>.

corpos-escuros. Corpos que se opõem à luz e seus holofotes. Corpos-infames. Que chegam com o cheiro forte, cheiro forte de vida.

Há nessa cidade uma proliferação de cheiros e cores. Corpos que ressoam e fragmentam poesia, uma sorte de escrituras sem papel que se desvaem assim ao menor sinal de luz.

Um dia fomos visitar uma comunidade em que havia proliferação de um tipo de pulga, conhecido como bicho-de-pé. Essas pulgas se alojaram nos pés de crianças, jovens e adultos deixando dores e impedindo que andassem. Além disso, muitos tinham que ser hospitalizados e medicados com antibióticos devido à gravidade das infecções. Uma das principais causas da proliferação da doença era a ausência de saneamento básico, e também por nesses ambientes haver o convívio com e entre vários animais que vivem soltos: galinhas, cachorros, porcos, cavalos.

O poder público desta cidade informava sobre a existência de projetos de urbanização da comunidade para desenvolver melhorias no território, no entanto, mesmo existindo apenas projetos sem prazo para realização, afirmavam a prestação de serviços essenciais como iluminação e limpeza urbana. Além disso, a secretaria de infraestrutura dizia que não fazia saneamento no local devido a um projeto de reurbanização que existe para o território¹⁴.

Ao andarmos pela Cidade Corpo, encontramos pelas ruas pessoas de idades diferentes, construindo seus modos de sobrevivência banhados pelas águas, estratégias de viver e estar no mundo. Constroem relações com a cidade, relações de cuidado e de memória com os espaços urbanos, uma história que se dá pela via sistemática de uma vulnerabilidade dos corpos, da memória e dos modos de produção e de subsistência. Temos visto nesses territórios a construção de inúmeras alternativas para pensar essas vidas, abordadas através das feridas e machucados que na pele constroem processos de inflamação, infecção, mas também cicatrizações. Além de todo um conjunto de ações, desempenhos e condutas relacionados aos cuidados e à proliferação de relações sociais que se ocupam nessas práticas de atenção.

Normalmente andávamos pela cidade com uma malinha em que guardávamos esparadrapo, algodão, pomadas, gazes, alguns medicamentos que pudessem acelerar cicatrizações e combater agentes inflamatórios, fazendo limpeza da área ferida. Normalmente encontrávamos pessoas que tinham algum machucado cuidado com remédios caseiros, outros

¹⁴ Fragmento que pode ser conferido em <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2017/01/moradores-de-comunidade-em-maceio-sofrem-com-infestacao-de-bicho-de-pe.html>

em péssimas condições de higiene e aqueles que semanalmente ou diariamente recebiam cuidados das equipes de saúde.

Falamos de corpos e de vidas visibilizados por seus machucados e por uma série de processos aparentemente biológicos, no entanto, trazia consigo o peso de uma história não-contada e de uma memória que apareceria em um número de prontuário ou como um procedimento de saúde, se não fosse o trabalho cotidiano das práticas de cuidado nas ruas da cidade.

Comumente ao pensarmos em corpos, principalmente no que diz respeito às cidades, pensamos em corpos como ausência de vida, sempre em uma negatividade. O que vemos na Cidade Corpo são corpos encharcados de vida que constroem diariamente estratégias de viver em ambientes insalubres, há uma constante produção de si nesses processos que interrogam a cidade sobre seu efeito nos seus modos de viver e estar no mundo. Uma cidade que se inscreve no corpo como memória, um corpo que prolifera vidas.

Há alguns dias fumava do lado de fora do prédio quando várias pessoas me paravam para alertar sobre assalto. Seria perigoso para mim ficar do lado de fora do prédio, pois naquela região havia muitos assaltos, alertavam-me os moradores da região.

Em certa medida, concordava com os avisos e os via com simpatia. No entanto, após dias os avisos passaram a criar incômodo, pois como sabiam e como entendiam que eu não fosse um ladrão, isso foi o que comecei a perguntar a mim mesmo. Afinal não conhecia aquelas pessoas: o que as fazia comover-se comigo ao invés de estranhar minha presença ali: estando lá produzi comoção e avisos de cuidado sobre possíveis assaltos e não hostilidade e medo, por ser um possível ladrão – o que parecia sequer passar pela cabeça das pessoas.

Curioso com o que acontecia, falei rapidamente com um amigo sobre o ocorrido, ele sorriu e disse: “- Com um corpo desse: branco, gordo e alto, tu não conseguirias correr. Muito desengonçado. Impossível que alguém acredite que sejas um ladrão”. Naquele momento sobrou-me o riso, mas também um aviso sobre o lugar do meu corpo naquela cidade.

Hoje recebi por mensagens de dispositivo móvel avisos de que alguns moradores de rua foram abordados pela polícia da cidade, dentre os policiais havia uma mulher que abordou uma moradora de rua. Perguntada sobre uma possível passagem pelo presídio, a mulher falou que sim, já havia sido presa, mas nada devia à justiça.

Mesmo assim, a mulher teve suas mãos cheiradas e, em seguida, acusada de uso e venda de drogas, o que não procedia. A mulher não fazia aquele tipo de atividade; no entanto, havia possibilidades de forjarem um flagrante, que aconteceu de forma truculenta e com denúncias infundadas, baseada no corpo exposto à rua, em uma cheirada na mão e pelo fato de a mulher já ter passagem por casa de detenção. Temos então a construção de uma violência cotidiana, silenciada pela evidência dos corpos na rua, pessoas com falas denunciadas e contestadas pelas verdades inseguras que aquela cidade construiu. Corpo. Verdades.

Outro dia distribuíamos preservativos nas ruas daquela cidade quando nos deparamos com uma moça que pedia que déssemos camisinhas masculinas para ela. Mas pediu as camisinhas de modo sigiloso, não queria que soubessem ou vissem que estava pegando preservativos conosco. Seu esposo não costumava usar preservativo com ela, ele não gostava de usar camisinha durante as relações sexuais. Pegar preservativos conosco, de modo que vissem, era complicado para ela. Isso foi o que começamos a encontrar e perceber ao longo do caminho, mulheres que estão em relações com seu corpo e o exercício de sua sexualidade naquela cidade.

Os corpos na cidade possuem cor, sexo, idade e nome. Eles exibem estado civil e são marcados pela história das cidades. Marcam uma série de questões sociais e políticas que é importante nos modos de organização dos territórios urbanos, construindo sobre eles certas verdades e formas de circular pelas ruas. Há uma proliferação de questões que devem ser colocadas em circulação, mas também questões que a cidade quer extirpar, fazendo-as desaparecer da memória e da história do progresso.

Nessa cidade os corpos são atravessados por diversas práticas de construção da cidade, uma cidade ocupada com a vida e que produz esquecimentos, modos operantes de constituir apagamento e desmembramento do outro. A Cidade Corpo é repleta de ruas fora do eixo, de zonas cinzentas e desobedientes da cidade; no entanto, essas áreas são o lugar em que a vida esquecida é colocada em circulação, produzindo feridas, cicatrizes e diversas formas de atualização de uma memória que insiste em permanecer nos corpos como testemunha de algo silenciado e não dito.

Há um corpo vivo, rabiscado e lido. Há um corpo de transformações e de modos de não esquecer. Um corpo-acidente. É necessário ler, olhar e reconduzir ao acidente uma história e uma memória das relações e das formas de cuidado naquela cidade.

Construímos nesse processo relações de cuidado. Um dia estávamos com um grupo quando vimos uma pessoa se aproximar, ela nos convidou para sua casa e lá conversamos sobre inúmeras questões, dentre elas, falávamos sobre como construir uma apresentação teatral a partir da performance em um teatro com pessoas transexuais. Falávamos da construção de um personagem de humor em que seu corpo no palco dublaria e se performatizaria, de modo a construir uma realidade e uma história engraçada, produzindo com a arte performática do teatro condições de circulação do seu corpo. Nesse sentido, temos a construção de inúmeras possibilidades em que transformaríamos um corpo, a partir da arte teatral, visível aos modos de olhar e ver daquela cidade. Um corpo possível de ser inscrito em outros modos de circulação na cidade, capaz de constituir outras memórias, histórias e lembranças.

Essa aposta no corpo como lugar-cidade é o que nos conduz. Proporciona-nos andar, escutar, falar e escrever. Trata-se de um corpo em que é possível escrever, apagar, borrar, reescrever, deixar espaços, criar nebulosidade. Corpo que produz insistência nos modos de construir ruas, saídas, entradas, encruzilhadas. Corpos complexos como é a vida.

Insistimos na produção teatral, construímos possibilidades para que aquela pessoa pudesse reorganizar sua história e sua corporeidade. Havia nestes cuidados a força para novas inscrições. Um corpo capaz de reinventar-se no teatro, na vida e nas diversas formas de constituir-se cidade.

Nessa interface com os corpos que encontramos, tivemos a possibilidade da memória, da história e dos diversos modos de ser e estar no mundo escuro e escondido pela luminosidade dos holofotes. Vimos a dinâmica dos corpos que estão expostos ao cuidado e ao descuido, algo frequente na organização da cidade: fazer parecer feridas e doenças, simplesmente um acidente necessário e explicável somente pelo modo como vivem.

Outro dia vimos um muro naquela cidade, era um muro que a cercava por inteiro, foram anos para construí-lo e edifica-lo, havia um medo de que fosse invadida por outras pessoas, passeantes e andarilhos que pudessem saqueá-la, retirando dela a marca que deixava sobre as vidas e corpos que habitavam aquele espaço: a marca que parecia acidental. Contam os moradores da Cidade Corpo que depois de anos sendo construído, gerações e gerações morriam em sua construção, as mesmas gerações não viam a finalização do muro erguido. Foram décadas para terminá-lo¹⁵.

¹⁵ Este muro é uma referência às diversas histórias e lendas sobre a Muralha da China.

Nesse processo de construção havia cimento e areia para erguer uma cidade murada. Em uma reunião com o mestre de obras que estava sendo bastante cobrado pelo seu chefe para finalizar a obra, decidiram utilizar no lugar dos tijolos pedras de memória: eram pedras parecidas com corpos humanos que construía os muros da cidade. Pedras feitas do silêncio que produzia as feridas, machucados e cicatrizes. Pedras que, ao serem emparedadas construía os limites da Cidade Corpo, afastando dela qualquer um que quisesse invadi-la. Um muro feito de cicatrizes e de esquecimentos. Um muro que dava vista à cidade de muito longe, no entanto, era o mesmo muro que produzia seu esquecimento. Uma cidade-cicatriz.

Os poetas escreviam em seus próprios corpos a dança das letras, inscreviam a vida que viam andando pelas ruas, eram, principalmente, fisionomistas. A escrita no corpo doía feito ferida. Há na vida desses poetas, luz e sombra, lembranças e esquecimentos, e, na letra do corpo refugiavam-se as lembranças da vida impossível de ser escrita.

6. O corpo como lugar de inscrição política

Há alguns meses fui abordado por um conhecido. Ele me chamou para conversar sobre sua mãe que estava hospitalizada. Aquela senhora havia sido minha professora no colegial, foi uma das poucas professoras negras ao longo da infância. Desde então, mantemos uma relação amigável, de afetos e de admiração.

Alguns anos atrás soube que estava doente e fui fazer uma visita em sua casa. Lá contou-nos que estava com uma doença grave no fígado e isso havia lhe abatido fisicamente e psicologicamente. Devido à demora e às várias andanças para produção diagnóstica, visitou vários médicos, gastou dinheiro com médicos e medicamentos, sem obter um diagnóstico certo que definisse uma terapêutica eficaz para seu problema de saúde. Isso foi o que me deixou perplexo, não somente pelo relato, mas por verificar durante a conversa algumas fragilidades na voz, no corpo.

Depois de um tempo sem nos ver, o seu filho fala-me do estado atual de saúde dela: estava hospitalizada com sérios problemas, havia desenvolvido uma depressão e uma fala desconexa. Estes pontos de uma proliferação de doenças e queixas, é acompanhado pelo diagnóstico médico que teria auxiliado na construção de uma terapêutica e prognóstico. O quadro que seu filho mencionou sobre o seu atual estado de saúde, provocou-me algum estranhamento devido ela ter mencionado, no momento da visita que fiz, que seu problema de saúde estava relacionado ao fígado, na época achei que fosse uma hepatite.

Ao longo da conversa, o filho dela me fala de uma doença parasitária. Enfermidade que se destaca nos países e continentes tropicais que seria responsável pelo quadro grave da minha ex-professora. Fiquei novamente pesaroso e sem muitas palavras para exprimir a revolta e surpresa, pois associei a demora para estabelecer o diagnóstico e a terapêutica adequada ao tipo de doença que havia acometido seu corpo.

A doença parasitária que havia adquirido era comum em países subdesenvolvidos, de tratamento relativamente fácil quando detectada no início, no entanto, se não tratada em tempo produzia sequelas e complicações neurológicas. Esse era seu quadro de saúde no momento em que o filho dela me procurou: grave. O que me chamou atenção é que a enfermidade dela é uma doença tropical que acomete países do continente sul-americano e africano, portanto, continentes marcados por processos de pauperização e de exploração colonial, em que há um elevado índice de pessoas negras em condições de pobreza e dificuldades de acesso a serviços de saúde e outros direitos humanos. Aquela doença era frequente nesses continentes justamente

devido a condições insalubres de sobrevivência e a processos de naturalização de violências e violações de direitos à saúde e à educação, por exemplo.

O que chama atenção é que apesar de fácil diagnóstico, realizado com exame de fezes, urina e sangue, a doença passou despercebida durante anos agravando o quadro daquela mulher negra. Essas questões produzem algumas problematizações que vão desde aspectos da formação em saúde, até à forma com que produzimos uma indiferença diante de alguns corpos e vidas, marcados principalmente pela historicidade e pela pele negra. Questões que a um lance rápido e desatento de olhar podem passar despercebidamente, no entanto, marcam um modo de produção de práticas sobre os corpos nas cidades.

Neste capítulo, buscaremos problematizar como o corpo foi tomado ao longo da história como signo de uma vulnerabilidade e de um risco social, sendo colocado como marca de uma natureza específica que baliza alguns campos das ciências humanas e sociais, construindo práticas e discursos que o tomam como *signatários de uma urbanização* e de uma memória social e urbana complexas.

Para desenvolvermos este campo de problematizações recorreremos a autores que têm pensado o corpo na contemporaneidade como lugar de inscrição de práticas e de relações de poder, juntando a estes autores outros pesquisadores do campo das pesquisas pós-coloniais. Ao considerarmos os processos de memória e urbanização, questionamo-nos sobre o que se constitui como materialidade desses modos de urbanização? Como a memória produz práticas contundentes de determinadas violências nas cidades e o que aparece como aparato de registro e de sustentação dessas práticas? Assim, questionamos sobre como os corpos, a memória e a cidade se relacionam nos processos de urbanização? Quais os rastros e marcas que produzem?

Para atentarmos a estas perguntas, atravessaremos os seguintes caminhos de problematização neste capítulo: 1) o corpo tomado historicamente pelas ciências humanas como signo de uma natureza capaz de decifração de aspectos subjetivos; 2) o corpo como lugar de atravessamento e de investimento de poder nas formas de governo atuais; 3) o corpo como lugar de festa e de memória de uma inscrição política nas cidades. Este caminho de escrita ocorrerá para a discutir e problematizar aspectos pertinentes à construção de uma memória urbana associada ao território, mas também a outros indicadores relacionados à construção de memória urbana, pensando os modos como ganha materialidade nas práticas sociais.

6.1. O corpo nas ciências humanas e psicologia

Ao longo dos anos as ciências humanas ocuparam-se de construir um campo de atuação e de pesquisa que ganhasse legitimidade científica tal qual as ciências exatas. Esta busca muitas vezes desesperada por uma materialidade e um objeto de estudo em suas diversas disciplinas, fez com que desde o século XIX o corpo se tornasse alvo de estudos e pesquisas. Não qualquer corpo, mas o corpo humano tornou-se alvo de estudos. Bem antes disso, os estudos anatômicos em diferentes áreas já desempenhavam sua importância nas ciências biológicas e mesmo nos desenhos artísticos da renascença.

O que vai produzir uma série de questões, que ganha visibilidade a partir do século XVIII, é a entrada do corpo humano como signatário de uma construção subjetiva capaz de detectar aspectos e características da personalidade e de uma vida psíquica interiorizada, supostamente, não mais acessada pelo conjunto de práticas sociais e discursos disseminados pelas crenças populares.

Frente a esta problemática de uma legitimidade científica das disciplinas das ciências humanas e de um corpo humano signatário de uma natureza inscrita capaz de desvelar aspectos de uma subjetividade, construiu-se estudos e pesquisas que visavam encontrar no aparato corpóreo biológico sinais de algo que estaria inscrito no que, até então, consideravam a alma humana.

Nesta compreensão, o corpo, como um elemento da natureza, estaria propenso a diante de alguém devidamente treinado e com instrumentos interpretativos eficazes, revelar aspectos de uma personalidade ou sobre o caráter do indivíduo exposto à consulta. Essas teorias encontram um forte apoio à época e produziram várias formas de práticas sociais, severamente criticadas atualmente por reforçarem estereótipos e preconceitos em diversas ações cotidianas relacionadas a algumas populações e territórios nas cidades.

Neste sentido, principalmente as ciências criminais, educacionais e aquelas que consideram como objeto de suas práticas uma subjetividade interior ao sujeito, têm constituído como alvo de suas práticas disciplinares o corpo humano, constituindo-lhe como artefato de seus exercícios de produção de conhecimento, bem como das práticas de governo voltadas para uma responsabilização dos sujeitos por aspectos de sua vida e história (Foucault, 2010b). Deste modo, o corpo é colocado por essas ciências intrinsecamente relacionado aos modos como

construímos sociabilidade, mas também é transformado em um aparato orgânico e biológico capaz de ser estudado, dando às ciências humanas consistência científica.

Abbagnano (2007) afirma que na compreensão filosófica clássica o corpo é compreendido desde Aristóteles como um instrumento da alma, podendo ser aclamado quando se põe à disposição dela e severamente condenado quando é incapaz de obedecê-la ou servi-lhe de instrumento. Ressalta que ao longo do pensamento filosófico ocidental isso tem apresentado variações, mas comumente esse caráter instrumental tem sido retomado e reforçado pelas diversas práticas e discursos na contemporaneidade.

Mas, obviamente, a mais completa e típica formulação da doutrina da instrumentalidade é a de Aristóteles, para quem o C[orpo]. é "certo instrumento natural" da alma, assim como o machado é o instrumento de cortar, ainda que o C[orpo]. não seja semelhante ao machado, pois "tem em si mesmo o princípio do movimento e do repouso" (*Dean.*, II, 1, 412 b 16). [...]. Nem mesmo o materialismo mais grosseiro do século XIX, para o qual a alma seria um produto do cérebro assim como a bÍlis é produto do fÍgado e a urina o é dos rins, obedece a esquema interpretativo diferente: o cérebro, como o fÍgado e os rins, continua sendo um instrumento para a produção de alguma coisa. (Abbagnano, 2007, p. 211).

Esse aspecto de uma instrumentalidade do corpo constitui base para a composição de práticas nas ciências humanas, principalmente na psicologia considerada científica que toma o corpo como um elemento capaz de receber e responder a estÍmulos que fossem capazes de alterar o comportamento humano em diversas situações de sociabilidade. Estes aspectos tornam-se possíveis a partir da modernidade e da concepção de que é possível restaurar e reconduzir percursos humanos a partir de processos de aprendizagem (Silva, 2013).

Algo que, no entanto, tem mostrado a força das ciências humanas, especialmente da psicologia, é a forma como os conhecimentos, produzidos e ratificados pelas disciplinas dessa grande área de conhecimento, são frequentemente utilizados em práticas sociais estabelecidas socialmente: entrevistas de emprego, abordagens policiais e diversas outras práticas cotidianas dos sujeitos em sociedade (Rose, 2008). Tais conhecimentos fazem e tornam possível um campo de práticas sociais, além de garantirem a manutenção de algumas práticas e preconceitos ao longo da história das cidades.

Neste sentido, o corpo aparece não somente como memória de uma natureza capaz de lhe marcar, como alguma coisa que estaria inscrita por uma interioridade psÍquica a ser decifrada.

Ainda que nos pareça absurda a ideia, foi levada adiante por diversos médicos e criminologistas ao longo do século XIX e XX, ainda hoje formando e constituindo de modo sofisticado campos de pesquisa nas ciências humanas, principalmente na psicologia considerada científica, através de diversos métodos consagrados nessa disciplina, garantindo-lhe uma legitimidade como campo de conhecimento e de produção científica (Azambuja, 2012).

Podemos dizer que o corpo, nesse aspecto de uma produção de conhecimento e de práticas sociais, acaba por constituir-se de instrumento para objeto de saber; por meio dos instrumentais necessários seria possível uma leitura dos sinais de uma série de doenças físicas, mas também de aspectos que estariam relacionados ao que considerariam doenças morais. Essas formas de entender e trabalhar sobre o corpo estão presentes em diversos momentos da vida de qualquer cidadão, desde concursos públicos com a admissão e passagem por laudos médicos e psiquiátricos até mesmo em práticas corriqueiras relacionadas à abordagem policial.

A continuidade, dessas formas de compreensão e exame do corpo físico e biológico, está relacionada a como, ao longo dos últimos séculos, temos desenvolvido sobre o corpo modos de compreender uma determinada forma de dominá-lo a partir da produção de conhecimento. Deste modo, constituímos um corpo como lugar de assinatura para uma natureza ou essência resguardada no interior do indivíduo; o corpo como objeto de estudo das diversas ciências humanas; e o corpo como lugar e espaço para práticas de subjetivação.

Esses aspectos ganham importância e notoriedade nas práticas de urbanização. Questão que por sinal está atrelada ao desenvolvimento das práticas de saúde no século XVII e XVIII na Europa com a aparecimento da medicina social em diversos países (Foucault, 1979). Nestes países os processos de urbanização estavam associados a como produzia-se condições de saúde e, neste sentido, a medicina social acaba por desenvolver uma série de práticas de vigilância sanitária que toma os corpos como elemento central de um arranjo urbano. Tanto os corpos mortos quanto os vivos entram nos modos de pensar habitação e moradia, além de diversas outras práticas econômicas relacionadas às mercadorias e ao comércio.

Portanto, desde um tempo as práticas de urbanização estiveram conectadas com as práticas de cuidado em saúde, tomando os corpos vivos e mortos como elemento de desenvolvimento de práticas que constroem cidades. Uma vez que com a descoberta dos micróbios e o amontoado de mortos ao ar livre nas cidades europeias do século XIX, havia uma proliferação de doenças, sendo necessário uma intervenção do poder público através de agentes de vigilância que começam a perscrutar as casas para verificar se não havia mortos e, caso houvesse, destiná-los a um enterro em cemitérios, lugares distantes dos territórios em que

habitavam os vivos para que não houvesse propagação de doenças através do ar (Foucault, 1979).

No Brasil as questões relacionadas ao corpo ganham uma outra configuração por, entre outras coisas, sermos um país colonizado. No século XIX, as formações universitárias eram efetivadas fora do país, sendo direcionadas a brancos e ricos, constituíam uma elite que produzia literatura e diversas práticas intelectuais, além de formar profissionais médicos e advogados. Neste sentido, tínhamos uma elite branca que produzia no país relações e reprodução de uma cultura subalterna, endereçando ao continente europeu aspectos de uma terra civilizada: um modelo de sociedade que deveria ser implantado no país. Esses aspectos que vão constituir ao longo do século XIX e XX discussões sobre embranquecimento do país e a crescente preocupação quanto ao aumento do número de negros e indígenas em território nacional.

Estas questões irão configurar uma série de políticas sociais na conformação das cidades brasileiras, destinando negros e pobres para determinados territórios da cidade. Territórios normalmente afastados dos centros de cultura e lazer, com mínimas condições de saneamento básico, além de difícil acesso de políticas de saúde e educação ofertados pelo Estado (Chalhoub, 1996). Estas questões estavam relacionadas, entre outras coisas, ao estigma sobre o corpo negro, pobre e periférico, de modo que a construção de condições de habitação e de circulação dessas pessoas pela cidade ficavam comprometidas. Portanto, os corpos desses ambientes e territórios estavam marcados por uma série de agenciamentos que os destinava a práticas sociais e políticas de marginalização.

Como podemos destacar, os processos de subjetivação dessas condições de vida estão diretamente relacionados a práticas e a discursos competentes que atravessam as vidas daqueles que habitam determinadas zonas territoriais. Eles ocorrem em uma exterioridade que atravessa os corpos através de discursos e de práticas sociais, diferentemente de uma lógica de interioridade na qual seria possível ler e interpretar sinais no corpo de uma subjetividade interior. Deste modo, o corpo é tramado em uma lógica de produção de verdades e de saberes, exterior a ele, com a qual as cidades são constantemente erguidas e capitalizadas.

A partir destas questões, seguiremos para abordar a forma como o corpo transforma-se em lugar de atravessamento e de investimento de poder nas cidades, configurando formas de governo e modos de subjetivação.

6.2. O corpo e as relações de poder

Ao longo das últimas décadas, temos vivenciado experiências em que os corpos podem ser pensados a partir de uma relação com os diversos atravessamentos políticos e sociais que incidem sobre eles. Deste modo, os corpos são elementos políticos da constituição de relações de poder nas cidades, sendo alvo das práticas sociais em diferentes formas de governo: como corpo individual, em uma lógica disciplinar; ou um corpo-população, se considerarmos aspectos de uma biopolítica (Foucault, 1988/2010). Em ambos os casos, o poder sobre a vida que se inscreve nessa relação com os corpos está diretamente relacionado aos modos pelos quais temos constituído saberes e práticas em diferentes frentes de atuação, constituindo tais corpos como um aparato biológico.

Ao considerarmos o corpo como biológico criamos uma materialidade e formas de intervenção sobre ele. Por essa via de pensamento, o corpo é sempre algo sobre o qual investiremos com saberes e práticas de modo a moldá-lo e constituí-lo como aspecto central das relações de poder. Há uma sistemática produção de um corpo de conhecimentos que será direcionado em técnicas e tecnologias de governo de indivíduos e de populações, expandindo e limitando-se à concepção de um corpo biológico dado.

Durante o percurso de encontro junto às comunidades em situação de vulnerabilidade social em Maceió, encontramos diversas pessoas com características corporais diversas, seja um casal de idosos usuários de álcool, uma mulher em condição de vulnerabilidade devido sua condição de saúde mental, pessoas que se encontram queimadas devido violência de gênero ou por atear fogo ao próprio corpo.

Ao participar de uma roda de conversa sobre práticas de redução de danos em uma universidade, um dos participantes dirigiu-se a mim e questionou sobre os corpos e as características físicas das pessoas que encontramos em situação de rua e vulnerabilidade social. A resposta que consegui formular foi a de afirmar que as pessoas que vivem nesses territórios urbanos são negras, algumas com dentes, outras não, cheiros diversos e corpos marcados tanto por uma história de abandono social, quanto por diversas práticas relacionadas a suas atividades de trabalho ou por alguma atividade relacionada ao uso de substância como álcool, crack, loló, entre outros.

Algumas dessas marcas deixadas no corpo por essas atividades eram capazes de demarcar aspectos de uma sociabilidade nas ruas e nas comunidades. Feridas, acidentes, marcas

de tiros e facadas; braço quebrado com pinos expostos de aço; sinais de descuidos ou de negligência com crianças; marcas de queimadura; dedos amarelados, devido ao uso de drogas; boca severamente queimada pelo consumo de algum tipo de cigarro ou outra substância de uso oral; pele com aspecto de descamação sinalizando problemas hepáticos causados pelo álcool; mulheres em situação de trabalho nas ruas com o crânio deformado devido espancamento realizado por homens. Nesse jogo, em que os corpos aparecem nas tramas e relações de poder e de cuidado nas cidades em seus territórios vulneráveis, vemos não somente a produção de territórios, vidas e corpos considerados abjetos, como também a forma como essa corporeidade, ou esses corpos, constitui modos de sociabilidade, relações morais, bem como uma memória das práticas urbanas que incidem sobre as vidas e os corpos nestes territórios urbanos.

As cidades não podem prescindir do corpo, pois é de sua utilização eficaz e eficiente que são possíveis as *relações de trabalho*, responsáveis por diversos modos de afinidades com os espaços urbanos. O projeto das cidades contemporâneas está organizado pela lógica de uso sistemático dos corpos, de uma forma que produzam lucro. Esta noção de trabalho, que vem sendo repensada contemporaneamente, é um dos aspectos que nos coloca em relação direta com o corpo, com as questões que sustentam uma série de práticas e discursos de instituições como escolas, hospitais, presídios, internatos e tantas outras em espaço aberto.

O tipo de relação que as cidades têm sustentado com os corpos é atravessado pelo trabalho, mas não um trabalho sobre o mundo e sobre si como um tipo de ascese, mas uma atividade na qual seja possível um uso econômico das forças físicas e psicológicas para a produção de lucro e capital financeiro. Esta noção de trabalho é importante para desestabilizar o que estamos circunscrevendo na relação com o corpo atualmente, por isso alguns filósofos, como Agamben (2017), têm problematizado a noção de uso em relação aos corpos.

As relações de poder que incidem sobre os corpos, tornam-lhes não somente objeto dos saberes competentes, como também os inscrevem como atravessamentos de poder e de forças que serão postos em jogo nas relações e formas de construção de uma política de habitação e de circulação nas cidades. Os usos que fazemos do corpo tornam-se ponto e momento de tensão nos modos de efetivar e pensar as políticas das cidades.

Não podemos deixar de entrever que as violências e violações de direitos, cometidas seja pelo Estado através de sua força de polícia, seja pelos seus outros cidadãos, efetivam-se no corpo. O alvo de suas investidas em diferentes práticas de agressão e violação tem o corpo como lugar e espaço para sua realização plena. Algo que não podemos deixar de apontar é esse aspecto, pois em última instância ele aponta-nos os modos como as relações de poder incidem

nos corpos humanos vivos, tanto a partir das disciplinas e das biopolíticas como tecnologias sofisticadas dessa modalidade de poder, quanto a truculência das práticas de extermínio, violação e desaparecimento de corpos e de vidas na cidade.

Ao pensarmos que as práticas sociais que incidem sobre os corpos em uma determinada época, não constroem apenas discontinuidades, mas também continuidades, estamos ressaltando que, de certo modo, as práticas e tecnologias contemporâneas que confeccionamos para o governo das vidas exercem, sobre o corpo e a vida de diversos sujeitos, uma violência que pode ser diferenciada pela modulação das forças que investem os corpos, não simplesmente pelos resultados decorrentes de sua aplicação.

Neste sentido, podemos pensar também a forma como Foucault (1979) ressalta que o poder é produtivo, não algo de ordem repressiva como vinha sendo apontado por alguns autores de sua época. A modulação de forças sobre os corpos desempenharia uma função produtiva na política e na economia dos processos urbanos, o que complica o cenário dessas práticas é a forma como são escolhidos os corpos que seriam investidos pelo poder através das disciplinas e biopolíticas; e aqueles que seriam investidos por meio da aniquilação, por uma tanatopolítica ou necropolítica, conforme alguns autores contemporâneos têm chamado as tecnologias do biopoder responsáveis pelo extermínio e aniquilamento de corpos humanos.

Podemos ressaltar que alguns aspectos característicos de tais práticas dizem respeito aos modos como são efetivadas decisões sobre quem deve viver e quem deve morrer (Foucault, 1999). No entanto, há também um tipo de violência investida que é aquela que toma o corpo para torturá-lo, para infligir sobre ele uma violência que o mantém com vida, mas marca-lhe com a dor de uma vulnerabilidade. Falamos de um corpo tomado pelas relações de poder e pela inscrição de violências nas cidades.

Seguiremos na próxima parte para ressaltar uma outra modalidade e compreensão de corpo, a partir da qual podemos inscrever as experiências políticas contemporâneas, tomando-o como espaço de investimento de poder, mas também como lugar de festa. A final como pensar o corpo para além de relações de dominação e de violência? Quais as outras alternativas são possíveis para ao invés de tomar os corpos como lugar e espaço de uma marca subjetiva, pensá-lo e construir com eles práticas de liberdade e desterritorialização?

6.3. Deslocamentos de um corpo-objeto para um corpo-festa

A Igreja diz: O corpo é uma culpa.

A ciência diz: O corpo é uma máquina.

A publicidade diz: O corpo é um negócio.

O corpo diz: Eu sou uma festa.

(Eduardo Galeano em *As palavras andantes*)

O tempo da festa é o tempo de fuga. Ao contrário de como viemos pensando o corpo, e do modo como o apresentamos anteriormente, podemos pensá-lo como festa? Como lugar e espaço para a construção de um tempo oportuno de experiência, de vida e de resistência?

Ao lembrarmos que as festas populares brasileiras, em suas diversas manifestações, se inscrevem como lugar de vida, transbordamento, criação e acontecimento, propomos pensar “o corpo que é festa, festeja, narra saberes, torna-se visível na instabilidade entre sagrado e profano, entre luzes e trevas, entre certo e errado e tantas outras dicotomias” (Costa & Pereira, 2016, p. 92). É este corpo que nos interessa a partir de agora. Não exatamente o corpo da festa e dos festejos populares do país, mas a compreensão de um corpo que é festa.

O problema que levantamos acerca do corpo é sobre como pensá-lo fora do lugar que o remete a objeto de saber ou a instrumento nas relações de poder. E o paradigma da festa tem apresentado relevância nos modos de compreender e estabelecermos outras relações com o corpo humano pobre, negro e periférico. Deste modo, procuramos destacar “um corpo que é fé e divertimento, é vida e é arte, embevece-se de tragédias e comichões, ou seja, um corpo em exuberante produção de vida” (Costa & Pereira, 2016, p. 92). Ressaltamos um corpo que, em uma perspectiva pós-colonial, estabelece-se como espaço de experiência e como operador de pensamento.

Por esta via, diferentemente do que apontam diversas práticas da Cidade Corpo, o corpo constitui campos e possibilidades para o pensamento. Este último e as atividades que dele advém não estão abstraídas ao corpo. Elas são atravessadas pelas diversas formas de experiências e expressões que tornam possível uma relação entre vida, conhecimento e experiência. Podemos pensá-lo como lugar de expressão indeterminada de vida e de pensamento.

Ao mesmo tempo, pensar o corpo como festa, é desativar dele a alcunha de um lugar sobre o qual seriam expressados truculência, saberes e práticas que o rasgam e rompem. Seria necessário pensar a festa que é o corpo como campo de expressão não de uma interioridade, mas como pura exterioridade do encontro. Para isso, estabelecemos o corpo como um lugar de interminável construção de um pensamento sobre o mundo, do que um lugar e um espaço a partir do qual leríamos ou interpretaríamos uma subjetividade, desejos ou outros indicadores. Portanto, apresentamos-lhe como lugar de festa, na medida em que apesar de sua objetividade não o podemos tomar. Conforme Costa e Pereira (2016), “nesta perspectiva, o processo de criação [realizada pelos corpos nas festividades brasileiras] é produção de conhecimento pautada em inquietações das negociações binárias tais como singular/coletivo, eu/outro, teoria/prática, presença/representação, onde o corpo fala, diz, performa seu ponto de vista sobre o mundo” (p. 95).

Embora estas autoras façam menção ao corpo nos espaços das festas e das festividades brasileiras, como as Folias de Reis e outras, podemos ressaltar que é esse terreno das performatividades ao qual o corpo pode ser remetido. Diferentemente de um lugar e espaço de exposição e expressão simplesmente, ele remete a um campo performático que incide sempre a partir de um contexto que o dispõe. Portanto, frente a um olhar e um gesto que busca objetificá-lo, torna-se objeto; ainda assim, não esgota sua potência e suas possibilidades de ser outro.

Deste modo, tratamos de apontar a constância das práticas de suspeição que tomam os corpos negros, pobres e periféricos das Cidades-Corpo nas cidades do país, em detrimento de uma necessária constante suspeita sobre nossas práticas que encerram tais vidas, considerando seus efeitos sobre suas existências. O que podemos marcar é a forma como compreendemos o corpo está associada às práticas que criamos sobre ele. A necessidade de colocarmos este problema, relacionamos aos modos pelos quais ainda subscrevemos o tema do corpo a uma compreensão clássica que o toma como objeto e como instrumento de relações de saber e de poder.

É com estas formas de compreender, de cercar e de encontrar com os corpos que as cidades colocam em prática diversos modos de trabalho sobre eles. Ainda que afirmemos um corpo-festa, apontado em diversos estudos pós-coloniais, torna-se importante pensá-lo nas diversas práticas sociais. Como se fosse necessário colocá-las em suspensão e efetivar um jogo parecido com a inoperatividade, uma recusa cotidiana a mantê-las ou efetivá-las, para que deste

modo possamos construir sobre e com os corpos outras práticas sociais nas cidades, diferentes da violência e da truculência. A inoperatividade das práticas instituídas e naturalizadas possibilita um gesto outro, abrindo espaço para a dimensão ética das ações humanas, iniciada pela recusa em não fazer algo (Pelbart, 2011. Agamben, 2015a; 2015b).

Tal recusa possibilita uma desativação de procedimentos clássicos de interpelação dos corpos humanos em diversas práticas sociais. A questão, que se abre e desloca nossas práticas, está relacionada não somente à política como esfera da ação sobre a cidade, mas também a arte. Deste modo, a arte passa a ser pensada fora da esfera do automatismo das práticas humanas como em um processo de produção industrial e torna-se espaço da construção de uma ação no mundo e nos modos como nos relacionamos com os corpos uns dos outros.

Este provavelmente seja o aspecto performático que podemos destacar e que diferentemente de constituí-lo como uma utopia das relações humanas, propomo-lo como alternativa das práticas que construímos atualmente. O corpo como festa é político e artístico, portanto, capaz de alterar as relações dadas com o mundo e com as coisas do mundo.

Entre outras questões destacamos a pergunta que Almeida (2017) nos propõe: “como se acessa o poético nos dias de hoje?” (p. 141). Esta pergunta ressoa em meio as cidades que apresentamos nessa tese. E a esta pergunta propomos o corpo como poesia e como espaço de existência para uma arte, no entanto, marcamos a urgência de revisitar nossas práticas sobre ele. Esse olhar sobre nossas práticas ocorreria de modo a suspendê-las, a recusá-las antes de mais nada.

O corpo como festa aproxima-se da arte e arte que é política. Foucault (2013) menciona um corpo que é um não-lugar, uma utopia. E é também sobre a utopia que podemos remeter o caráter performático, político e artístico do corpo que ressaltamos aqui como festa.

Não, verdadeiramente não há necessidade da mágica nem do feérico, não há necessidade de uma alma nem de uma morte para que eu seja ao mesmo tempo opaco e transparente, visível e invisível, vida e coisa: para que eu seja utopia, basta que eu seja um *corpo*. Todas aquelas utopias pelas quais eu esquivava meu corpo encontravam muito simplesmente seu modelo e seu ponto primeiro de aplicação, encontravam seu lugar de origem no meu próprio corpo. Enganara-me, há pouco, ao dizer que as utopias eram voltadas contra o corpo e destinadas a apagá-lo: elas nascem do próprio corpo e, em seguida, talvez, retornem contra ele. (Foucault, 2013, p. 11, *grifo do autor*).

Com o texto acima podemos destacar o modo como, ao tomarmos o corpo quanto um elemento central nas relações de poder, estamos também remontando o elemento de resistência que reside nele. É esta compreensão que nos remeterá não à magia como aspecto da construção de um pensamento que atua sobre os corpos, mas à capacidade de não-lugar que o abriga, tornando possível outra relação que lhe atravessa com a arte como política nas diversas formas de atuação urbana. O jogo de luzes, claro e escuro, visível e invisível, torna possível a construção de relações de liberdade com o corpo, desativando aspectos de uma possível violência que pode incidir sobre ele.

Portanto, falamos de um *corpo utópico*: um “corpo incompreensível, corpo penetrável e opaco, corpo aberto e fechado” (Foucault, 2013, p. 10). É a esta instabilidade que remetemos o corpo-festa como indispensável às relações urbanas. Um corpo que ao invés de compreensível, apresentamos como incompreensível, marcado não por uma qualidade ao invés de outra, de modo oposto, mas justamente pelas oposições que o tornam possível. Um corpo que ao nos acompanhar pela cidade, nos trai em sua inércia: não é movimento ou paralisia, é movimento e paralisia conjuntamente. É esta incompreensão que apresentamos como utopia do corpo-festa.

Meu corpo está, de fato, *sempre* em outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo e, na verdade, está em outro lugar que não o mundo. Pois, é em torno dele que as coisas estão dispostas [...]. O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos. (Foucault, 2013, p. 14, *grifo do autor*).

Longe de afirmar uma sacralização do corpo e uma lógica que o encerra distante das práticas e dos usos políticos, estamos colocando-o do lado das práticas e usos políticos que os liberam de práticas efetivas de tortura, invasão e uma desmedida tristeza. Para isso estamos ressaltando festa ao corpo, uma lógica pela qual em sua utopia exacerbamos não somente sua opacidade e fixação no mundo, como também sua penetrabilidade e fluidez. Uma lógica de abordagem e tratamento do corpo que se inscreve não através de uma política de encarceramento ou tampouco por uma política de circulação simplesmente, como vem ocorrendo através das políticas urbanas das cidades; mas uma política que aborde o corpo como

potência de festa, de arte, inscrevendo-o não em dicotomias, mas no paradoxo que o constitui: movimento e fixação.

Desapegar – diferentemente de tomar – o corpo como festa é comprometer-nos com uma lógica através da qual podemos não o encerrar nas certezas dos saberes e práticas que constituímos sobre ele. É estabelecermos um espaço de inconclusões e incertezas tal qual o terreno das memórias nas cidades. Diferente de colocá-lo em perigo, ou de identificar uma periculosidade sinalizada por ele, apostamos em uma zona de indiscernimento e de arte, por isso a figura do artista e das artes nos festejos de rua ganham proeminência aqui. Não somente em uma configuração de uma estética, mas de um modo de fazer e atuar uma memória social e urbana que não pode ser esquecida pela perpetuação de práticas de extermínio.

Com isto, não estamos apostando ingenuamente na dispensa das práticas e dos saberes constituídos sobre os corpos, tão pouco os retirando da esfera das relações de poder, mas afirmando que as práticas de suspeição podem ser transladadas ou transportadas dos corpos para os modos como constituímos relações com eles. Diferentemente de uma necropolítica, apostamos em uma corpo-festa-política!

Portanto: corpo-festa, corpo utópico. É isto que tornamos possível e oferecemos como uma alternativa à Cidade Corpo. Uma memória que seja inscrita não para deixar marcas, mas para livrar-se delas ou mesmo possibilitar reinscrições. Uma poética que não somente fixe lugares, mas que garanta a fluidez e movimentação dos corpos. Trazer festa aos corpos seria livrar-se da obrigação cotidiana da obediência deslumbrada às regras e ao trabalho. Desativar aquilo que Arendt (2009) chama atenção ao se referir ao cumprimento ordinário e sem crítica de uma função ou de uma ordem, referindo-se ao que chama de banalidade do mal no caso de Eichmann¹⁶ na Alemanha nazista.

Ao tomarmos esse aspecto como fundamental das práticas sobre os corpos, estamos ativando sobre eles a ambiguidade e a ambivalência que os tornam possível. Para isso a suspeição sobre nossas práticas cotidianas e o carácter inusitado e performático entre os corpos são fundamentais. Tal qual nos festejos populares brasileiros, em que as interações ocorrem de modo a ressaltar e festejar as discrepâncias que tornam possíveis os corpos humanos, essas

¹⁶ Eichmann era um funcionário ordinário do nazismo que foi responsável pelo assassinato e extermínio de milhares de judeus em campos de concentração. No entanto, o que espanta Hannah Arendt, que acompanhou seu julgamento no tribunal, foi o fato de que para ele, um homem comum, não um monstro como esperava encontrar, estava apenas realizando sua função, obedecendo ordens de superiores, ainda que isso custasse a vida de milhares de homens e mulheres. A isso Arendt (2009) chama de banalidade do mal, em seu livro-diário *Eichmann em Jerusalém*.

práticas poderiam também efetivar-se nos modos como pensamos os processos urbanos e as políticas de segurança pública, principalmente quando os critérios de encontro e de abordagem dos corpos correspondem a uma imagética que efetiva violência e extermínio de vidas e de corpos humanos.

Cidade Infância

“O colecionador sonha em alcançar não apenas um mundo longínquo ou passado – porém, ao mesmo tempo melhor, no qual os homens, na verdade, estão tão pouco providos daquilo de que necessitam como no mundo cotidiano –, mas também um mundo em que as coisas estão liberadas da obrigação de serem úteis”.

(Walter Benjamin, 2009, p. 46)

Chegamos na Cidade Infância. Nessa cidade o dia e a noite não existiam, havia apenas o infinito encontro da terra com os pés descalços, com o vento que balança a cabeleira, com a criação infinita de possibilidades, nesses encontros seus habitantes criam realidades, retomando-a para si. Perdem-se com o tempo. A cidade era um jardim. Um jardim sem flores, nele plantavam coisas inúteis, mas era nesse jardim onde brotavam as brincadeiras mais bonitas, no silêncio ou com todo o barulho infantil. Os jogos de fazer existir. Não importava o saber que ali fora plantado, também não eram relevantes as verdades que desusavam os objetos, as lembranças e as vidas. Naquela cidade os habitantes faziam existir o riso, a colheita, o jogo, não de verdades, mas do faz-de-conta. As verdades eram postas em desuso e isso propiciava o jogo.

Era um jardim em que brotavam casas-de-árvore lindas, cachoeiras fabulosas. Nascia também o risco. Havia o risco de cair, de machucar-se. Mas assim mesmo o jogo não parava e movimentava a cidade que, se não fosse o brincar, desabaria nas verdades ali depositadas, plantadas no imenso jardim que a fazia existir. Os jogos no imenso jardim-cidade fabulavam o inusitado das histórias, fabricando sonhos e modos de pensar a cidade.

Uma cidade repleta de contornos e de um amontoado de desusos, havia nela ferros, animais, casas, pessoas, barcos, água, madeiras, comida e uma vida que acordava com a luz do sol. Um poço onde os adultos lavavam roupas, buscavam água, e, as crianças ajudavam seus pais, também brincando com o trabalho cotidiano junto aos adultos. Havia uma festa nesses encontros em que tudo poderia se tornar outra coisa, o trabalho uma brincadeira, os obstáculos do caminho motivo para diversão. Há nesta cidade uma felicidade com os encontros cotidianos.

Um dia encontramos uma criança durante um almoço. Ela vendia balas com sua mãe, entrou no restaurante sozinha e ofereceu-nos os doces, perguntamos se queria almoçar, disse

que sim. Fez seu prato e sentamos para almoçar. Durante o almoço conversamos sobre sua família: era essa criança, sua mãe e um bebê, irmão dela. Também falou sobre a escola que frequentava e que passava os dias pelas ruas vendendo doces com sua mãe, era assim que sustentava sua família. Estudava um horário e no outro ajudava a mãe com as vendas. Dividia-se entre a escola e o trabalho nas ruas. O pai dele não mais existia, senão em suas lembranças. Era no trabalho que produzia condições para viver e estar nesta cidade.

Uma cidade que lhes ignora e que lhes nega, dando-lhes existência.

Um dia soubemos que ajudava uma mulher nas ruas do comércio daquela cidade, até que em um momento foi escorraçada do estabelecimento comercial, chamada de ladra. Acusou-a sem quaisquer indícios para isso. Aos gritos retirou-lhe de lá, não a queria por perto. Além de viver dessas situações, vivia com a ajuda que as pessoas a ofereciam na rua, algumas em troca de favor.

Vivia e sustentava-se das relações complexas que as ruas daquela cidade a proporcionava; vivia apesar do risco, do inusitado e do inesperado. Havia sempre a possibilidade e a surpresa.

Em outra rua encontramos algumas crianças no chão. Estavam com muitos cd's usados que pareciam não ter mais utilidade. Para nossa surpresa aqueles cd's foram transformados em brinquedos, seres animados que alegravam a vida daqueles pequenos. Eram motivo de jogo entre as crianças. Estavam entretidos em meio aos destroços que se amontoavam ao largo do dia. Aliás, destroços que se tornavam motivo de brincadeira em suas mãos.

Através da imaginação, com suas mãos construía belos jogos com os quais remontavam e tentavam dar conta dos episódios que viviam. Em um chão de terra batida, sentadas ao redor dos discos, as crianças brincavam. Algumas vezes os adultos paravam para ver o que elas faziam com aqueles discos, era sempre uma surpresa observar como os seus jogos faziam tudo se transformar.

Em alguns segundos, parece-nos que esta cidade se assemelhava com as que visitamos anteriormente, a cidade dos mortos e a cidade corpo, no entanto, ela fazia com que todo o amontoado de coisas imemoráveis desatasse outros jogos de realidade. A Cidade Infância tem suas peculiaridades, riscos e problemas, mas, mesmo assim, produz formas de trabalhar com o que não é mais útil e usual, através do acolhimento do que foi jogado fora, abandonado pela cidade.

Nesse andar pela cidade conhecemos alguns habitantes que acompanhavam seus pais nas atividades cotidianas para conseguirem sustento, para preparo de alimentos e para construir suas moradias. Essas atividades eram espaço para aprender um trabalho e um modo de construir relações sociais entre os outros. Havia no trabalho com os adultos a seriedade de uma oficina que constrói espaços efetivos de habitação e, por isso, requer uma técnica, um saber-fazer. Espaços em que os mais novos e os mais velhos reconstruíam e repassavam saberes. Havia tempo, conversa, convívio e muita bronca.

O trabalho aparece nesses espaços como um lugar de repasse de informações e conhecimentos sobre o que fora aprendido pelos adultos ainda quando crianças. Um modo de fazer que perpassa técnica e convívio. Essas relações são importantes na medida em que, além de aprenderem a cozinhar, fabricar e construir, também constroem espaços de convivência e de repasse de experiências, histórias de seus avós e pais, o que não aconteceria em outros momentos e espaços de sociabilidade.

Outro momento que acompanhamos foi um dia de festividades. Um dia para brincadeiras em que todos participaram. Havia comida e jogos, alguns adultos fantasiados brincavam com as crianças, outros apenas observavam, mas estavam entusiasmados pelo que estava para acontecer: um dia inteiro em que todos pudessem brincar. Neste dia, as brincadeiras aconteceram com ajuda de aros, personagens, sacos, cordas... Foi um verdadeiro festival de brincadeiras. Os adultos rodeavam atentos os jogos, divertiam-se ao verem seus filhos brincando com os demais.

Houve uma entusiasmo e atenção na cidade para que as diversões acontecessem, prepararam uma série de jogos que provocou efeitos em outros dias. Até ali as crianças brincavam entre si, mas com o tempo houve a procura das crianças para brincar com os adultos, queriam que fossemos criar e colher nos jardins da cidade os jogos de brincar, aqueles jogos que víamos nos primeiros dias logo que chegamos à cidade. As crianças produziam um jardim de inovações, elas eram capazes de fazer o tempo passar ou fazê-lo durar uma eternidade.

Aquele espaço dos jogos de brincar eram lugares especiais em que produzíamos na seriedade das ruínas que se amontavam, possibilidades de história, de contar a vida, de fazê-la possível em meio à produção de coisas inúteis que esta cidade produzia, havia lá a frequência permanente da produção em série de coisas desusadas e inúteis. Era como se essa cidade fosse o lugar em que tudo perdesse seu valor de uso e de troca, mas era justamente isso que fazia possível o jardim-cidade. Era esse amontado de inutilidades que propiciava aos seus habitantes

as mais belas criações, transformando e fazendo possíveis, através dos jogos de brincar, realidades inimagináveis, ainda que houvesse sempre o amontoado, as ruínas, por isso mesmo era necessário os jogos de brincar. E disso aqueles pequenos entendiam bem: inventar usos para o que está em ruína.

Mas o convite propício e inusitado para que os adultos pudessem brincar com elas tinha sua importância: os adultos cheios de afazeres e responsabilidades perdiam a disposição para os jogos e era isso que fazia com que dia após dia fossem amontoados destroços e ruínas. Era essa a questão que não poderia passar. Os objetos que compunham o jardim-cidade estavam ali aos montes pela ação dos próprios habitantes da cidade, ao ocuparem-se somente com os assuntos de sobrevivência, amontoavam sem perceber as sobras dos seus trabalhos pela cidade.

Nesta cidade as crianças viviam com os pés no chão. Elas andam sempre em grupo, algumas vezes brincam de andar pelas ruas da cidade. Quando conseguem sair de seus territórios e passear pelas outras ruas, recebiam severas críticas, pois mantinham os mesmos hábitos dos seus jogos nos jardins, muitos não conseguem entender como aquelas crianças estão sozinhas pelas ruas. Elas fabricam mundos que suportem sua força criativa e a violência que sofrem.

O dia em que construíram a festividade, em que os adultos rodeavam entusiasmados os jogos infantis, atendiam a um pedido relacionado a diminuir sobre aqueles pequenos a violência que ambos sofriam. Foi sobre isso que falávamos um outro dia com os traficantes da cidade. Eles diziam: - Quando olham para nossas crianças as veem como perigosas, é isso que queremos que não haja mais.

Qual o perigo que as crianças impunham à cidade? O perigo que fere o que os adultos se tornaram. Naquela cidade há crianças no semáforo, crianças que demonstram sua arte nas ruas e calçadas, com uma vareta mágica fazem malabarismos, tornam-se visíveis aos carros que passam. Com um jato de água limpam as sujeiras do tempo e da estrada, recebem moedas por isso. Outras recebem um duro e singelo ignorar, pois alguns ainda não as veem, ou quando as enxergam, veem o perigo iminente à propriedade, ao que são. Lá a propriedade é o que tornaria homens e mulheres livres.

Nesse jogo de brincar temos percebido a força da presença infantil, mas ao mesmo tempo, percebemos a violência que faz dessas crianças e de seus jogos de brincar um perigo para a vida e existência adulta nesta cidade. Com suas ferramentas mágicas perambulando pelas ruas, tornam-se visíveis pelo medo ou pela solidariedade de quem as vê.

Outro dia, estávamos voltando para as casas em que nos alojamos quando percebemos, em uma lata de lixo dos prédios e apartamentos do entorno, um reboiço, que mexia e remexia com voracidade e rapidez todo o lixo que era depositado pelos moradores. Parecia como se um animal estivesse dentro da lata de lixo catando, escavando, procurando alguma coisa. Ao nos aproximarmos vimos dentro uma criança. Ficamos sem reação, não havia como compreender o que víamos. Provavelmente ela teria escalado a lata de lixo e entrado, não sabíamos o que pensar ou fazer, mas naquele momento houve um reboiço também em nós, como se em cada revirada que dava no lixo, fosse algo que em nós também se reboiçasse, como se fossemos aquela lata de lixo e estivéssemos sendo revirados do avesso para fora.

Era uma cidade em que se produzia muito material que não servia mais para ser útil, produziam em série desuso e lixo. As casas, apartamentos e prédios não suportavam mais a quantidade de lixo que produziam e o mais importante era que depositavam seus lixos nas ruas em grandes latões, alguns feitos com cimento, outros de ferro. As lixeiras gigantes deveriam ser suficientes para armazenar o lixo de todo o prédio, onde moravam cerca de doze famílias, ou mais. Esses materiais produzidos como resto e lixo eram depositados diariamente nesses compartimentos que ficavam do lado de fora dos prédios, pois o lixo sempre fora considerado nojento e repugnante, que deveria estar longe do espaço de convivência das famílias, ele produzia odores e atraía animais de várias espécies, considerados malacafentos e que causavam pavor e medo nos moradores dos prédios e casas.

Essas lixeiras ficavam nas ruas, de certo modo distantes da vida dos interiores de prédios e casas, atraíam doenças e uma série de coisas desagradáveis como já mencionamos, tais como baratas, ratos e outros animais. Por isto, as lixeiras eram construídas justamente para evitar que alguns desses animais se alojassem nela, ou mesmo, de modo que cachorros e gatos não entrassem e espalhassem todo o lixo, deixando a região em volta da lixeira bastante suja e também dificultando sua coleta pelas equipes que passavam para recolhê-lo das ruas. Por isso mesmo, ficava difícil compreender e ver uma criança dentro desses depósitos imensos nas ruas.

Ainda assim, havia uma compreensão de que faziam isso possivelmente para catar materiais recicláveis que pudessem vender para seu sustento e ainda coletar comida, algo que pudesse matar sua fome. Na cidade em que estávamos havia desperdício de comida, enquanto alguns nada comiam, outros jogavam fora alimentos que ainda serviam para o consumo. E deste modo, observamos em quais condições os jardins dessa cidade se organizavam e tornavam-se possíveis.

Os lugares construídos na cidade para esse tipo de relação eram ambientes que produziam constantemente doenças e outras dificuldades, riscos para a vida dos seus habitantes, mas ainda assim essas vidas arriscavam-se. É algo que se tornava constante nos modos de viver e atuar de alguns desses pequenos. Temos o risco como elemento para pensarmos as forças de resistência que são possíveis nessa cidade. Uma atuação que faz das coisas em desuso e arriscadas, úteis.

São crianças de várias idades, trabalhando com os pais, brincando com coisas que causam algum risco para suas vidas, outras brincando com cd's usados, que não existiriam senão como descarte. É nessas relações que constroem condições de existência para si. Uma cidade em que construíam risco como se estivessem cultivando um jardim para os jogos de brincar infantis. Nessas condições acompanhamos diversos modos de brincar pela cidade, o cotidiano desta cidade está nesse jogo da produção de risco como território infinito de possibilidades de vida e de morte.

Em outro dia estávamos encerrando uma visita a uma rua daquela cidade. Ao chegarmos pudemos observar que construíam novas casas no território, erguiam-nas com madeira. Imaginamos que fosse uma casa porque ainda que estivesse por fazer, ao olhar, já podíamos projetar os quartos e/ou compartimentos que guardariam e abrigariam as pessoas que as habitariam. Eram casas em processo de construção. Havia um saber-fazer naquele modo de construir moradia.

Chegamos pela tarde. O sol estava muito quente. Provavelmente por isso não encontramos ninguém que estivesse envolvido na construção daquelas casas. Encontramos apenas as casas. Durante uma conversa reparei que havia umas três ou quatro crianças na casa a ser levantada.

E surpreendentemente elas estavam brincando. Aquela casa em construção pareceu transformar-se em uma montanha gigantesca em que elas escalavam, desciam e subiam, faziam acrobacias e quem estava com medo de que elas caíssem e se machucassem éramos nós, observadores medrosos e curiosos com aqueles jogos. Estávamos com receio de que caíssem e se machucassem. Avisávamos do perigo. E nada. Continuavam as estripulias na montanha mágica que às vezes transformava-se em aparelhos de acrobacia. Era como se não ouvissem, mas ouviam o que falávamos. Aquelas artes de criança quando pais e mães alertam para o perigo em fazê-las.

Durante semanas estávamos nos reunindo com alguns jovens dessa cidade para discutirmos vários assuntos escolhidos por eles. Eram reuniões que fazíamos semanalmente com um grupo de cerca de doze a quinze jovens. Algumas vezes os que moravam próximo compareciam, eram convidados a participarem ou iam aproximando-se aos poucos. Escolhemos alguns lugares estratégicos para nos reunir, um espaço que tivesse sombra e fosse possível sentar em círculo, forrávamos duas lonas no chão de modo que pudéssemos nos acomodar e construir um diálogo e uma conversa.

Logo no primeiro dia conversamos sobre algumas questões referentes às regras de funcionamento do grupo, dentre elas foram acertadas questões relativas à pontualidade, o respeito à fala do outro, evitar brincadeiras desagradáveis com os colegas e não alterar o tom de voz durante as reuniões. Essas foram regras acordadas entre nós. Além disso, combinamos que a cada encontro haveria um lanche, feito ao longo das semanas. Desse modo, fomos alternando em alguns momentos o lanche, levamos algo que pudesse servir como café da manhã, pois os encontros ocorriam nesse período do dia, e em outros momentos eles levavam alimentos para que pudéssemos lanchar.

Foram momentos de discussão com aquelas crianças e jovens, eles sugeriram que discutíssemos alguns temas e que fizéssemos alguns jogos e brincadeiras de grupo. Algumas temáticas que desenvolvemos foram as seguintes: algumas regras de convivência; comida; profissão; sexualidade; racismo; preconceito; homofobia; família; responsabilidade; problemas; disciplina; motivação; pontualidade; roupa; drogas e álcool; criatividade; cultura; união; convivência; dinheiro; respeito; violência; e escola. Abordamos temas variados, muitos deles não chegamos a discutir devido ao tempo e à quantidade de reuniões, foram menos que a quantidade de assuntos sugeridos. Pudemos pensar algumas questões que aqueles jovens nos colocavam. Sobre isso situaremos duas temáticas que mencionaram: a escola e a pontualidade.

Essa cidade nos surpreendia pela forma como acabavam construindo para nós interrogações sobre assuntos que nos atravessam cotidianamente em diversas outras cidades e que não nos damos conta. Aqueles jovens faziam com que construíssemos algumas questões para pensar a vida e a cidade. Parece mesmo que construíam com as palavras brinquedos de luta e de uma indignação com os jardins-cidade que dávamos de presente para eles.

A escola era um desses jardins.

Naquela cidade as crianças e adolescentes iam à escola, normalmente pela manhã ou à tarde. Tinham aulas com professores e encontravam com colegas de outros bairros e ruas

vizinhas. Aprendiam a ler, operações matemáticas e aulas de história, geografia, ciências exatas, educação física e outras disciplinas, conforme a série escolar em que estavam. Às vezes, encontravam dificuldades para realizar matrícula, por exemplo, por não possuírem endereço residencial, pois moravam em lugares sem registro na prefeitura da cidade. Além disso, o número de vagas algumas vezes era menor que a quantidade de alunos e alunas que requeriam matrícula, o que acabava por ocasionar alguns problemas relacionados ao elevado número de crianças e adolescentes sem chances de estudar.

Mas os estudantes que conseguiam realizar matrícula falavam de algumas relações complicadas com seus colegas na escola. Essas relações muitas vezes ocorriam devido a uma série de questões relacionada ao lugar em que moravam. Como residiam em regiões pobres e periféricas da cidade, lugares considerados perigosos e de extremo risco para a maioria dos cidadãos, sofriam com uma série de questões, pois seus colegas não queriam aproximar-se deles e falavam que eram moradores de favela. Nos recreios e intervalos tinham dificuldades em se entrosar com os demais colegas, mesmo nas aulas não viam muito proveito com os conteúdos estudados. Como poderiam recriar o mundo, a cidade, da maneira com que faziam em sua comunidade, aprendendo e vivenciando a lógica de exclusão que os coloca em certos modos de relação com seus colegas e professores na escola?

De certo modo, a escola os alocava sempre do outro lado, opostos à lógica de desenvolvimento e progresso da cidade. Parecia que construíam com ela uma relação de separação e medo, o que dificultava o acesso deles aos outros espaços da cidade. Era comum que não saíssem para outros lugares, permanecendo sempre no entorno, na região em que moravam. Saíam da comunidade para a escola, não conheciam outros espaços, e, mesmo assim, construíam uma relação complexa com os outros cidadãos, sempre relacionada ao estigma do território onde moravam, que os relacionava ao medo e ao perigo.

Certa vez, uma das crianças falava que ao andar pela rua, próximo a sua casa, fora abordada por um adulto que dirigiu ofensas sobre o cabelo dela. O adulto pedia que a criança penteasse o cabelo, pois segundo ele estava feio e sujo. Ela tinha um cabelo crespo e o usava com naturalidade sem buscar alisá-lo. O relato foi feito com bastante dor e tristeza, mobilizando no grupo silêncio e compartilhamento de experiências parecidas em que o cabelo, as roupas e o tom de pele eram constantemente interrogados pelos outros habitantes da Cidade Infância. Como poderiam elas viver sua infância e continuar recriando cidades naquele jardim que aos poucos perdia seu encanto?

Durante a realização dos encontros semanais com as crianças e jovens, em que alguns adultos da comunidade também participavam, algumas questões começam a chamar nossa atenção. Havíamos combinado como regra a questão da pontualidade, de modo que pudéssemos realizar nossas conversas com tempo e satisfatoriamente, além disso, nós tínhamos outros compromissos na cidade; logo, a pontualidade nos ajudaria a organizar a vida nesse espaço de conversa.

No entanto, durante as semanas fomos encontrando dificuldades em nos reunirmos no horário combinado. Marcamos de nos encontrar semanalmente pela manhã, das dez horas até o meio dia. Chegávamos um pouco antes na comunidade-jardim e íamos esperando que os participantes chegassem. Alguns meninos e meninas chegavam, mas boa parte deles não vinham no horário, arrumávamos a lona no chão com as crianças e íamos conversando, aos poucos havia um certo estranhamento quanto a esses atrasos, porém não era algo que comentávamos com eles. Aliás, começamos a pedir que as crianças que chegavam mais cedo fossem chamando as outras e aos poucos podíamos começar os trabalhos junto ao grupo.

Ora, o tempo é algo relevante nas cidades, ele nos organiza e estabelece lugar e existência a uma série de atividades e do trabalho. Além de nos permitir relação com o espaço geográfico, ele nos proporciona a noção da relação com o outro.

Porém, na Cidade Infância o tempo parece obedecer e se efetivar de outros modos, proporcionando que haja o atraso e outras formas de organização e relação entre os seus habitantes. Ele possibilita a conversa franca e os encontros descabidos de memória ou continuidade, parece que o tempo na cidade-jardim possibilita a descontinuidade, tempo de rompimento com o que vinha ocorrendo, permitindo que ocorra de outro modo. Nossa chegada naquele jardim possibilitava outros jogos de brincar em que o tempo era descapitalizado, ou seja, perdia seu valor e importância, parecendo ser desativado.

Tornavam o relógio sem importância, um velho objeto em que despojávamos as palavras que lhe roubavam o tempo. Aquele aparelho de medição do tempo dizia pouco sobre os modos como articulamos a vida, o tempo já não era do relógio, mas era utilizado por nós de modo a servir-nos como espaço do jogo e do plantio de palavras que pudessem destronar as outras palavras ouvidas ao longo da cidade. Ali havia tempo de sobra para a conversa, as narrativas cotidianas e a invenção de uma cidade que suportasse suas diferenças.

A pontualidade dava lugar ao atraso produtivo, atraso necessário para seguir inventando lugares. Muitas vezes o tempo do relógio deixava de lado os espaços de cada um, importando

a série e a produtividade de objetos de consumo que logo mais seriam depositados pelo desuso. As histórias interrompidas, os jogos iniciados e brutalmente interrompidos pelo medo das diferenças são algo que somente o atraso permitia que aparecesse.

O tempo é fundamental nas artes. Na música, indica ritmo e espaço para combinações de sons diferentes. O tempo é, portanto, artesanal, uma batida atrás da outra, é como uma percussão sem partitura: é ouvido, gesto e som.

Muitas vezes era com o atraso de alguns meninos e meninas que podíamos saber de suas atividades e de questões que não tínhamos condições de abordar se chegassem no horário combinado. Era esse elemento que possibilitava a escuta, a acolhida e a fala. Em muitos momentos, também pudemos encontrar alguns profissionais na comunidade que precisavam marcar hora de chegada e de saída de seus afazeres profissionais, de modo a registrar suas horas de trabalho e gerar cálculo correspondente aos seus respectivos salários. Sobre isso não era possível registro ou cálculo, pois o tempo de suas práticas não correspondia ao tempo do relógio. Mas ao tempo atinado e sério, sem cálculo e sem registro, dos jogos de brincar infantis.

7. Entre o silêncio e o barulho das memórias: profanação e resistência

Neste capítulo abordaremos o uso do silêncio e do barulho realizado pelas memórias, considerando a infância como lugar e espaço de composição de lutas. Uso que se efetua em uma infância não somente como momento e fase de desenvolvimento psicossocial, mas como espaço social e subjetivo de constituição de resistência e de profanação diante das marcas e dos resíduos deixados pela violência do progresso urbano. Pensamos a infância não em termos cronológicos, mas como estado de efetivação de uma linguagem outra e de uma experiência com o mundo, de uma ação com as coisas do mundo como espaço de experiência e de luta (Ferreira, 2015). Portanto, trataremos de visibilizar e refletir sobre estratégias de resistência nas cidades brasileiras, considerando diversas questões políticas e sociais que atravessam a construção de alternativas nos modos de resistência de populações vulneráveis.

A infância nesses termos seria um espaço de constituição de ferramentas para profanação e resistência em lutas cotidianas nas cidades. Sobre estes dois conceitos, nos apoiaremos em autores como Michel Foucault e Giorgio Agamben, com os quais retomaremos a infância como elemento paradigmático e imagético indispensável das lutas urbanas, capaz de disparar formas de elaborar e constituir memória urbana e social.

Ao lermos a Cidade Infância, somos remetidos ao trabalho silencioso que seus habitantes atuam sobre as coisas, objetos e ruínas depositadas pelo trabalho da história dos homens e mulheres comprometidos e comprometidas com o progresso. Esses pequenos habitantes constituem formas de luta silenciosas e barulhentas às memórias depositadas nos jardins-cidade, tornam possíveis práticas que desativam a inutilidade das coisas do mundo comercial e neoliberal a que estão sujeitos. Isto também nos leva a retomar a construção do pensamento e da vida social e política em Alagoas: o Quebra de Xangô.

Não somos historiadores e tampouco antropólogos, no sentido estrito e especializado do termo. No entanto, isto não nos impede de retomarmos de forma breve e responsável eventos e acontecimentos históricos de uma cultura. O Quebra de Xangô foi um acontecimento que relegou à cultura de terreiros de candomblé e de umbanda em Maceió um período de silenciamentos através de perseguição política com aparato social e policial¹⁷. Mesmo os

¹⁷ Sobre mais detalhes relacionados à Quebra de Xangô, ler o subcapítulo 5.2 desta tese, em que mencionamos de forma breve alguns detalhes sobre essa questão. Ou, para uma leitura adensada,

aplausos, batuques e quaisquer sons que sinalizassem a presença desse tipo de prática religiosa colocou-se como impossível de manifestação durante décadas, o que não significou a ausência dessas práticas ou mesmo a desistência delas por parte dos fiéis dessas religiões. Embora tenha havido uma perseguição sem precedentes dessas manifestações religiosas, o seu silenciamento possibilitou que houvesse luta e resistência, de modo que cem anos após o acontecimento desencadeado pela repressão policial no estado, o Estado de Alagoas pediu perdão pelo massacre e prometeu garantir que tais práticas fossem efetivadas em garantias plenas de direito em território alagoano.

Podemos visibilizar que o silêncio ou o balbucio criativo dessas formas de resistência imprimem e efetivam um deslocamento nos modos de conceber e efetivar uma luta política. Ainda que os efeitos dessas formas de resistência demorem-se e ocorram em um tempo adverso àquele do progresso, ligado à imediatez e à produção de destroços, é através dessas lutas sistemáticas e demoradas efetivadas no trabalho silencioso e barulhento com as memórias que são possíveis algumas transformações nos modos de efetivar urbanização e história nas lutas políticas do país.

De forma sucinta nos remetemos à memória do Quebra de Xangô, mas também ao trabalho delongado de muitos sobre os modos de exercer política nas cidades como forma de nos perguntar sobre o que pode a infância, compreendida como esse espaço de silêncio e de barulho em que efetivamos processos de memória nos processos de urbanização.

Para isto, faremos o seguinte caminho interrogativo ao longo deste capítulo: inicialmente abordaremos a resistência e a profanação como modos de nos aproximarmos da força política da memória nos processos de urbanização e, por último, apresentaremos a infância como elemento paradigmático e imagético das lutas urbanas por uma memória capaz de corroer as ondas do progresso, desestabilizando-as.

consultar a tese de Ulisses Neves Rafael, *Xangô rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912* (Rafael, 2004).

7.1. Do uso da memória nas cidades

Neste momento nos deteremos em dois conceitos presentes nas obras de Michel Foucault e Giorgio Agamben: resistência e profanação. Conceitos e operadores de pensamento nas ações cotidianas de luta nas cidades.

Comumente somos levados a associar resistência e profanação ao barulho e ao furdução urbanos, às manifestações e aos protestos que longe do silêncio efetivam as guerras urbanas por garantias de direitos e por segurança jurídica de diversos atores e questões sociais que desestabilizam um cenário de coisas dadas.

O que nos chama atenção nas cidades é que embora haja uma violência tamanha nos modos de lidar com as vidas em/de determinados territórios, há também processos de silenciamentos que constituem bases concretas de manutenção dessas violências e violações, através de processos de pauperização e de abandono em diversos aspectos dos direitos sociais e humanos. No entanto, podemos visibilizar os modos pelos quais produzem em meio a esses destroços e ruínas condições de existência, ainda que seja pelo uso do silêncio e do barulho das memórias em ambientes vulneráveis.

É com isto que podemos pensar os modos pelos quais os processos de resistência e de profanação não estão simplesmente associados às grandes manifestações e à sistemática atitude do falar alto. A fala, muitas vezes inaudível, das memórias que marcam os corpos, que são depositadas nos solos e que fragmentam o pensamento, é fundamental dos usos de resistência nesses territórios.

Se na Cidade Corpo perguntávamos sobre onde encontrar o poético nos dias de hoje, com a Cidade Infância nos perguntamos sobre onde encontrar resistência nos territórios vulneráveis? É provável que o poético e a resistência nessas perguntas sejam inevitavelmente correspondentes. Isto é o que nos ateremos nesse momento.

Um dos temas abundantes de controvérsias é o da resistência em Michel Foucault. Para este autor a resistência está relacionada a relações de poder, fora dessas relações tornara-se impossível ou mesmo impensável processos de resistência (Foucault, 2010d). Como pensar então processos de resistência em meio a modos de sujeição que ocorrem pela via da violência? Essa pode ser uma questão que nos desloque das relações instituídas e coloque em circulação por outros modos de pensar os processos de resistência, agora sobre o prisma de uma atividade

sobre o mundo que seja efetivada pelos jogos de brincar desestabilizadores do que parece cristalizado.

O terreno estabelecido da política que se afirma a partir do campo de fala, tantas vezes visitados por autores e pesquisadores contemporâneos, negligenciou durante muito tempo o trabalho da memória que ocorre não pela vida do barulho ou da fala incansável, mas pela silenciosidade do trabalho sobre as coisas do mundo. Ainda que possamos estranhar as atividades diárias como aquelas que lemos na Cidade Infância, em que pais e filhos compartilham através de atividades cotidianas histórias e experiências de seus antepassados, não podemos deixar de pensar que essas narrativas em meio ao tempo de trabalho são fundamentais para os modos de resistência. Histórias que não são registradas, tempos narrativos que se sustentam apenas no gesto e no caminho inseguro da memória, terreno dos não-fatos, mas também território em que são constantemente agravadas e repetidas as mesmas outras violências que acometeram os seus ancestrais.

Para além de uma resistência que ocorreria em pé de uma construção sistemática de igualdade de forças, estamos no terreno sobre o qual a suspensão do direito sustenta a própria desigualdade de forças que o ampara. De outro modo, podemos assinalar que a resistência ocorra não por uma sistematicidade que garanta relações de poder em pé de igualdade, mas justamente por remeter a partir dessas relações o que forja as relações de poder: a desigualdade de forças e o governo das condutas humanas. Se há igualdade de condições há um exercício pleno de poder por todos, não haveria violência. No entanto, não é isso que observamos.

Um elemento que está relacionado aos modos pelos quais podemos repensar a política não somente pela via de um espaço e local de fala, como também aquele que pode ser um lugar de construção de memória. Um uso da memória que perdura entre gerações, capaz de desestabilizar o instituído, construindo relações de força relevantes aos jogos de poder.

Ao produzirmos memórias desses territórios e espaços urbanos somos reiteradamente dispostos em relações de poder e de resistência, no entanto se a política é um espaço de fala, como pensar as resistências possíveis para aqueles que não podem falar em qualquer lugar ou quaisquer espaços das cidades? Como pensar a produção de resistência e de conhecimento com aqueles que não podem falar ou a quem é retirado essa condição a partir da qual a política ocidental europeia tem se sustentado?

Propomo-nos apontar algumas zonas de fuga com as quais inscrevemos os processos de resistência nos países colonizados, arbitrariamente dominados e violentados por um modo de

inscrever política que produz silenciamentos, reproduzindo na memória hegemônica das cidades a necessidade da violência para lidar com algumas formas de vida e de habitação.

Para isto retomo a ideia de profanação empregado por Giorgio Agamben. Este autor propõe-se a pensar que profanar implica restituir ao uso comum aquilo que fora separado na esfera do sagrado (Agamben, 2007). Neste sentido, o filósofo faz algumas colocações relacionadas à concepção de uso, remontando a tese benjaminiana de pensar o capitalismo como uma religião. Portanto, temos dois pontos de problematização que convergem e a partir dos quais faremos breves apontamentos: a ideia de uso e do capitalismo como religião.

Agamben (2007) refaz um percurso que retoma o uso como algo relativo a uma relação de não-propriedade com as coisas do mundo, usa-se aquilo que não se pode ter, essa é a relação fundamental. Neste sentido, o uso não seria algo natural, mas circunstancializado e relativo a uma relação com o mundo que o manteria em conservação e em constante transformação. Por isto, esse autor afirma que a ideia de consumo é o que constitui de certo modo as relações contemporâneas, pois através dele a religião capitalismo torna impossível o uso: o consumo destrói a coisa a que se destina e a toma para si, descartando-a; enquanto o uso estabelece relação com o inapropriável, “referindo-se às coisas enquanto não se podem tornar objeto de posse” (p. 72).

Isto tem atrelado a propriedade às relações com os territórios vulneráveis e constituído o consumo como modo de abordagem do mundo, impossibilitando o uso das coisas. Isto é proeminente na medida em que pensamos comunidades, favelas e ruas, consideradas em situação de vulnerabilidade social; uma vez que estes territórios urbanos são constantemente tomados pelas vidas que os habitam, não como propriedade simplesmente, mas de modo a manterem-se nele e assegurarem o seu simples uso. Isto ocorre entre outras coisas pela produção de trabalho, lazer, experiências de moradia complexas em meio as condições em que vivem. Percebemos que tais deslocamentos entram em conflito com o Estado justamente quando há uma reivindicação de propriedade em termos jurídicos, pois como não é a relação de propriedade que mantêm com o território, nos casos das comunidades, temos assistido cada vez mais o sucesso do Estado em removê-los destes espaços urbanos ainda que vivam há décadas nesses territórios (Hüning, 2014).

O que Agamben (2007) retoma é que as nossas sociedades civilizadas e dirigidas pelo capitalismo se constituem em uma incapacidade de profanação, estabelecendo com o mundo uma relação de consumo e de propriedade. Isto tem tornado algumas relações complexas, pois

tornam o direito instrumento útil ao capital financeiro. Para ser mais preciso o autor refere-se ao uso da seguinte forma:

Mas de que uso se trata? Qual é, para o gato, o uso possível do novelo? Ele consiste em libertar um comportamento da sua inscrição genética em uma esfera determinada (a atividade predatória, a caça). O comportamento libertado dessa forma reproduz e ainda expressa gestualmente as formas da atividade de que se emancipou, esvaziando-as, porém, de seu sentido e da relação imposta com uma finalidade, abrindo-as e dispondo-as para um novo uso. [...]. A atividade que daí resulta torna-se dessa forma um puro meio, ou seja, uma prática que, embora conserve tenazmente a sua natureza de meio, se emancipou da sua relação com uma finalidade, esqueceu alegremente o seu objetivo, podendo agora exhibir-se como tal, como meio sem fim. Assim, a criação de um novo uso só é possível ao homem se ele desativar o velho uso, tornando-o inoperante. (p. 74-75).

O trecho acima recoloca e apresenta-nos o jogo do gato com o novelo como uma forma de estabelecer um outro uso para algo previsível ou geneticamente destinado. Isto permite-nos pensar que a produção e efetivação da profanação não ocorre simplesmente de modo a abolir as separações entre o que é sagrado e o que não é, mas tornar possível um outro uso delas, através do brincar.

É por meio do brincar que pensamos a profanação como elemento das relações de poder, mas também das relações de violência em territórios vulneráveis. De modo que podemos pensar a profanação não em termos de uma ação direta no instante de um ato violento, mas àquilo que resta dela – sua memória – após a brutalidade que acomete as vidas; como os pequenos habitantes da Cidade Infância que brincam com os restos e resíduos depositados pelo progresso, podemos pensar a importância que a profanação produz como forma de resistência ao que os submete.

Retomamos o improfanável como o desafio proposto pelo autor à política que vem. Ele ressalta que ao produzirmos profanação estamos constituindo meios sem fim, de outro modo, estamos criando outros destinos para o que já tinha um fim especificado. Isto que se estabelece como desafio é condição aos nossos modos de existência atuais. Pois os meios sem fim, dizem respeito aos comportamentos profanatórios, que têm sido sistematicamente capturados pelo capitalismo avançado através dos dispositivos da mídia, por exemplo (Agamben, 2007).

Ao estabelecermos o encontro com essas questões estamos afirmando que há algo de profanatório no silêncio e nas memórias urbanas dos territórios vulneráveis. A construção de

outras relações com a cidade e com a vida urbana passa justamente por inventar outros usos para o que nos submete, tornando possível práticas coletivas de resistência. Ainda que pareça estranho pensarmos os modos pelos quais o jogo e o brincar constituam-se como aspectos de luta, no que possuem de resistência e de profanação, torna-se fundamental acessar tais ações ao pensarmos a infância como lugar de resistência urbana no trabalho com as memórias.

Ao longo do capítulo, retomamos o problema da resistência quando falamos sobre aqueles que não podem falar em qualquer espaço. Para repensar esse tema trouxemos a profanação e os jogos de brincar como elemento de um trabalho silencioso da memória nas lutas urbanas. Deste modo chegamos à infância, destacando-a como lugar de experiência que está relacionado a um determinado modo de relacionar-se com o mundo. Um modo de luta.

A questão passa a ser sobre uma aposta na infância como forma de luta e de resistência aos jogos de força que incidem sobre os territórios em situação de vulnerabilidade social das nossas cidades. Pensar a infância a partir do lugar de cuidado para as políticas urbanas e de profanação das práticas instituídas.

Deste modo, apontamos a forma como o projeto de urbanização de nossas cidades tem produzido uma fragilização e uma vulnerabilidade da infância e dos modos de constituir luta e memória destes territórios nas cidades, relegando à infância condições insalubres de sobrevivência, bem como vulnerabilizando-a e tornando-a imemorable nas condições de vida às quais estão dispostas.

8. Considerações finais

Frente às questões levantadas podemos pensar alguns aspectos pelos quais memória e urbanização ocorrem em alguns territórios construídos como vulneráveis no país. A partir da problematização dos territórios erguidos como em situação de vulnerabilidade social, pudemos vislumbrar aspectos dessa relação estreita entre processos de urbanização e construção de uma memória nas cidades. Fizemos uma trajetória por cidades que abrem os arquivos acerca de práticas históricas que se arrastam sobre determinados territórios e sobre as vidas de seus habitantes. Recorremos aos fragmentos e aos modos de construir narrativas com eles para identificar e problematizar as formas pelas quais são construídas uma separação entre os diversos territórios das cidades, indicando formas de construir outros usos da memória nos processos urbanos.

As práticas que incidem sobre determinados territórios constroem a sua vulnerabilidade, isso não significa retomar o presente por si só, deixando de lado uma historicidade dos processos de urbanização que acometem pobres, negros e periféricos, mas alertar sobre a própria historicidade do presente dessas práticas que ao repetir violências seculares produtoras de exclusão e de separação urbanas, atualizam um campo histórico determinado, impedindo que haja alguns processos de ruptura no estado das coisas, principalmente no que diz respeito aos territórios construídos como vulneráveis.

A construção desses elementos, a partir de uma série de violências e de violações, tira-nos o fôlego de escrita e de leitura desses fragmentos com frequência, mas é a partir desse desassossego que pensamos a possibilidade de criação e a necessidade de rupturas sobre os processos que subjetivam e constroem vulnerabilidade, perigo, risco, além de naturalizações nos modos de lidar com determinadas vidas nas cidades, a partir dos mais variados territórios: ruas, comunidades e favelas, entre outros.

Ao narrar ou produzir testemunho¹⁸ dessas práticas urbanas de fazer cidades, estamos apontando campos de problematização dos modos pelos quais os territórios são construídos, fragmentados e capturados por uma lógica de mercado e de capital. Tomamos a fragilidade, aquilo que é considerado e construído como debilitado, como modo de pensar possibilidades de ruptura e resistência nas cidades.

¹⁸ Testemunho refere-se a emitir um relato de uma experiência de sobrevivência frente a uma situação.

Para problematizar essas questões que dizem respeito à forma como memória e processos urbanos acontecem, constituindo territórios como vulneráveis, realizamos um caminho que parte da construção de cidades, a partir de fragmentos. São os fragmentos que nos possibilitam força narrativa e possibilidades de mostrar rupturas e angústias nesses processos, ao mesmo tempo em que nos proporciona redirecionar questões e confeccionar outros usos para o que nos submete e antecede na história urbana.

Propusemos pensar esses territórios como arquivos impróprios de práticas instituídas e arrastadas ao longo da história sobre determinadas vidas e espaços urbanos, considerando a memória que pode ser produzida neles, remetendo não somente à verdade como campo de diálogo e possibilidades, mas à produção de afeto e emoção nos modos como podemos pensar outros usos para narrativas e fragmentos que as cidades nos ofertam ou oferecem.

Construímos quatro cidades com as quais propusemos pensar e problematizar aspectos da relação entre urbanização e memória em territórios vulneráveis, compreendendo o perigo e os riscos que a memória de determinadas práticas de violência corre nesses lugares e ambientes da cidade, muitas vezes sendo esquecida ou silenciada, impedida de ganhar registro nos discursos oficiais. As quatro cidades que apresentamos anteriormente foram: a Cidade Fragmento, a Cidade dos Mortos, a Cidade Corpo e por último a Cidade Infância. Elas abordam e apresentam-nos uma diversidade de aspectos fundamentais às relações de força que capturam vidas e territórios nas cidades, construindo separação e segregação políticas e sociais.

Na Cidade Fragmento abordamos como as cidades oferecem fragmentos que parecem a-históricos, produzindo uma cidade quebrada, rachada por diversos dispositivos narrativos em placas, *outdoors*, entre outros. Esta fragmentação ganha importância para os modos de constituição de uma memória urbana que produz o esquecimento de algumas práticas como relevante aos processos de urbanização. Do mesmo modo, pudemos pensar como as instituições e os diversos aspectos da cidade produzem a naturalização das condições de vida e a vulnerabilidade como uma questão social dada, sem problematizar as violências e violações de direitos que a produz.

Do mesmo modo, pensamos sobre a forma como as narrativas jornalísticas e as demais formas de expressão contemporâneas, como a literatura, fazem do cenário urbano motivo de escrita, produzindo uma narrativa hegemônica sobre a vida urbana. Também visualizamos que algumas dessas narrativas, principalmente aquelas dos meios de comunicação e demais mídias, produzem modos de governo através da produção de medo e de insegurança. A construção de

sentimentos e de espetacularização da vida torna-se elemento relevante aos modos de governo atuais, sendo necessário construir e criar outros usos para esta ferramenta de governo que temos sistematicamente produzido.

A questão que assinalamos está relacionada a estabelecer sobre essas formas de governo e estes dispositivos outras relações que produzam resistência com os demais territórios separados de determinados investimentos e do direito nas cidades.

Na Cidade dos Mortos apontamos formas de extermínio e morte que ocorrem nas cidades. Problematisamos aspectos de uma máquina de guerra que acomete a vida de muitos, conformando sobre determinados territórios apagamento e silenciamento de modos de vida, aspectos de uma histórica redução da vida a condições de uma memória relacionada ao esquecimento. A violência homicida que produz, além do extermínio, o silêncio. A impossibilidade de defesa e mesmo de denúncia, produzindo indignação e vulnerabilidade tanto dos territórios como das memórias de seus habitantes.

Também apontamos aspectos de uma outra máquina de produção de memória relacionada aos afetos como resposta de movimentos sociais e pessoas em geral que vivenciam ou são testemunhas dessas violências, como mapas urbanos de sensibilização capazes de redirecionar aspectos da urbanização atual. Por isso a importância das mídias sociais nesse emaranhado, elas não somente reproduzem discursos de ódio, como também a possibilidade de circulação de outras condições para a vida e para o que não ganharia registro nas mídias oficiais.

Temos pensado as formas pelas quais essas estratégias narrativas conduzem outros olhares e discursos para as cidades e territórios construídos como vulneráveis. Distante de reificar essas mídias e discursos o que apontamos são as estratégias que constituem como relevantes os modos de luta e de guerra nas cidades. Consideramos que estes dispositivos narrativos e a pluralidade de narrativas que emergem do cotidiano das práticas e da vida nas cidades são formas de constituir resistência e memória dos territórios e das ações que os fazem vulneráveis.

Distante de afirmar uma vulnerabilidade natural desses territórios, estivemos apontando a forma como se transformam em vulneráveis através das práticas e violências que incidem sobre eles. Também deslocamos a lógica de violência que normalmente os caracteriza, para mostrar como são alvejados por diversas formas de violência tanto do Estado como de outros cidadãos que vivem nas cidades. Deste modo, a questão está em inverter a lógica que os

descreve como lugar de violência para aquela de que a cidade é que produz violência contra as vidas de quem os habita.

Nestes termos a resistência também ocorre de modo silencioso, mas principalmente de forma a se apropriar de dispositivos hegemônicos, comumente utilizados contra estes territórios, para produzir outras zonas de visibilidades de luta urbana.

Quando chegamos à Cidade Corpo vislumbramos uma outra relação entre memória e urbanização que constrói a vulnerabilidade dos territórios considerados vulneráveis. Apontamos e problematizamos como o corpo é tomado pelas práticas de violência para produzir nele marcas de dor e sofrimento que o constitua como aparato de uma memória que visa produzir violência e vulnerabilidade. Uma memória que marca o corpo para constituí-lo vulnerável, lugar de produção e testemunha de uma violência sem medida. Esse seria mais um aspecto da constituição de uma vulnerabilidade sobre os corpos e as vidas em territórios vulneráveis. Assumindo o corpo também como território e alvo das biopolíticas.

Problematizamos a racionalidade moderna e contemporânea como aquela que confecciona sobre o corpo humano discursos e práticas que o torna objeto de saber e dispositivo das relações de poder, violência e dominação. Neste sentido, pensamos as formas pelas quais as práticas sociais constituem os corpos como objeto de saber e de poder em nossas sociedades, também ressaltamos a necessidade de outras formas de conceber e tornar possível os corpos. Uma racionalidade através da qual o corpo seja pensado como político, relacionado à arte e algumas formas de interação que garantam relações de suspeição sobre nossas práticas na contemporaneidade em diversos aspectos, portanto, pensamos um corpo-festa como sugere Galeano.

Uma forma de pensar o corpo como elemento paradigmático de como memória e urbanização se constituem, pensando-o através da desativação e suspeição sobre as práticas instituídas e cristalizadas que confeccione outras formas de atuar com eles. Neste sentido, temos um modo de pensar nossas práticas sobre o corpo que desativem o controle e a previsão para que possam emergir outras práticas que deem fluidez e fixação aos corpos, saindo de uma lógica de segurança para uma outra relacionada à festa ou à felicidade dos bons encontros.

Outra questão ressaltada diz respeito a forma como essas práticas ou as racionalidades que as sustentam remetem a confecção de mecanismos empenhados em atuar e construir corpos e vidas. Pensamos o corpo como vida e arte, relacionados ao encontro entre pessoas e às formas

como são afetados nesse processo, tentando deslocá-lo do lugar de objeto e/ou sujeito de saber e poder. Um corpo-festa, corpo utópico, como sugerem Eduardo Galeano e Michel Foucault.

Com a Cidade Infância tivemos outra nuance de luta relacionada à forma como as relações entre a memória e a urbanização, em territórios confeccionados vulneráveis, ocorrem pelo depósito sistemático de ruínas e dejetos, constituindo a infância como lugar e espaço de luta, tanto em termos da necessidade de investimentos em políticas públicas como nos modos pelos quais os processos de resistência ocorrem pela via de uma memória oral que passa dos adultos para as crianças durante gerações produzindo condições de luta urbana.

Nestes termos, a infância é um momento e condição para formas de lutas urbanas na cidade, tanto através de uma memória que se fortalece no silêncio imposto, como uma forma de memória que busca construir condições favoráveis de mudanças estruturais dos modos com que a vida tem se naturalizado e estabelecido nas cidades. Portanto, temos uma infância capaz de gerar condições de luta e de investimento em políticas de resistência e de profanação da vida urbana. A infância, portanto, como modo de luta nas cidades através das suas formas de criar jogos de profanação, constituindo outros usos para o que parece subjugar e violar suas vidas.

Apresentamos e problematizamos os territórios constituídos em vulneráveis, a partir da articulação entre memória e urbanização indicando as algumas formas como esta articulação ocorre em determinadas cidades e vislumbrando outro aspecto que se refere não a identificar estes territórios como causa ou geradores de violência, mas como espaços que são tomados e investidos por diversos engenhos de violências e violações de direitos. Apontamos e problematizamos os seguintes aspectos que constituem tais territórios como vulneráveis: a) a produção de fragmentos que impossibilitam em certos momentos uma historicidade dos eventos urbanos; b) as práticas de extermínio, silenciamentos e segregação que produzem vulnerabilidade urbana e da memória de algumas vidas nos territórios em situação de vulnerabilidade social; c) o corpo como território de inscrição das práticas de urbanização, sendo necessário repensar nossas relações com ele; e d) o depósito sistemático de ruínas e de dejetos nas cidades a produzir vulnerabilidade das memórias e da infância, esta última sendo apontada para instaurar mudanças e lutas urbanas através das práticas de resistência e de profanação.

Tais aspectos, que apontamos ao longo desta tese, rearranjam nossas relações com a cidade, apontando as práticas de resistência e de profanação como lugares de luta, através da invenção de outros usos para algumas práticas narrativas das cidades através de algumas

estratégias de resistência: a) a invenção de outras formas de lidar e produzir narrativas nas cidades, através dos modos fragmentados de contá-la, apropriando-se da narrativa através de diversos modelos da arte como música, literatura, mídias sociais e meios de comunicação para produzir governos de si e do outro que produzam outra relação com os territórios em situação de vulnerabilidade social e seus habitantes; b) a confecção de visibilidades e de afetos como política de urbanização, pensando as cidades e seus territórios na produção de outra política de visibilidades para as práticas de violência e de violações que acomete esses territórios, constituindo vulnerabilidade; c) a produção de outra racionalidade com o corpo humano que garanta distintas formas de pensá-lo e abordá-lo nas políticas de segurança e urbanização; propomos um corpo-festa e um corpo utópico para pensar e construir relações com os corpos e as vidas nas cidades; e d) a construção de relações de resistência e profanação enquanto lugar para incidir e lutar nas políticas de urbanização tomadas pelo progresso e pelo depósito de ruínas, tendo a infância como lugar de investimento das políticas públicas, bem como, lugar de luta.

Portanto, sabemos que com esta tese não encerramos o tema, nem tampouco temos a pretensão de esgotá-lo, o que tornamos importante é indicar, a partir de nosso percurso pelas cidades e outros relatos, alguns aspectos pelos quais os territórios vulneráveis são constituídos como tal, apontando modos de resistência e de profanação, bem como pensando as formas como podemos construir outras racionalidades para pensar o urbano e a cidade, constituindo memória e outras políticas narrativas na contemporaneidade. Fundamental seria apostar em outras formas de construir relações com o corpo humano e sua corporeidade, como também estabelecer com a infância relações de investimento, de cuidado e de condições de luta diante do que as atuais configurações urbanas têm construído ao longo da história em algumas das nossas cidades.

9. Referências

- Abbagnano, Nicola. (2007). *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Agamben, Giorgio. (2005). *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agamben, Giorgio. (2007). *Profanações*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, Giorgio. (2008). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo sacer III). São Paulo: Boitempo.
- Agamben, Giorgio. (2009). *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos.
- Agamben, Giorgio. (2010). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agamben, Giorgio. (2013a). *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Agamben, Giorgio. (2013b). *O aberto: O homem e o animal*. Trad. Pedro Mendes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Agamben, Giorgio. (2015a). *Bartleby, ou da contigência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Agamben, Giorgio. (2015b). *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Agamben, Giorgio. (2017). *O uso dos corpos*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- Albuquerque, Alana S.; Palazuelos, Felix R.; & Trevizani, Tiago M. (2017). Imagem e ficção na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Rev. Polis e Psique*, 7 (2), 88-105.
- Almeida, Leonardo P. de. (2017). A potência e os limites do corpo que pulsa. *Revista ECOS*, 7 (2), 141-143.
- Anjos, José C. G. dos. (2017). Comentários à Mesa Redonda "Mestiçagens e (Contra)Mestiçagens Ameríndias e Afro-Americanas" (coordenada por Francisco Pazarelli e Marcio Goldman XI Reunião de Antropologia do Mercosul, Montevideu, dezembro de 2015). *Revista de @ntropologia da UFSCar*, 9 (2), jul./dez.
- Arendt, Hannah. (2008). Walter Benjamin (1892-1940). Em Hannah Arendt. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Arendt, Hannah. (2009). *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das letras.
- Arendt, Hannah. (2010). *A condição humana*. 11ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Azambuja, Marcos A. (2012). *Da alma para o corpo e do corpo para o cérebro: os rumos da Psicologia com as neurociências*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Benjamin, Walter. (1987). *Obras escolhidas II. Rua de mão única*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Benjamin, Walter. (2009). *Passagens*. Willi Bolle e Olgária Chain Féres Matos, (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Benjamin, Walter. (2012). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. revista (Obras Escolhidas vol. 1). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, Walter. (2013). *Rua de mão-única. Infância berlinense: 1900*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Brasil. (2008). *Sumário Executivo: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS; Secretaria de avaliação e Gestão de Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2009). *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS; Secretaria de avaliação e Gestão de Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2015). *Balanço semestral do Disque Direitos Humanos: Disque 100*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de DH da Presidência da República.
- Calvino, Ítalo. (1990). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Candido, Mario C. C. de M.; & Lavrador. Maria C. C. (2017). Intermitências infames: loucura e alteridade na cidade aberta. *Rev. Polis e Psique*, 7 (2): 46-62.
- Castel, R. (2005). *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes.
- Castro, Edgardo. (2009). *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

- Cerqueira, Daniel.; & col. (2017). *Atlas da violência 2016 (nota técnica)*. Recuperado de <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/03/atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf&ved=2ahUKEwjHm5Xkg8nZAhXEjVkKHZkdCjoQFjABegQICBAB&usg=AOvVaw0thgBMWAA0EqDcdMrKv5ecL> em outubro de 2017.
- Chalhoub, Sidney. (1996). *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 5.reimp. São Paulo: Companhia das Letras.
- Coimbra, Cecília. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto.
- Costa, Daniel.; & Pereira, Sayonara. (2016). O CORPO É UMA FESTA! Reflexões em torno da oralidade popular brasileira. *ILINX Revista do LUME*, 10, 88-98.
- Deleuze, Gilles. (1976). *Nietzsche e a Filosofia*. Tradução de Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio.
- Deleuze, Gilles. (2012). *Bergsonismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34.
- Didi-Huberman, Georges. (1998). *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34.
- Duarte, André. (2010). *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Ferreira, Marcelo S. (2015). Por uma concepção crítica de infância. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 394-403. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p394>
- Foucault, Michel. (1979). *Microfísica do Poder*. 29ª reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, Michel. (1988/2010). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, Michel. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel. (2001). *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7ªed. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, Michel. (2008a). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

- Foucault, Michel. (2008b). *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel. (2010a). Conversa com Michel Foucault. Em Michel Foucault. *Repensar a política. Ditos & Escritos VI*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 289-347. 390p.
- Foucault, Michel. (2010b). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 38.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, Michel. (2010c). A psicologia de 1850 a 1950. Em Michel Foucault. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria, psicanálise*. Coleção Ditos e Escritos, v. 1. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michel. (2010d). O sujeito e o poder. Em Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michel. (2012). *A arqueologia do saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michel. (2013). *O corpo utópico; As heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições.
- Gagnebin, Jeanne M. (2012). Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. Em Walter Benjamin. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. revista. São Paulo: Brasiliense.
- Gagnebin, Jeanne M. (2015). Walter Benjamin – “Esquecer o passado?”. Em Carlos Eduardo Jordão Machado, Rubens Machado Jr., Miguel Vedda, (Orgs.). *Walter Benjamin: experiências históricas e imagens dialéticas*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp.
- Gualandi, Alberto. (2007). *Lyotard*. Rio de Janeiro: Editora Estação Liberdade.
- Hadler, Oriana H. (2017). *Biografias malditas: experiências narrativo-ontológicas entre Psicologia e Segurança*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Harvey, David. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins.
- Hüning, Simone. (2014). Encontros e confrontos entre a vida e o direito. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 19 (3), p. 491-501.
- Lemões, Tiago. (2017). Rumores, denúncia e mobilização social: uma disputa pela ‘verdade’ sobre a ‘violência estatal’. Em Lucía Eilbaum, Patrice Schuch, Gisele Fonseca Chagas.

- (Orgs.). *Antropologia e direitos humanos 7*. 1.ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia.
- Mate, Reyes. (2011). *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS.
- Mbembe, Achille. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, 32, dez, 123-151.
- Melo, Patrícia B. de. (2010). *Histórias que a mídia conta: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo*. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Sociologia. [Tese disponível].
- Menezes, Daniel F. N. & Pinto, Felipe C. de S. (2014). Superação da divergência entre competências federativas e formulação de políticas públicas: o caso dos moradores de rua. Em Ada Pellegrini Grinover, Gregório Assagra, Miracy Gustin, Paulo Cesar Vicente de Lima e Rodrigo Iennaco (Orgs.). *Direitos Fundamentais das Pessoas em Situação de Rua*. Belo Horizonte: Editora D’Plácido. 397-408.
- Muricy, Katia. (2009). *Alegorias da dialética: imagem e pensamentos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Nau.
- Oksala, Johanna. (2011). Violence and Neoliberal Governmentality. *Constellations*, 18:474–486. doi: 10.1111/j.1467-8675.2011.00646.x
- Pelbart, Peter Pál. (2011). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. 1.ed. 2.reimpr. São Paulo: Iluminuras.
- Pellejero, Eduardo. (2011). Nietzsche como falsário: a apropriação deleuziana da potência do falso. *Existência e Arte, Revista Eletrônica do Grupo PET, Ciências Humanas, Estética da Universidade de São João Del-Rei*, 7 (6), 16-24.
- Rafael, Ulisses N. (2004). *Xangô rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS.
- Reis, Carolina dos. (2017). *Cidade e Direitos Humanos: o comum como exercício ético da vida humana*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Reis, Carolina dos; Lara, Lutiane.; & Guareschi, Neuza M. de F. (2016). Direito à cidade e produção de modos comuns de habitar. In: Flavia Cristina Silveira Lemos. (Org.).

Psicologia social, direitos humanos e história: transversalizando acontecimentos do presente. Curitiba: Editora CRV.

- Rheingantz, Paulo A.; Pedro, Rosa.; & Szapiro, Ana M. (Orgs.). (2016). *Qualidade do lugar e cultura contemporânea: modos de ser e habitar as cidades*. 1ª ed. Porto Alegre: Sulina.
- Rose, Nikolas. (2008). A psicologia como ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20 (2), 155-164.
- Safatle, Vladimir. (2010). Do uso da violência contra o Estado Ilegal. Em Edson Teles e Vladimir Safatle. (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- Scisleski, Andrea.; & Bernardes, Anita. (2014). Sobre Foucault e Agamben: Uma reflexão sobre subjetividade, ética e políticas públicas. *Estudos de Psicologia*, 19 (2), p. 89-156.
- Scisleski, Andrea.; & Hüning, Simone. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Rev. Polis e Psique*, 6 (1), p. 8-27.
- Sedlmayer, Sabrina. (2007). Recados de vida, cartas sem destinatário: Bartleby e Companhia. Em Sabrina Sedlmayer, César Guimarães e Georf Otte, (Orgs.). *O comum e a experiência da linguagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Silva, Tiago Lemões da. (2017). *De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Silva, Wanderson V. N. da. (2013). *Entre ruas que subjetivam, registros do governo da vida e da morte na cidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Alagoas. Maceió.
- Silva, Wanderson V. N. da.; & Hüning, Simone M. (2015). De morador de rua a criminoso. *Athenea Digital*, 15 (2), 141-165. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1479>
- Waiselfisz, Julio J. (2011). *Mapa da Violência 2012: Novos padrões da violência homicida no Brasil*. 1ªed. São Paulo: Instituto Sangari.
- Waiselfisz, Julio J. (2012). *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR.

Waiselfisz, Julio J. (2014). *Os jovens do Brasil: Mapa da Violência 2014*. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Governo Federal: Brasília/DF.

